



BNDES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2025



SUMÁRIO**Demonstrações
financeiras**

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	11

**Notas explicativas às
Demonstrações financeiras**

1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
3. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	21
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28
5. CARTEIRA DE CRÉDITO	28
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	37
7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	49
8. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS	51
9. OUTROS ATIVOS	55
10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	55
11. FAT – DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS	58
12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	61
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES	61
14. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO	64
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	66
16. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS	70
17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	72
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	80
19. RESULTADO OPERACIONAL	82
20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO E RESULTADO RECORRENTE	85
21. GESTÃO DE RISCOS	88
22. OUTRAS INFORMAÇÕES	99
23. PARTES RELACIONADAS	102
24. EVENTOS SUBSEQUENTES	109
25. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO	109
26. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	110
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	132
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	133

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	BNDES	Consolidado
		2025	
ATIVO CIRCULANTE		242.514.744	290.012.692
DISPONIBILIDADES	4	29.780	29.897
ATIVOS FINANCEIROS		240.443.642	286.290.190
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	28.082.290	34.775.529
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	149.843.025	144.692.062
Títulos públicos	6.2	140.343.826	140.378.879
Debêntures	6.4	16.140	16.140
Títulos de renda fixa no exterior		1.959.476	1.959.476
Cotas de fundos de investimento	6.3	7.328.364	1.945.883
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1	195.219	195.219
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.5.1	-	196.465
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		33.362.188	72.717.315
Repasse interfinanceiros	5.1	32.370.159	71.725.286
Créditos vinculados		992.029	992.029
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.1	24.932.669	31.058.982
OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	5.2	159.785	275.617
Debêntures		147.281	147.281
Direitos recebíveis		2.037	117.869
Créditos por avais e fianças honrados		10.467	10.467
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	7	4.063.685	2.770.685
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	7.1	2.703.249	1.604.505
Pagamentos a ressarcir		738.229	249.687
Devedores por depósitos em garantia		209.021	244.111
Outros direitos a receber		-	13.530
Diversos		413.186	658.852
ATIVOS FISCAIS - CORRENTES	15.4	1.156.880	2.808.161
OUTROS VALORES E BENS	9	884.442	884.444
ATIVO NÃO CIRCULANTE		721.212.157	672.459.956
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		618.578.159	670.349.016
ATIVOS FINANCEIROS		613.042.090	659.350.335
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	28.832.334	101.237.430
Títulos públicos	6.2	8.022.836	8.022.836
Debêntures	6.4	1.362.885	1.362.885
Títulos de renda fixa no exterior		7.928.533	7.928.533
Cotas de fundos de investimento	6.3	-	2.910.350
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1	1.414.569	1.414.569
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.5.1	-	122
Ações	6.6	10.103.511	79.598.135
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		248.279.257	185.786.119
Repasse interfinanceiros	5.1	248.279.257	185.786.119
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.1	284.157.873	319.012.989
OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	5.2	51.289.659	51.895.811
Debêntures		51.286.795	51.709.105
Direitos recebíveis		2.864	186.706
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	7	482.967	1.417.986
Devedores por depósitos em garantia		-	832.568
Créditos perante o Tesouro Nacional	23.2.1	482.967	555.343
Outros direitos a receber		-	30.075
ATIVOS FISCAIS - DIFERIDOS	15.3	5.534.848	10.991.735
OUTROS ATIVOS NÃO FINANCEIROS		720	6.445
OUTROS VALORES E BENS	9	501	501
INVESTIMENTOS	8	102.477.581	1.954.523
Participações em controladas e coligadas		102.477.337	1.954.279
Outros investimentos		244	244
IMOBILIZADO DE USO		152.349	152.349
INTANGÍVEL		4.068	4.068
TOTAL DO ATIVO		963.726.901	962.472.648

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	BNDES	Consolidado
		2025	
PASSIVO CIRCULANTE		128.732.808	111.215.988
PASSIVOS FINANCEIROS		126.107.277	106.208.690
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		1.455.536	1.455.536
Depósitos especiais - FAT	11.2	529.710	529.710
Depósitos interfinanceiros		925.014	925.014
Diversos		812	812
OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	12	54.173.296	34.061.980
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO	14	4.596.582	4.596.582
Debêntures		134.246	134.246
Letras de Crédito do Agronegócio		4.461.365	4.461.365
Letras de Crédito do Desenvolvimento		971	971
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	7.978.813	7.978.813
Empréstimos no país		459.703	459.703
Repasse no país - Tesouro Nacional		1.985.908	1.985.908
Repasse no exterior - Instituições multilaterais		5.533.202	5.533.202
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6.5.1	461.927	461.927
INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL	23.2.3	338.096	338.096
DÍVIDAS SUBORDINADAS	11.1	11.657.716	11.657.716
FAT Constitucional		11.657.716	11.657.716
Outras dívidas subordinadas		11.657.716	11.657.716
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS		45.445.311	45.658.040
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13.1	44.794.920	44.851.605
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.6.2	192.864	192.864
Obrigações por depósitos a apropriar	13.2	162.419	246.752
Vinculadas ao Tesouro Nacional	23.2	19.234	70.893
Diversos		275.874	295.926
PASSIVOS FISCAIS - CORRENTES	15.2	488.363	2.282.895
OUTROS PASSIVOS		2.137.168	2.724.403
Passivo atuarial - Previdência e Assistência	17.1	156.382	222.599
Diversos	13.3	1.980.786	2.501.804
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		662.978.508	679.245.422
PASSIVOS FINANCEIROS		654.048.783	655.434.788
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		2.946.802	2.946.802
Depósitos especiais - FAT	11.2	2.946.802	2.946.802
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO	14	22.326.229	22.326.229
Debêntures		121.857	121.857
Letras de Crédito do Agronegócio		5.704.564	5.704.564
Letras de Crédito do Desenvolvimento		16.499.808	16.499.808
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	60.443.051	60.443.051
Empréstimos no país		650.983	650.983
Repasse no país - Tesouro Nacional		25.217.187	25.217.187
Repasse no exterior - Instituições multilaterais		34.574.881	34.574.881
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6.5.1	181.796	181.796
INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL	23.2.3	8.731.759	8.731.759
DÍVIDAS SUBORDINADAS	11.1	469.793.355	469.803.606
FAT Constitucional		469.793.355	469.803.606
Outras dívidas subordinadas		448.434.377	448.732.013
Elegível a Capital		21.358.978	21.071.593
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS		89.625.791	91.001.545
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13.1	89.545.570	90.921.324
Diversos		80.221	80.221
PASSIVOS FISCAIS - DIFERIDOS	15.3	4.796.435	18.724.445
OUTROS PASSIVOS		4.133.290	5.086.189
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	16	354.722	575.772
Passivo atuarial - Previdência e Assistência	17.1	3.772.783	4.504.632
Diversas	13.3	5.785	5.785
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	172.015.585	172.011.238
Capital social		109.001.243	109.001.243
Reservas de lucros		39.944.646	39.944.646
Reserva legal		13.282.469	13.282.469
Reserva de incentivos fiscais		201.355	201.355
Reserva para futuro aumento de capital		10.207.489	10.207.489
Reserva de equalização de dividendos		16.253.333	16.253.333
Ajustes de avaliação patrimonial		23.069.696	23.069.696
AAP de ativos próprios		22.942.580	22.942.580
AAP de ativos de coligadas e controladas		127.116	127.116
Prejuízos acumulados		-	(4.347)
TOTAL DO PASSIVO		963.726.901	962.472.648

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		2º semestre de 2025	2025	2º semestre de 2025	2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.1	36.726.636	68.743.514	39.761.611	73.808.710
Operações de crédito e repasses interfinanceiros					
. Moeda nacional		23.064.954	48.747.049	25.525.136	52.804.592
. Moeda estrangeira		1.327.769	(4.737.491)	1.879.254	(3.782.628)
Resultado com títulos e valores mobiliários		11.839.965	23.633.621	11.863.273	23.686.411
Rendas com administração de fundos e programas	22.1.4	493.948	1.100.335	493.948	1.100.335
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.1	(27.703.151)	(50.771.432)	(26.427.452)	(47.715.771)
Captação no mercado - financiamentos e repasses					
. Moeda nacional		(25.753.607)	(53.412.657)	(24.398.131)	(50.785.730)
. Moeda estrangeira		(2.226.475)	5.092.162	(2.226.475)	5.092.162
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.3	154.614	(4.462.761)	154.614	(4.462.761)
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	19.2	94.132	2.151.980	14.355	2.580.714
Perda incorrida associada ao Risco de Crédito		(8.311)	(59.711)	(116.194)	(195.036)
Perda esperada associada ao Risco de Crédito		(181.319)	1.660.564	(255.792)	2.121.833
Recuperação de créditos baixados		283.762	551.127	386.341	653.917
Resultado da carteira de câmbio		28.185	(140.156)	28.185	(140.156)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.1	9.023.485	17.972.082	13.334.159	26.092.939
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		4.550.095	9.544.811	1.842.528	4.660.747
Resultado com equivalência patrimonial	8.1 e 8.2.1	5.223.862	10.056.531	(83.476)	(111.698)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		(400.873)	(827.264)	(387.442)	(978.390)
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos	8.2.1	-	-	(32.026)	(32.026)
Receita de dividendos	6.6.2	412.451	618.896	1.626.770	4.589.394
Receita de juros sobre o capital próprio	6.6.2	151.179	232.425	1.524.460	2.198.516
Resultado com alienações de títulos de renda variável		-	-	178.326	178.376
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.5.3	(56)	(84)	35.144	195.868
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		48.187	181.589	201.935	522.283
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		1.229.744	1.229.744	2.607.932	2.611.815
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	16	(41.117)	(66.243)	79.693	(5.214)
Despesas tributárias		(447.375)	(716.348)	(797.804)	(1.319.152)
Despesas com pessoal		(767.242)	(1.427.742)	(1.667.919)	(3.111.081)
Participação nos resultados		(263.330)	(263.330)	(572.456)	(572.456)
Despesas administrativas		(177.301)	(291.938)	(380.049)	(611.758)
Outras receitas operacionais	19.4	147.952	1.661.373	188.308	2.102.240
Outras despesas operacionais		(565.986)	(842.798)	(678.868)	(995.970)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		13.573.580	27.516.893	15.176.687	30.753.686
Tributos correntes	15.2	(271.772)	(420.589)	(22.414)	(4.523.682)
Tributos diferidos	15.3	(94.860)	(1.520.312)	(1.951.672)	(658.359)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		13.206.948	25.575.992	13.202.601	25.571.645
Quantidade de ações		6.273.711.452	6.273.711.452		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		2,105125	4,076692		

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	BNDES		Consolidado	
	2º semestre de 2025	2025	2º semestre de 2025	2025
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	13.206.948	25.575.992	13.202.601	25.571.645
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	(229.119)	(605.036)	(229.119)	(605.036)
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos próprios	210.423	748.799	210.423	748.799
Efeito fiscal	(358.774)	(1.274.219)	(358.774)	(1.274.219)
Ajuste acumulado de conversão - ativos de coligadas	(91.785)	(106.913)	(91.785)	(106.913)
Hedge de investimento no exterior - de coligadas	13.042	18.816	13.042	18.816
Outros resultados abrangentes - coligadas	(2.025)	8.481	(2.025)	8.481
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	2.186.709	(65.495)	2.186.709	(65.495)
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos próprios	2.741.701	1.851.607	2.741.701	1.851.607
Efeito fiscal	(731.642)	(459.468)	(731.642)	(459.468)
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - próprio	271.513	(1.180.831)	271.513	(1.180.831)
Efeito fiscal	(88.302)	14.892	(88.302)	14.892
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - controladas	(6.561)	(291.695)	(6.561)	(291.695)
Total de Outros Resultados Abrangentes	1.957.590	(670.531)	1.957.590	(670.531)
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	15.164.538	24.905.461	15.160.191	24.901.114

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BNDES										
	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Próprios	De coligadas e controladas		
Em 31 de dezembro de 2024		98.973.934	11.939.378	201.355	10.027.309	16.095.676	20.704.963	498.427	-	158.441.042
Ajustes de implementação das Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e n.º 4.975/2021	2.2.2	-	-	-	-	-	2.536.837	-	12.813	2.549.650
Em 1º de janeiro de 2025		98.973.934	11.939.378	201.355	10.027.309	16.095.676	23.241.800	498.427	12.813	160.990.692
Aumento de capital	18.1	10.027.309	-	-	(10.027.309)	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio complementares	18.5	-	-	-	-	(8.773.895)	-	-	-	(8.773.895)
Ajustes de avaliação patrimonial	18.3	-	-	-	-	-	973.787	(371.311)	-	602.476
Realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	18.4	-	-	-	-	-	(1.273.007)	-	1.273.007	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	25.575.992	25.575.992
Destinação do resultado	18.6.1									
. Reserva legal		-	1.343.091	-	-	-	-	-	(1.343.091)	-
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	10.207.489	-	-	-	(10.207.489)	-
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	8.931.552	-	-	(8.931.552)	-
. Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(3.617.180)	(3.617.180)
. Juros sobre o capital próprio intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(2.569.636)	(2.569.636)
. Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(83.911)	(83.911)
. Juros sobre o capital próprio propostos		-	-	-	-	-	-	-	(108.953)	(108.953)
Em 31 de dezembro de 2025		109.001.243	13.282.469	201.355	10.207.489	16.253.333	22.942.580	127.116	-	172.015.585
Mutações no exercício		10.027.309	1.343.091	-	180.180	157.657	(299.220)	(371.311)	(12.813)	11.024.893
Em 1º julho de 2025		109.001.243	11.939.378	201.355	-	9.828.608	20.897.661	214.445	13.327.755	165.410.445
Juros sobre o capital próprio complementares	18.5	-	-	-	-	(2.506.827)	-	-	-	(2.506.827)
Ajustes de avaliação patrimonial	18.3	-	-	-	-	-	2.372.028	(87.329)	-	2.284.699
Realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	18.4	-	-	-	-	-	(327.109)	-	327.109	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	13.206.948	13.206.948
Destinação do resultado	18.6.1									
. Reserva legal		-	1.343.091	-	-	-	-	-	(1.343.091)	-
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	10.207.489	-	-	-	(10.207.489)	-
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	8.931.552	-	-	(8.931.552)	-
. Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(3.617.180)	(3.617.180)
. Juros sobre o capital próprio intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(2.569.636)	(2.569.636)
. Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(83.911)	(83.911)
. Juros sobre o capital próprio propostos		-	-	-	-	-	-	-	(108.953)	(108.953)
Em 31 de dezembro 2025		109.001.243	13.282.469	201.355	10.207.489	16.253.333	22.942.580	127.116	-	172.015.585
Mutações no semestre		-	1.343.091	-	10.207.489	6.424.725	2.044.919	(87.329)	(13.327.755)	6.605.140

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Consolidado										
	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Próprios	De coligadas e controladas		
Em 31 de dezembro de 2024		98.973.934	11.939.378	201.355	10.027.309	16.095.676	20.704.963	498.427	-	158.441.042
Ajustes de implementação das Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e n.º 4.975/2021	2.2.2	-	-	-	-	-	2.536.837	-	12.813	2.549.650
Em 1º de janeiro de 2025		98.973.934	11.939.378	201.355	10.027.309	16.095.676	23.241.800	498.427	12.813	160.990.692
Aumento de capital	18.1	10.027.309	-	-	(10.027.309)	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio complementares	18.5	-	-	-	-	(8.773.895)	-	-	-	(8.773.895)
Ajustes de avaliação patrimonial	18.3	-	-	-	-	-	973.787	(371.311)	-	602.476
Realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	18.4	-	-	-	-	-	(1.273.007)	-	1.273.007	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	25.571.645	25.571.645
Destinação do resultado	18.6.1									
. Reserva legal		-	1.343.091	-	-	-	-	-	(1.343.091)	-
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	10.207.489	-	-	-	(10.207.489)	-
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	8.931.552	-	-	(8.931.552)	-
. Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(3.617.180)	(3.617.180)
. Juros sobre o capital próprio intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(2.569.636)	(2.569.636)
. Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(83.911)	(83.911)
. Juros sobre o capital próprio propostos		-	-	-	-	-	-	-	(108.953)	(108.953)
Em 31 de dezembro de 2025		109.001.243	13.282.469	201.355	10.207.489	16.253.333	22.942.580	127.116	(4.347)	172.011.238
Mutações no exercício		10.027.309	1.343.091	-	180.180	157.657	(299.220)	(371.311)	(17.160)	11.020.546
Em 1º julho de 2025		109.001.243	11.939.378	201.355	-	9.828.608	20.897.661	214.445	13.327.755	165.410.445
Juros sobre o capital próprio complementares	18.5	-	-	-	-	(2.506.827)	-	-	-	(2.506.827)
Ajustes de avaliação patrimonial	18.3	-	-	-	-	-	2.372.028	(87.329)	-	2.284.699
Realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	18.4	-	-	-	-	-	(327.109)	-	327.109	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	13.202.601	13.202.601
Destinação do resultado	18.6.1									
. Reserva legal		-	1.343.091	-	-	-	-	-	(1.343.091)	-
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	10.207.489	-	-	-	(10.207.489)	-
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	8.931.552	-	-	(8.931.552)	-
. Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(3.617.180)	(3.617.180)
. Juros sobre o capital próprio intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(2.569.636)	(2.569.636)
. Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(83.911)	(83.911)
. Juros sobre o capital próprio propostos		-	-	-	-	-	-	-	(108.953)	(108.953)
Em 31 de dezembro 2025		109.001.243	13.282.469	201.355	10.207.489	16.253.333	22.942.580	127.116	(4.347)	172.011.238
Mutações no semestre		-	1.343.091	-	10.207.489	6.424.725	2.044.919	(87.329)	(13.332.102)	6.600.793

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		2º semestre de 2025	2025	2º semestre de 2025	2025
Atividades operacionais					
Resultado antes da tributação sobre o lucro		13.573.580	27.516.893	15.176.687	30.753.686
Ajustes ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(4.927.734)	(10.825.387)	335.396	(1.310.848)
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	19.2	(94.132)	(2.151.980)	(14.355)	(2.580.714)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	16	41.117	66.243	(79.693)	5.214
Resultado com equivalência patrimonial	8.1 e 8.2.1	(5.223.862)	(10.056.531)	83.476	111.698
Juros e atualização monetária de obrigações por emissão de debêntures		11.852	25.257	11.852	25.257
Depreciação		10.126	18.533	10.125	18.532
Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	18.4	327.109	1.273.007	327.109	1.273.007
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos – renda variável		-	-	32.026	32.026
Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável		56	84	(35.144)	(195.868)
Variação de ativos e obrigações		(30.076.568)	(30.786.534)	(33.125.967)	(33.541.735)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento		(63.944.445)	(72.814.556)	(65.563.999)	(72.548.074)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários		(29.927.642)	(49.369.285)	(31.519.964)	(48.715.758)
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo		(135.987)	(617.224)	(1.786.396)	(1.184.384)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por emissão de letras de crédito		5.318.656	15.203.214	5.318.656	15.203.214
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses		10.3	(8.275.737)	(8.575.672)	5.622.068
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento			67.617.884	68.393.902	68.393.902
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por Instrumentos elegíveis ao capital principal		23.2.3	354.601	354.601	354.601
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas			(348.396)	3.607.938	860.000
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo			(735.502)	(391.174)	(607.095)
Caixa gerado (consumido) nas operações		(21.430.722)	(14.095.028)	(17.613.884)	(4.098.897)
. Juros pagos de obrigações por emissão de letras de crédito			(780.196)	(780.196)	(910.622)
. Juros pagos de empréstimos e repasses		10.3	(2.243.882)	(3.926.755)	(2.264.399)
. Juros pagos de obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento			(4.066.809)	(4.066.809)	(4.066.809)
. Juros pagos de Instrumentos elegíveis ao capital principal		23.2.3	(364.521)	(364.521)	(364.521)
. IR e CSLL pagos			-	(1.944.387)	(3.130.141)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(28.886.130)	(25.308.122)	(28.219.950)	(20.347.940)
Atividades de investimentos					
. Adições ao imobilizado			(6.612)	(75.652)	(6.612)
. Baixas do imobilizado			512	512	512
. Adições ao intangível			(2)	(6)	(2)
. Adição em investimentos em coligadas			-	-	-
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas			-	4.162.738	38.683
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos		(6.102)	4.087.592	32.581	(20.975)
Atividades de financiamentos					
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas			18.626.661	37.557.634	18.636.912
. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			(15.765.261)	(22.325.999)	(15.765.261)
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures			(84.882)	(170.737)	(84.882)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos		2.776.518	15.060.898	2.786.769	15.071.149
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(26.115.714)	(6.159.632)	(25.400.600)	(5.297.766)
Modificação na posição financeira					
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			54.227.784	34.271.702	60.206.026
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4	28.112.070	28.112.070	34.805.426
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			(26.115.714)	(6.159.632)	(25.400.600)
					(5.297.766)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	BNDES		Consolidado	
	2025			
RECEITAS	76.636.318		84.551.024	
Intermediação financeira	68.743.514		73.808.710	
Resultado bruto da realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.299.475		2.299.475	
Outras receitas	3.441.349		5.862.125	
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	2.151.980		2.580.714	
DESPESAS	(55.028.905)		(52.528.062)	
Intermediação financeira	(52.923.412)		(50.296.485)	
Outras despesas	(2.105.493)		(2.231.577)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(267.299)		(591.873)	
Materiais, energia e outros	(58.576)		(143.707)	
Serviços de terceiros	(208.723)		(416.140)	
Perda (recuperação) de valores ativos	-		(32.026)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	21.340.114		31.431.089	
RETENÇÕES	(8.525)		(18.532)	
Depreciação	(8.525)		(18.532)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	21.331.589		31.412.557	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	10.907.852		6.676.212	
Resultado de equivalência patrimonial	10.056.531		(111.698)	
Dividendos e juros sobre capital próprio	851.321		6.787.910	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	32.239.441		38.088.769	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	32.239.441	100,0%	38.088.769	100,0%
Pessoal e encargos	1.272.660	3,9%	2.772.835	7,3%
- Remuneração direta	825.782		1.801.352	
- Benefícios	382.619		831.781	
- FGTS	60.471		131.468	
- Outros	3.788		8.234	
Impostos, taxas e contribuições	3.851.534	12,0%	7.892.483	20,7%
- Federais	3.806.871		7.839.487	
- Estaduais	5		10	
- Municipais	44.658		52.986	
Aluguéis	2.918	0,0%	6.343	0,0%
Participação nos resultados	263.330	0,8%	572.456	1,5%
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.379.680	19,8%	6.379.680	16,7%
Lucros retidos	20.469.319	63,5%	20.464.972	53,8%

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional.

Objetivos e atuação

O BNDES é o principal instrumento do Governo Federal, seu único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira. Opera desde 1952 e é um dos maiores Bancos de Desenvolvimento do mundo.

O Sistema BNDES é formado por três empresas: o BNDES e suas subsidiárias – a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais, e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (Finame), dedicada ao fomento da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos.

Sua atuação ocorre por meio de financiamento e crédito; concessão de recursos não reembolsáveis; prestação de garantias; serviços; e participações e títulos; além de produção de conhecimento. Disponibiliza produtos, programas e fundos, conforme a modalidade e a característica das operações.

O apoio a cada projeto é avaliado com foco em seu potencial de geração de impacto social, ambiental e econômico para o país, direto ou indireto.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas por meio do seu *site* na internet (www.bndes.gov.br).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras individuais estão sendo apresentadas conjuntamente às Demonstrações Financeiras consolidadas, que incluem as subsidiárias integrais e os fundos de investimento financeiros sob controle do BNDES.

2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (“Demonstrações Financeiras”) foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 05 de março de 2026. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 11 de março de 2026.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R\$), e as informações são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

2.2.1. Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei n.º 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações, da Lei n.º 13.303/2016, do Decreto n.º 8.945/2016, das normas do CMN e do Bacen – e, subsidiariamente, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não conflitantes com as regulamentações do CMN e Bacen. Essas demonstrações estão sendo apresentadas em conformidade com o Padrão Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif.

Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, optou-se pela adesão à faculdade prevista na Resolução CMN n.º 4.966/2021, posteriormente alterada pela Resolução CMN n.º 5.146/2024, em seu artigo 77, elaborando as Demonstrações Financeiras consolidadas, conjuntamente com as individuais, de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional (IFRS *Accounting Standards*), que foram elaboradas conforme disposto na Resolução CMN n.º 4.818/2020.

Conforme previsto no artigo 79 da Resolução CMN n.º 4.966/2021, o BNDES optou pela dispensa de apresentação comparativa de períodos anteriores nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes aos períodos do ano de 2025.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do BNDES.

a) Convergência às normas contábeis internacionais

No âmbito do processo de convergência contábil internacional, iniciado no Brasil em 2007 com a publicação da Lei n.º 11.638/2007, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos. Dessa forma, na elaboração das Demonstrações Financeiras, foram adotados todos os pronunciamentos recepcionados pelo CMN.

O BNDES adotou os seguintes pronunciamentos do CPC não conflitantes com os normativos emitidos pelo CMN e Bacen:

Pronunciamentos (CPC)
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 22 – Informações por Segmento

Em 25 de novembro de 2021, foi publicada a Resolução CMN n.º 4.966, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*). A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, exceto os artigos 24, 76 a 78, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, e Capítulo V (Contabilidade de *hegde*) e artigo 80, caput, incisos IX e XV, que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

O Banco finalizou a implementação dos requisitos previstos para janeiro de 2025 na referida Resolução. Os impactos estimados sobre o resultado e a posição financeira do BNDES e consolidado estão divulgados na Nota Explicativa n.º 2.2.2 - a.

Em 16 de dezembro de 2021, foi publicada a Resolução CMN n.º 4.975, com atualizações da Resolução CMN n.º 5.101 de 24 de agosto de 2023, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil, em observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 e o Banco implementou os requisitos nela previstos.

Em 16 de novembro de 2022, foi publicada a Lei 14.467, que converteu em lei a Medida Provisória n.º 1.128/2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras. A Lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 e o Banco implementou os requisitos nela previstos.

Em 23 de novembro de 2023, foi publicada a Resolução BCB n.º 352, posteriormente atualizada por normativos complementares com atualizações e inclusões de conceitos e critérios contábeis, que estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas. Esta Resolução foi emitida em continuidade às medidas de harmonização do Cosif com o pronunciamento internacional IFRS 9 – *Financial Instruments* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicando às demonstrações individuais das instituições financeiras que atuam no Brasil conceitos já aplicados em nível consolidado, nos termos da Resolução n.º 4.818/2020. A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Em 02 de outubro de 2024, foi publicada a Medida Provisória n.º 1.261, convertida na Lei n.º 15.078/2024, alterando alguns dispositivos da Lei n.º 14.467/2022. A Lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

b) Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif)

Em 6 de maio de 2021, foi emitida a Resolução BCB n.º 92, com modificações posteriores, alterando a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

O principal destaque da Resolução BCB n.º 92, e sua atualização, foi o aumento no número de dígitos totais de oito para dez e a descontinuidade dos atributos contábeis, a partir de 1ª de janeiro de 2025.

c) Normativos relevantes aplicáveis em períodos futuros

Em 24 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução CMN n.º 5.100, que alterou a Resolução CMN n.º 4.966. O normativo esclareceu alguns conceitos e critérios contábeis e alterou a data de aplicação do Capítulo V, que trata da contabilidade de *hedge*, para a partir de 1º de janeiro de 2027. A avaliação dos efeitos de sua adoção está inserida no âmbito do processo de implementação da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

Em 21 de novembro de 2024, foi publicada a Resolução CMN n.º 5.185, que dispõe sobre a elaboração e divulgação, como parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais de que trata o Capítulo III da Resolução CMN n.º 4.818/2020, do Relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, conforme pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) a partir do exercício de 2026 para as instituições financeiras enquadradas no S1 e S2. O Relatório deve ser objeto de asseguuração razoável por auditor independente. A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 para adoção voluntária e entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 de forma obrigatória. O BNDES está se preparando para a divulgação do primeiro Relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, referente ao exercício de 2026, até maio de 2027, conforme prazo estabelecido na referida norma.

Em 25 de setembro de 2025, foi publicada a Resolução CMN n.º 5.252, que dispõe sobre a mensuração, o reconhecimento, a baixa e a evidenciação de ativos e de passivos de sustentabilidade. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional n.º 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares n.º 214/2025 e 227/2026, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033.

O BNDES vem acompanhando as alterações legislativas já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralegais que gerarão impactos em sistemas e processos a partir de 2026.

2.2.2. Normativos aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

a) Adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.966/2021

A Resolução CMN n.º 4.966 estabeleceu novo regramento contábil para classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e provisionamento de instrumentos financeiros, incorporando conceitos emanados pela norma internacional IFRS 9 – *Financial Instruments*. Entre tantas outras alterações, ela substituiu a Resolução CMN n.º 2.682/1999, requerendo que as instituições financeiras mensurem suas provisões para perdas associadas ao risco de crédito pelo conceito de perda esperada.

a.1) Transição

As avaliações e os julgamentos ao adotar os requisitos de classificação e mensuração da resolução supra foram realizados com base nos fatos e nas circunstâncias existentes na data de entrada em vigor da norma. Entretanto, conforme previsto no artigo 79 da Resolução CMN n.º 4.966/2021, o BNDES não está apresentando suas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025 comparativamente aos períodos anteriores.

Atualmente, o normativo vigente para a adoção de *hedge accounting* pelas instituições financeiras é a Circular Bacen n.º 3.082, de 30/01/2002. Tal normativo será substituído pela Resolução CMN n.º 4.966/2021 a partir de 1º de janeiro de 2027.

O BNDES possui operações de *hedge accounting* desde dezembro/2024, mantendo o regramento estabelecido na Circular Bacen 3.082/2022. As operações estão detalhadas na Nota Explicativa n.º 6.5.4

Para se adequar a este novo padrão contábil, o BNDES revisou processos, políticas e práticas contábeis, gerando a necessidade de atualização e desenvolvimentos de sistemas tecnológicos e aprimoramento de mecanismos de controles internos. As alterações mais relevantes e os respectivos efeitos estão detalhados a seguir.

a.2) Principais efeitos iniciais da implementação

Estão apresentados a seguir as principais mudanças e os principais impactos sobre o resultado e a posição financeira do BNDES, referentes à adoção inicial advindos da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

(i) Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros devem ser classificados em três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo no resultado (VJR). A classificação é realizada com base no modelo de negócio (gestão para gerar retorno pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e/ou pela venda do ativo financeiro) e nas características contratuais dos fluxos de caixa (observando se considera somente pagamento de principal e juros).

Após análise dos modelos de negócios, os únicos ativos financeiros que foram reclassificados foram as debêntures com características de concessão de crédito, conforme definido no Inciso XXVI do artigo 2º e no § 1º do artigo 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, anteriormente classificadas como Disponíveis para Venda. Estas operações foram reclassificadas para categoria de custo amortizado, com exceção de uma debênture, cujos fluxos de caixa futuros contratualmente previstos não constituem somente em pagamentos de principal e juros e foi reclassificada para categoria de valor justo por meio do resultado.

Os efeitos em decorrência da adoção acima resultaram em um aumento de R\$ 2.520.189 no ativo em contrapartida dos aumentos de R\$ 2.519.351 em outros resultados abrangentes e de R\$ 838 no resultado do exercício.

O quadro a seguir demonstra os saldos no BNDES e Consolidado decorrentes das alterações mencionadas:

Circular 3.068/2001		Efeitos da adoção	Resolução 4.966/2021	
Classificação	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 01/01/2025 ⁽¹⁾	Classificação
Mantidas até o vencimento	12.622.303	23.882.598	36.504.901	Custo amortizado
Disponíveis para venda	22.076.352	(21.363.247)	713.105	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Mantidas para negociação	-	838	838	Valor justo por meio do resultado
Total	34.698.655	2.520.189	37.218.844	

⁽¹⁾ Não considera a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito que está apresentada no item (iii) abaixo.

A reclassificação apresentada não gerou efeitos tributários.

(ii) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito e em outras operações com características de concessão de crédito era constituída a partir de modelos internos de risco que classificavam as operações de acordo com os *ratings* previstos na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

Com a adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021, está sendo aplicada uma abordagem de redução ao valor recuperável de ativos financeiros baseada no modelo de três estágios, utilizando informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e condições econômicas para determinar se há aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A perda esperada é calculada com base na probabilidade de *default* (PD) e na perda dado o *default* (LGD), e ainda deve ser observado os níveis de provisão estabelecidos pela Resolução BCB n.º 352/2023 para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos.

Os efeitos da adoção inicial, na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, representam um aumento no ativo de R\$ 769.697 no BNDES e R\$ 496.923 no consolidado, sendo R\$ 753.049 e R\$ 480.275, respectivamente, em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados e R\$ 16.648 em contrapartida de outros resultados abrangentes, tanto no BNDES quanto no consolidado.

Os efeitos em decorrência da adoção inicial estão apresentados nos quadros a seguir, sendo que a coluna de 31/12/2024 representa o saldo revertido de provisão estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/99 e o saldo da coluna de 01/01/2025 representa o saldo constituído da provisão de perda esperada de crédito (PEC), segundo a Resolução CMN n.º 4.966/2021:

Provisão de Perda Esperada associada ao risco de crédito (PEC)	BNDES				
	Resolução CMN 2.682/1999		Efeito adoção	Resolução CMN 4.966/2021	
	Classificação	31/12/2024		01/01/2025	Classificação
Ativos financeiros					
Carteira de crédito		(10.617.246)	1.081.848	(9.535.398)	
Operações de crédito	Mantidos até o vencimento	(10.093.103)	955.788	(9.137.315)	Custo amortizado
Repasse interfinanceiros	Mantidos até o vencimento	(524.143)	126.060	(398.083)	Custo amortizado
Outros créditos		(3.789)	(29.592)	(33.381)	
Direito recebíveis	Mantidos até o vencimento	(3.789)	2.511	(1.278)	Custo amortizado
BNDES Serviços	Mantidos até o vencimento	-	(32.103)	(32.103)	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários		(2.484.252)	(282.965)	(2.767.217)	
Debêntures	Mantidos até o vencimento	(91.936)	(52.835)	(144.771)	Custo amortizado
Debêntures	Disponíveis para venda	(2.392.316)	(155.409)	(2.547.725)	Custo amortizado
Títulos de renda fixa no exterior	Mantidos até o vencimento	-	(74.721)	(74.721)	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Garantias Financeiras Prestadas		(4.272)	406	(3.866)	
Efeito Total PEC		(13.109.559)	769.697	(12.339.862)	

Provisão de Perda Esperada associada ao risco de crédito (PEC)	Consolidado				
	Resolução CMN 2.682/1999		Efeito adoção	Resolução CMN 4.966/2021	
	Classificação	31/12/2024		01/01/2025	Classificação
Ativos financeiros					
Carteira de crédito		(11.317.567)	770.625	(10.546.942)	
Operações de crédito	Mantidos até o vencimento	(10.348.589)	390.187	(9.958.402)	Custo amortizado
Repasse interfinanceiros	Mantidos até o vencimento	(968.978)	380.438	(588.540)	Custo amortizado
Outros créditos		(2.216.563)	7.558	(2.209.005)	
Direito recebíveis	Mantidos até o vencimento	(2.216.563)	39.661	(2.176.902)	Custo amortizado
BNDES Serviços	Mantidos até o vencimento	-	(32.103)	(32.103)	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários		(2.487.683)	(281.666)	(2.769.349)	
Debêntures	Mantidos até o vencimento	(95.367)	(51.536)	(146.903)	Custo amortizado
Debêntures	Disponíveis para venda	(2.392.316)	(155.409)	(2.547.725)	Custo amortizado
Títulos de renda fixa no exterior	Mantidos até o vencimento	-	(74.721)	(74.721)	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Garantias Financeiras Prestadas		(4.272)	406	(3.866)	
Efeito Total PEC		(16.026.085)	496.923	(15.529.162)	

(iii) Taxa efetiva de juros

O BNDES não adotou a taxa efetiva de juros, amparado por estudo para justificar a manutenção da prática de reconhecimento direto no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação dos instrumentos, considerando a imaterialidade desses valores, conforme previsto no artigo 13, § 2º da Resolução CMN n.º 4.966/2021. Logo, este tema não gerou impactos sobre o resultado e a posição financeira do BNDES.

(iv) Cessação do reconhecimento de juros (*stop accrual*)

Segundo a Resolução CMN n.º 4.966/2021, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativos problemáticos). A Resolução CMN n.º 2.682/1999 estabelecia a cessação do reconhecimento de juros a partir de 60 dias de atraso. Não houve impactos relevantes sobre o resultado e a posição financeira do BNDES relativo a este tema.

(v) Baixa de ativos financeiros (*write off*)

A Resolução CMN n.º 2.682/1999 estabelecia a não manutenção no balanço da operação classificada como de risco nível H após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. Conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN n.º 4.966/2021, os ativos financeiros serão baixados quando não houver expectativa de recuperação. Não ocorreram impactos relevantes sobre o resultado e a posição financeira do BNDES na adoção inicial desta nova prática.

(vi) Renegociados e Reestruturados

Para as operações renegociadas, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Para as operações reestruturadas de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada.

Conforme previsto no art. 71-A da Resolução CMN n.º 5.146/2024, fica facultado até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O BNDES aderiu à faculdade prevista e apresenta os saldos reestruturados de acordo com as condições repactuadas.

b) Lei n.º 14.467/2022 - ativos e passivos fiscais diferidos

Além dos aspectos tratados diretamente pela Resolução CMN n.º 4.966/2021, a Lei n.º 14.467/2022, com as alterações decorrentes da Lei n.º 15.078/2024, trouxe mudanças na forma como as instituições financeiras podem deduzir perdas incorridas no recebimento de crédito da base de cálculo dos tributos incidentes sobre o lucro, com base na perda incorrida sobre operações inadimplidas, conforme percentuais definidos na legislação a partir do tipo de crédito e de garantia, além de permitir a dedução integral de operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial.

Adicionalmente, foi definido que a perda incorrida sobre os créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 poderá ser deduzida à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) ao mês. No caso do BNDES, após avaliação ao longo de 2025, a opção final será pela dedução em 120 parcelas a partir de 2026.

Os efeitos da adoção inicial representam uma diminuição no ativo de R\$ 387 milhões no BNDES e R\$ 457 milhões no consolidado, em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados.

Os efeitos em decorrência da adoção inicial estão apresentados nos quadros a seguir:

Ativo	BNDES		
	31/12/2024	Adoção Inicial Res. CMN 4.966/2021	01/01/2025
. Provisão para risco de crédito	5.418.024	(5.418.024)	-
. Provisão para Perda Esperada de Crédito	-	4.428.991	4.428.991
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	173.568	-	173.568
. Participação dos empregados no lucro	70.938	-	70.938
. Ajuste de TVM a valor de mercado	1.041.919	-	1.041.919
. Outros	551.803	-	551.803
. Créd. Diferidos - Transição Lei n.º 14.467/2022	-	602.059	602.059
Efeito total dos ativos fiscais diferidos	7.256.252	(386.974)	6.869.278

Ativo	Consolidado		
	31/12/2024	Adoção Inicial Res. CMN 4.966/2021	01/01/2025
. Provisão para risco de crédito	6.891.253	(5.821.142)	1.070.111
. Provisão para Perda Esperada de Crédito	-	4.730.213	4.730.213
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.911.094	-	4.911.094
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	933.447	-	933.447
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	651.278	-	651.278
. Participação dos empregados no lucro	135.436	-	135.436
. Créd. Diferidos - Transição Lei n.º 14.467/2022	-	633.882	633.882
. Ágio amortizado	88.312	-	88.312
. Outros	674.122	-	674.122
Efeito total dos ativos fiscais diferidos	14.284.942	(457.047)	13.827.895

A Nota Explicativa sobre tributos n.º 15.3 está apresentando a movimentação do período considerando, o saldo de abertura de 1º de janeiro de 2025 apresentado acima.

c) Resolução CMN n.º 4.975/2021 - operações de arrendamento mercantil

Em 16 de dezembro de 2021, foi publicada a Resolução CMN n.º 4.975, com atualizações da Resolução CMN n.º 5.101 de 24 de agosto de 2023, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil, em observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil.

O efeito da adoção da Resolução CMN n.º 4.975/2021 foi de R\$ 10.413, registrado em Lucros (prejuízos) acumulados.

2.2.3. Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das Demonstrações Financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

2.4. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis aplicadas e estimativas gerais significativas pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 26.

2.5. Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- (i) BNDES Participações S.A. – BNDESPAR;
- (ii) Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – Finame;
- (iii) Fundo BB Gaia – Fundo de Investimento Financeiro de Renda Fixa com Responsabilidade Limitada;
- (iv) Fundo BB Gaia II – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro de Renda Fixa com Responsabilidade Limitada (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia); e
- (v) Fundo BB Gaia III – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro de Renda Fixa com Responsabilidade Limitada (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia, como o Fundo BB Gaia II).

3. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A seguir apresentamos, de forma centralizada, as divulgações para os instrumentos financeiros do Sistema BNDES, incluindo requisitos da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

Informações adicionais podem ser encontradas nas notas explicativas específicas de cada instrumento financeiro, assim como na Nota Explicativa n.º 21 sobre gestão de riscos.

3.1. Categoria de instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos e passivos financeiros

	BNDES				
	2025				
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	28.082.290	28.082.290
Ações	-	-	10.103.511	-	10.103.511
Cotas de fundos de investimentos					
Exclusivos	6.693.236	-	-	-	6.693.236
Fundos mútuos de investimento e participações	635.128	-	-	-	635.128
Títulos públicos	138.439.255	9.917.201	-	10.206	148.366.662
Debêntures	1.258	1.377.767	-	51.434.076	52.813.101
Títulos de renda fixa no exterior	5	5.218.329	-	4.669.675	9.888.009
Derivativos	1.609.788	-	-	-	1.609.788
Operações de crédito	-	-	-	309.090.542	309.090.542
Repasse interfinanceiros	-	-	-	280.649.416	280.649.416
Direitos recebíveis	-	-	-	4.901	4.901
Créditos por avais e fianças honrados	-	-	-	10.467	10.467
Créditos vinculados	-	-	-	992.029	992.029
Outros ativos financeiros	-	-	-	4.546.652	4.546.652
Total de Ativos financeiros	147.378.670	16.513.297	10.103.511	679.490.254	853.485.732

	BNDES		
	2025		
	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros			
Obrigações por depósitos	-	4.402.338	4.402.338
Obrigações por operações compromissadas	-	54.173.296	54.173.296
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de crédito	-	26.922.811	26.922.811
Obrigações por empréstimos e repasses	-	68.421.864	68.421.864
Derivativos	643.723	-	643.723
Instrumentos elegíveis ao capital principal	-	9.069.855	9.069.855
Dívida subordinada	-	481.451.071	481.451.071
Outros passivos financeiros	-	135.071.102	135.071.102
Total de Passivos financeiros	643.723	779.512.337	780.156.060

	Consolidado				
	2025				
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	34.775.529	34.775.529
Ações	-	-	79.598.135	-	79.598.135
Cotas de fundos mútuos de investimento e participações	1.945.883	-	2.910.350	-	4.856.233
Títulos públicos	138.439.255	9.917.201	-	45.259	148.401.715
Debêntures	1.258	1.377.767	-	51.856.386	53.235.411
Títulos de renda fixa no exterior	5	5.218.329	-	4.669.675	9.888.009
Derivativos	1.806.375	-	-	-	1.806.375
Operações de crédito	-	-	-	350.071.971	350.071.971
Repasse interfinanceiros	-	-	-	257.511.405	257.511.405
Direitos recebíveis	-	-	-	304.575	304.575
Créditos por avais e fianças honrados	-	-	-	10.467	10.467
Créditos vinculados	-	-	-	992.029	992.029
Outros ativos financeiros	-	-	-	4.188.671	4.188.671
Total de Ativos financeiros	142.192.776	16.513.297	82.508.485	704.425.967	945.640.525

	Consolidado		
	2025		
	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros			
Obrigações por depósitos	-	4.402.338	4.402.338
Obrigações por operações compromissadas	-	34.061.980	34.061.980
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de crédito	-	26.922.811	26.922.811
Obrigações por empréstimos e repasses	-	68.421.864	68.421.864
Derivativos	643.723	-	643.723
Instrumentos elegíveis ao capital principal	-	9.069.855	9.069.855
Dívida subordinada	-	481.461.322	481.461.322
Outros passivos financeiros	-	136.659.585	136.659.585
Total Passivos financeiros	643.723	760.999.755	761.643.478

3.1.2. Receitas e despesas dos instrumentos financeiros

	BNDES			
	2025			
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total
Receitas de intermediação financeira	16.948.113	542.019	51.253.382	68.743.514
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	44.009.558	44.009.558
Resultado com títulos e valores mobiliários	16.948.113	542.019	6.143.489	23.633.621
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	1.100.335	1.100.335
Despesas de intermediação financeira	(4.462.761)	522	(46.309.193)	(50.771.432)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	(48.320.495)	(48.320.495)
Resultados com derivativos - câmbio e taxa de juros	(4.462.761)	-	-	(4.462.761)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	522	2.151.458	2.151.980
Resultado da carteira de câmbio	-	-	(140.156)	(140.156)
Resultado bruto da intermediação financeira	12.485.352	542.541	4.944.189	17.972.082
Outras receitas (despesas) operacionais	181.505	2.081.065	(827.264)	1.435.306
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	(827.264)	(827.264)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	-	851.321	-	851.321
Resultado de derivativos - renda variável	(84)	-	-	(84)
Resultado com fundos de investimento	181.589	-	-	181.589
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	-	1.229.744	-	1.229.744

	Consolidado			
	2025			
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total
Receitas de intermediação financeira	16.946.364	542.019	56.320.327	73.808.710
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	49.021.964	49.021.964
Resultado com títulos e valores mobiliários	16.946.364	542.019	6.198.028	23.686.411
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	1.100.335	1.100.335
Despesas de intermediação financeira	(4.460.643)	522	(43.255.650)	(47.715.771)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	(45.693.568)	(45.693.568)
Resultados com derivativos - câmbio e taxa de juros	(4.462.761)	-	-	(4.462.761)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	2.118	522	2.578.074	2.580.714
Resultado da carteira de câmbio	-	-	(140.156)	(140.156)
Resultado bruto da intermediação financeira	12.485.721	542.541	13.064.677	26.092.939
Outras receitas (despesas) operacionais	710.437	9.407.481	(978.390)	9.139.528
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	(978.390)	(978.390)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	-	6.787.910	-	6.787.910
Resultado com alienações de títulos de renda variável	-	42	-	42
Resultado de derivativos - renda variável	195.868	-	-	195.868
Resultado com fundos de investimento	514.569	7.714	-	522.283
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	-	2.611.815	-	2.611.815

3.2. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros mensurados a valor justo de forma recorrente, classificados pelos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo.

Ativos financeiros	BNDES			
	2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor justo por meio do resultado				
Títulos públicos	138.439.255	-	-	138.439.255
Títulos de renda fixa no exterior	5	-	-	5
Fundos mútuos de investimentos	-	-	7.328.364	7.328.364
Debêntures	-	-	1.258	1.258
Derivativos	-	1.609.788	-	1.609.788
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	9.917.201	-	-	9.917.201
Ações	10.087.552	-	15.959	10.103.511
Debêntures	377.111	79.777	920.879	1.377.767
Títulos de renda fixa no exterior	5.218.329	-	-	5.218.329
Total	164.039.453	1.689.565	8.266.460	173.995.478

Ativos financeiros	Consolidado			
	2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor justo por meio do resultado				
Títulos públicos	138.439.255	-	-	138.439.255
Títulos de renda fixa no exterior	5	-	-	5
Fundos mútuos de investimentos	-	-	1.945.883	1.945.883
Debêntures	-	-	1.258	1.258
Derivativos	-	1.609.788	196.587	1.806.375
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	9.917.201	-	-	9.917.201
Ações	75.968.125	418.857	3.211.153	79.598.135
Debêntures	377.111	79.777	920.879	1.377.767
Fundos mútuos de investimentos	45.713	-	2.864.637	2.910.350
Títulos de renda fixa no exterior	5.218.329	-	-	5.218.329
Total	229.965.739	2.108.422	9.140.397	241.214.558

3.2.1. Transferências entre o Nível 1 e o Nível 2

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros que tiveram ativos reclassificados entre os níveis 1 e 2, comparando a posição no início e no final do exercício. Os valores apresentados correspondem aos saldos dos ativos reclassificados na data-base indicada.

	BNDES		Consolidado	
	2025			
	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	-	-	16.651	-
Debêntures Simples	-	314.421	-	314.421

As razões para essas transferências, bem como a política da entidade para determinar o momento em que ocorrem as transferências entre níveis, estão apresentadas na Nota Explicativa n.º 26.5.6.

3.2.2. Conciliação dos saldos do Nível 3

	BNDES						
	2025						
	Valor justo por meio do resultado			Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Total
	Debêntures	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	
Saldo em 1º de janeiro de 2025	838	6.454.353	109	182.220	32.742	-	6.670.262
Transferências do Nível 3	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para Nível 3	-	-	-	25.242	-	-	25.242
Ganhos (perdas) incluídos no/em:							
Resultado do exercício	420	758.339	(27)	14.060	-	-	772.792
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(16.894)	(16.783)	-	(33.677)
Aquisições	-	130.145	-	753.140	-	-	883.285
Alienações/resgates/amortizações/conversão	-	(14.473)	(82)	(36.889)	-	-	(51.444)
Saldo no final do exercício	1.258	7.328.364	-	920.879	15.959	-	8.266.460

	Consolidado						
	2025						
	Valor justo por meio do resultado			Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Total
	Debêntures	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	
Saldo em 1º de janeiro de 2025	838	1.715.906	785	182.220	3.135.325	2.489.336	7.524.410
Transferências do Nível 3	-	-	-	-	(68.918)	-	(68.918)
Transferências para Nível 3	-	-	-	25.242	9.452	-	34.694
Ganhos (perdas) incluídos no/em:							
Resultado do exercício	420	323.372	34.775	14.060	-	-	372.627
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(16.894)	(34.432)	140.719	89.393
Aquisições	-	324.438	161.109	753.140	169.726	453.709	1.862.122
Alienações/resgates/amortizações/conversão	-	(417.833)	(82)	(36.889)	-	(219.127)	(673.931)
Saldo no final do exercício	1.258	1.945.883	196.587	920.879	3.211.153	2.864.637	9.140.397

3.2.3. Informações sobre dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do Nível 3

Ativos	Variáveis não observáveis	BNDES	Consolidado
		2025	
Debêntures	Spread de risco de crédito	de 1,3% a 6,2%	de 1,3% a 6,2%
Ações	Crescimento do Ebitda (média ponderada)	N/A ⁽¹⁾	de 4,2% a 6,6%
	Taxas de desconto (média)	N/A ⁽¹⁾	de 13,2% a 15%
	Múltiplos	de 1x a 6,7x	de 1x a 7,8x
Bônus de subscrição	Volatilidades	N/A ⁽¹⁾	de 0,25 a 0,67

⁽¹⁾ Não se aplica.

Sensibilidade a mudanças em dados não observáveis significativos

Os dados não observáveis foram agregados em três categorias apresentadas na tabela a seguir, a qual evidencia a sensibilidade a alterações para cenários selecionados.

Variáveis não observáveis	Cenários	BNDES		Consolidado	
		2025			
		Impacto no resultado	Impacto no patrimônio	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio
Taxas de juros/ <i>spreads</i> de risco de crédito	Cenário I	-	(50.280)	-	(50.280)
	Cenário II	-	(223.947)	-	(223.947)
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	Cenário I	-	(1.596)	(131.075)	(608.320)
	Cenário II	-	(3.990)	(327.689)	(1.520.800)
Volatilidade de ações	Cenário I	-	-	-	(11.611)
	Cenário II	-	-	-	(23.134)

Variáveis não observáveis	Cenário I	Cenário II
Taxas de Juros/spreads de risco de crédito	aumento de 1 p.p. nas taxas	aumento de 5 p.p. nas taxas
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	redução de 10% nos valores dos ativos	redução de 25% nos valores dos ativos
Volatilidade de ações	aplicação de volatilidade muito baixa (0,20)	aplicação de volatilidade extremamente baixa (0,15)

3.3. Ativos financeiros por vencimento

	BNDES							
	2025							
	Sem vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	A vencer			Acima de 10 anos	Total
				Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	28.082.290	-	-	-	-	-	28.082.290
Títulos e valores mobiliários								
Títulos públicos	-	140.343.826	806.256	1.522.809	3.472.147	-	2.221.624	148.366.662
Ações	10.103.511	-	-	-	-	-	-	10.103.511
Debêntures	-	16.140	29.144	100.059	142.344	43.123	1.048.215	1.379.025
Cotas de fundos de investimento	7.328.364	-	-	-	-	-	-	7.328.364
Títulos de renda fixa no exterior	-	1.959.476	2.723.951	-	584.253	1.081.920	3.538.409	9.888.009
Relações interfinanceiras								
Créditos vinculados	-	992.029	-	-	-	-	-	992.029
Repasse interfinanceiros	-	32.370.159	16.155.117	13.856.646	19.547.567	46.866.500	151.853.427	280.649.416
Operações de Crédito	-	24.932.669	30.833.124	23.915.394	42.666.617	80.997.913	105.744.825	309.090.542
Derivativos	-	195.219	-	-	-	-	1.414.569	1.609.788
Outras operações com características de concessão de crédito								
Debêntures	-	147.281	83.677	90.773	1.637.612	3.802.988	45.671.745	51.434.076
Direitos recebíveis	-	2.037	1.539	1.147	178	-	-	4.901
Créditos por avais e fianças honrados	-	10.467	-	-	-	-	-	10.467
Outros ativos financeiros	482.967	4.063.685	-	-	-	-	-	4.546.652
Total	17.914.842	233.115.278	50.632.808	39.486.828	68.050.718	132.792.444	311.492.814	853.485.732

	Consolidado							
	2025							
	Sem vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	A vencer			Acima de 10 anos	Total
				Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	34.775.529	-	-	-	-	-	34.775.529
Títulos e valores mobiliários								
Títulos públicos	-	140.378.879	806.256	1.522.809	3.472.147	-	2.221.624	148.401.715
Ações	79.598.135	-	-	-	-	-	-	79.598.135
Debêntures	-	16.140	29.144	100.059	142.344	43.123	1.048.215	1.379.025
Cotas de fundos de investimento	4.856.233	-	-	-	-	-	-	4.856.233
Títulos de renda fixa no exterior	-	1.959.476	2.723.951	-	584.253	1.081.920	3.538.409	9.888.009
Relações interfinanceiras								
Créditos vinculados	-	992.029	-	-	-	-	-	992.029
Repasse interfinanceiros	-	71.725.286	27.888.479	16.154.040	13.855.723	19.546.264	108.341.613	257.511.405
Operações de Crédito	-	31.058.982	30.908.935	23.977.770	42.765.411	81.155.222	140.205.651	350.071.971
Derivativos	-	391.684	122	-	-	-	1.414.569	1.806.375
Outras operações com características de concessão de crédito								
Debêntures	-	147.281	375.200	107.228	1.637.612	3.848.642	45.740.423	51.856.386
Direitos recebíveis	-	117.869	8.991	8.627	3.433	8.465	157.190	304.575
Créditos por avais e fianças honrados	-	10.467	-	-	-	-	-	10.467
Outros ativos financeiros	555.343	2.770.685	862.643	-	-	-	-	4.188.671
Total	85.009.711	284.344.307	63.603.721	41.870.533	62.460.923	105.683.636	302.667.694	945.640.525

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BNDES	Consolidado
	2025	
Disponibilidades	29.780	29.897
Aplicações interfinanceiras de liquidez	28.082.290	34.775.529
Aplicações em operações compromissadas	25.319.549	32.012.785
Aplicações em moedas estrangeiras	2.611.583	2.611.586
Aplicações em depósitos interfinanceiros	151.158	151.158
Total	28.112.070	34.805.426

Essas rubricas do balanço patrimonial são consideradas caixa e equivalentes de caixa para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

5. CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito do BNDES é composta por operações de crédito, repasses interfinanceiros e outras operações com características de concessão de crédito.

	BNDES	Consolidado
	2025	
Operações de crédito	309.090.542	350.071.971
Repasses interfinanceiros	280.649.416	257.511.405
Debêntures	51.434.076	51.856.386
Direitos recebíveis	4.901	304.575
Créditos por avais e fianças honrados	10.467	10.467
Total da carteira de crédito	641.189.402	659.754.804
Circulante	57.462.613	103.059.885
Não circulante	583.726.789	556.694.919

5.1. Operações de crédito e Repasses interfinanceiros

5.1.1. Operações de crédito - Operações diretas

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

	BNDES	Consolidado
	2025	
Saldo Bruto	316.646.477	358.066.330
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(7.630.663)	(8.069.087)
Subtotal	309.015.814	349.997.243
Hedge de operações de crédito	74.728	74.728
Total	309.090.542	350.071.971
Circulante	24.932.669	31.058.982
Não circulante	284.157.873	319.012.989

5.1.2. Repasses interfinanceiros - Operações indiretas

Pelo fato de o BNDES não possuir agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que os recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações de repasses interfinanceiros realizadas por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

	BNDES	Consolidado
	2025	
Saldo Bruto	280.978.152	258.010.676
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(328.736)	(505.176)
Subtotal	280.649.416	257.505.500
Hedge de repasses interfinanceiros	-	5.905
Total	280.649.416	257.511.405
Circulante	32.370.159	71.725.286
Não circulante	248.279.257	185.786.119

5.1.3. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	BNDES			
	2025			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	15.477.300	4,9%	139.854.301	49,8%
10 seguintes maiores clientes	59.919.510	18,9%	119.454.217	42,5%
20 seguintes maiores clientes	52.615.154	16,6%	20.928.937	7,4%
50 seguintes maiores clientes	65.225.608	20,6%	740.697	0,3%
100 seguintes maiores clientes	51.725.058	16,3%	-	-
Demais clientes	71.683.847	22,7%	-	-
Total	316.646.477	100,0%	280.978.152	100,0%

	Consolidado			
	2025			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	25.352.916	7,1%	47.979.238	18,6%
10 seguintes maiores clientes	75.377.077	21,0%	165.771.946	64,3%
20 seguintes maiores clientes	59.274.568	16,6%	42.118.848	16,3%
50 seguintes maiores clientes	71.117.280	19,9%	2.140.644	0,8%
100 seguintes maiores clientes	54.974.573	15,4%	-	-
Demais clientes	71.969.916	20,0%	-	-
Total	358.066.330	100,0%	258.010.676	100,0%

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

Os limites de exposição por cliente estão descritos na Nota Explicativa n.º 21.1.4.

5.1.4. Setor de atividade da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	BNDES	Consolidado
	2025	
Setor público		
Administração pública	43.430.848	43.430.874
Atividades empresariais		
Indústria	6.717.232	6.809.232
Intermediação financeira	191.242.152	56.143.447
Outros serviços	3.331.912	3.331.912
Subtotal	244.722.144	109.715.465
Setor privado		
Rural	1.442.759	2.006.653
Indústria	187.541.008	196.973.845
Comércio	2.279.751	3.075.576
Intermediação financeira	90.590.185	195.587.001
Outros serviços	71.048.782	108.718.466
Subtotal	352.902.485	506.361.541
Total	597.624.629	616.077.006

5.1.5. Recursos direcionados para aplicação no crédito rural

O BNDES está sujeito ao direcionamento de recursos para aplicação em operações de crédito rural em virtude de captações por meio de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), sendo a exigibilidade cumprida por meio de operações de financiamento.

Fonte de Recursos Obrigatórios	Volume para Cumprimento da Exigibilidade ⁽¹⁾ (a)	Volume em Cumprimento da Exigibilidade ⁽²⁾ (b)	% Cumprimento da Exigibilidade ⁽³⁾ (b)/(a)
LCA – Letra de crédito do agronegócio	4.480.003	3.947.925	88%

⁽¹⁾ Apurado sobre os saldos médios diários das LCAs entre o primeiro dia útil do mês de junho e o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

⁽²⁾ O período de cumprimento da exigibilidade para LCA tem início no primeiro dia útil do mês de julho e término no último dia útil do mês de junho do ano seguinte.

⁽³⁾ O Manual de Crédito Rural, para o ano safra de 2025/2026, definiu o percentual de 60% para cumprimento da exigibilidade da Fonte LCA.

Não há previsão de custos por descumprimento das exigibilidades.

5.2. Outras operações com características de concessão de crédito

5.2.1. Debêntures ao custo amortizado

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento.

	BNDES	Consolidado
	2025	
Saldo bruto	54.163.654	54.587.456
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.719.027)	(2.720.519)
Subtotal	51.444.627	51.866.937
Hedge de debêntures com características de concessão de crédito	(10.551)	(10.551)
Total	51.434.076	51.856.386
Circulante	147.281	147.281
Não circulante	51.286.795	51.709.105

5.2.2. Direitos recebíveis

	BNDES	Consolidado
	2025	
Saldo bruto ⁽¹⁾	5.791	2.554.583
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(890)	(2.250.008)
Total	4.901	304.575
Circulante	2.037	117.869
Não circulante	2.864	186.706

⁽¹⁾ O saldo consolidado, majoritariamente, refere-se à renegociação de saldos de debêntures ocorrida em 2022.

5.2.3. Créditos por avais e fianças honrados

	BNDES	Consolidado
	2025	
Saldo bruto	18.965	18.965
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(8.498)	(8.498)
Total	10.467	10.467
Circulante	10.467	10.467
Não circulante	-	-

5.3. Classificação por estágios

	BNDES							
	2025							
	Saldo bruto				Provisão			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito	228.687.597	73.876.563	14.082.317	316.646.477	(1.006.527)	(2.597.500)	(4.026.636)	(7.630.663)
Repasse Interfinanceiros	279.030.607	1.944.761	2.784	280.978.152	(291.741)	(36.376)	(619)	(328.736)
Subtotal	507.718.204	75.821.324	14.085.101	597.624.629	(1.298.268)	(2.633.876)	(4.027.255)	(7.959.399)
Outros créditos com características de concessão de crédito								
Debêntures ao custo amortizado	46.869.348	4.947.058	2.347.248	54.163.654	(486.268)	(120.236)	(2.112.523)	(2.719.027)
Direitos recebíveis	-	4.136	1.655	5.791	-	(149)	(741)	(890)
Créditos por avais e fianças honrados	-	-	18.965	18.965	-	-	(8.498)	(8.498)
Subtotal	46.869.348	4.951.194	2.367.868	54.188.410	(486.268)	(120.385)	(2.121.762)	(2.728.415)
Total Carteira de crédito	554.587.552	80.772.518	16.452.969	651.813.039	(1.784.536)	(2.754.261)	(6.149.017)	(10.687.814)

	Consolidado							
	2025							
	Saldo bruto				Provisão			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito	263.700.103	80.036.600	14.329.627	358.066.330	(1.186.979)	(2.728.701)	(4.153.407)	(8.069.087)
Repasse Interfinanceiros	255.730.287	2.277.605	2.784	258.010.676	(465.106)	(39.451)	(619)	(505.176)
Subtotal	519.430.390	82.314.205	14.332.411	616.077.006	(1.652.085)	(2.768.152)	(4.154.026)	(8.574.263)
Outros créditos com características de concessão de crédito								
Debêntures ao custo amortizado	47.293.150	4.947.058	2.347.248	54.587.456	(487.760)	(120.236)	(2.112.523)	(2.720.519)
Direitos recebíveis	293.839	4.137	2.256.607	2.554.583	(4.680)	(149)	(2.245.179)	(2.250.008)
Créditos por avais e fianças honrados	-	-	18.965	18.965	-	-	(8.498)	(8.498)
Subtotal	47.586.989	4.951.195	4.622.820	57.161.004	(492.440)	(120.385)	(4.366.200)	(4.979.025)
Total Carteira de crédito	567.017.379	87.265.400	18.955.231	673.238.010	(2.144.525)	(2.888.537)	(8.520.226)	(13.553.288)

5.4. Movimentação por estágios

a) Carteira bruta

Saldo bruto	BNDES			
	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	204.273.754	77.472.673	15.261.868	297.008.295
Aquisições/(liquidações) líquida	23.640.859	(2.864.885)	(1.137.792)	19.638.182
Transferência entre estágios	772.984	(731.225)	(41.759)	-
Transferência para Estágio 1	10.552.710	(9.827.401)	(725.309)	-
Transferência para Estágio 2	(9.089.060)	9.099.662	(10.602)	-
Transferência para Estágio 3 - reestruturados	(3.596)	-	3.596	-
Transferência para Estágio 3 - demais ativos	(687.070)	(3.486)	690.556	-
Saldo no final do exercício	228.687.597	73.876.563	14.082.317	316.646.477
Repasse Interfinanceiros				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	232.362.962	10.220.628	2.784	242.586.374
Aquisições/(liquidações) líquida	42.130.540	(3.738.762)	-	38.391.778
Transferência entre estágios	4.537.105	(4.537.105)	-	-
Transferência para Estágio 1	6.217.501	(6.217.501)	-	-
Transferência para Estágio 2	(1.680.396)	1.680.396	-	-
Saldo no final do exercício	279.030.607	1.944.761	2.784	280.978.152
Debêntures ao Custo Amortizado				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	33.572.786	2.867.971	2.456.460	38.897.217
Aquisições/(liquidações) líquida	14.837.711	537.938	(109.212)	15.266.437
Transferência entre estágios	(1.541.149)	1.541.149	-	-
Transferência para Estágio 1	1.175.571	(1.175.571)	-	-
Transferência para Estágio 2	(2.716.720)	2.716.720	-	-
Saldo no final do exercício	46.869.348	4.947.058	2.347.248	54.163.654
Direitos recebíveis				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	81	5.270	2.207	7.558
Aquisições/(liquidações) líquida	(81)	(1.134)	(552)	(1.767)
Saldo no final do exercício	-	4.136	1.655	5.791
Créditos por avais e fianças honrados				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	-	-	-	-
Aquisições/(liquidações) líquida	-	-	18.965	18.965
Saldo no final do exercício	-	-	18.965	18.965
Total da carteira de crédito bruta				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	470.209.583	90.566.542	17.723.319	578.499.444
Aquisições/(liquidações) líquida	80.609.029	(6.066.843)	(1.228.591)	73.313.595
Transferência entre estágios	3.768.940	(3.727.181)	(41.759)	-
Transferência para Estágio 1	17.945.782	(17.220.473)	(725.309)	-
Transferência para Estágio 2	(13.486.176)	13.496.778	(10.602)	-
Transferência para Estágio 3 - reestruturados	(3.596)	-	3.596	-
Transferência para Estágio 3 - demais ativos	(687.070)	(3.486)	690.556	-
Saldo no final do exercício	554.587.552	80.772.518	16.452.969	651.813.039

Saldo bruto	Consolidado			
	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	239.000.097	82.057.315	15.278.398	336.335.810
Aquisições/(liquidações) líquida	24.436.559	(1.616.772)	(1.089.267)	21.730.520
Transferência entre estágios	263.447	(403.943)	140.496	-
Transferência para Estágio 1	11.281.165	(10.555.856)	(725.309)	-
Transferência para Estágio 2	(10.186.764)	10.197.366	(10.602)	-
Transferência para Estágio 3 - reestruturados	(13.866)	-	13.866	-
Transferência para Estágio 3 - demais ativos	(817.088)	(45.453)	862.541	-
Saldo no final do exercício	263.700.103	80.036.600	14.329.627	358.066.330
Repasse Interfinanceiros				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	206.464.251	14.614.062	2.784	221.081.097
Aquisições/(liquidações) líquida	41.090.604	(4.161.025)	-	36.929.579
Transferência entre estágios	8.175.432	(8.175.432)	-	-
Transferência para Estágio 1	10.090.862	(10.090.862)	-	-
Transferência para Estágio 2	(1.915.430)	1.915.430	-	-
Saldo no final do exercício	255.730.287	2.277.605	2.784	258.010.676
Debêntures ao Custo Amortizado				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	34.258.891	2.867.971	2.456.460	39.583.322
Aquisições/(liquidações) líquida	14.575.408	537.938	(109.212)	15.004.134
Transferência entre estágios	(1.541.149)	1.541.149	-	-
Transferência para Estágio 1	1.175.571	(1.175.571)	-	-
Transferência para Estágio 2	(2.716.720)	2.716.720	-	-
Saldo no final do exercício	47.293.150	4.947.058	2.347.248	54.587.456
Direitos recebíveis				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	879.258	5.270	2.207.138	3.091.666
Aquisições/(liquidações) líquida	(585.419)	(1.133)	49.469	(537.083)
Saldo no final do exercício	293.839	4.137	2.256.607	2.554.583
Créditos por avais e fianças honrados				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	-	-	-	-
Aquisições/(liquidações) líquida	-	-	18.965	18.965
Saldo no final do exercício	-	-	18.965	18.965
Total da carteira de crédito bruta				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	480.602.497	99.544.618	19.944.780	600.091.895
Aquisições/(liquidações) líquida	79.517.152	(5.240.992)	(1.130.045)	73.146.115
Transferência entre estágios	6.897.730	(7.038.226)	140.496	-
Transferência para Estágio 1	22.547.598	(21.822.289)	(725.309)	-
Transferência para Estágio 2	(14.818.914)	14.829.516	(10.602)	-
Transferência para Estágio 3 - reestruturados	(13.866)	-	13.866	-
Transferência para Estágio 3 - demais ativos	(817.088)	(45.453)	862.541	-
Saldo no final do exercício	567.017.379	87.265.400	18.955.231	673.238.010

b) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Provisão para risco de crédito	BNDES			
	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(721.830)	(4.051.269)	(4.364.216)	(9.137.315)
(Constituição) / reversão líquida	358.949	912.505	235.128	1.506.582
Transferência entre estágios	(643.646)	541.264	102.382	-
Transferência para Estágio 1	(705.026)	601.968	103.058	-
Transferência para Estágio 2	60.505	(60.715)	210	-
Transferência para Estágio 3 - reestruturados	188	-	(188)	-
Transferência para Estágio 3 - demais ativos	687	11	(698)	-
Baixas por desconhecimento	-	-	70	70
Saldo no final do exercício	(1.006.527)	(2.597.500)	(4.026.636)	(7.630.663)
Repasse Interfinanceiros				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(190.227)	(207.237)	(619)	(398.083)
(Constituição) / reversão líquida	76.201	(6.854)	-	69.347
Transferência entre estágios	(177.715)	177.715	-	-
Transferência para Estágio 1	(190.208)	190.208	-	-
Transferência para Estágio 2	12.493	(12.493)	-	-
Saldo no final do exercício	(291.741)	(36.376)	(619)	(328.736)
Debêntures ao Custo Amortizado				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(389.078)	(126.380)	(2.177.038)	(2.692.496)
(Constituição) / reversão líquida	(127.954)	36.908	64.515	(26.531)
Transferência entre estágios	30.764	(30.764)	-	-
Transferência para Estágio 1	(24.991)	24.991	-	-
Transferência para Estágio 2	55.755	(55.755)	-	-
Saldo no final do exercício	(486.268)	(120.236)	(2.112.523)	(2.719.027)
Direitos recebíveis				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(1)	(288)	(989)	(1.278)
(Constituição) / reversão líquida	1	139	248	388
Saldo no final do exercício	-	(149)	(741)	(890)
Créditos por avais e fianças honrados				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	-	-	-	-
(Constituição) / reversão líquida	-	-	(8.498)	(8.498)
Saldo no final do exercício	-	-	(8.498)	(8.498)
Total de provisão sobre a carteira de crédito				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(1.301.136)	(4.385.174)	(6.542.862)	(12.229.172)
(Constituição) / reversão líquida	307.197	942.698	291.393	1.541.288
Transferência entre estágios	(790.597)	688.215	102.382	-
Transferência para Estágio 1	(920.225)	817.167	103.058	-
Transferência para Estágio 2	128.753	(128.963)	210	-
Transferência para Estágio 3 - reestruturados	188	-	(188)	-
Transferência para Estágio 3 - demais ativos	687	11	(698)	-
Baixas por desconhecimento	-	-	70	70
Saldo no final do exercício	(1.784.536)	(2.754.261)	(6.149.017)	(10.687.814)

Provisão para risco de crédito	Consolidado			
	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(1.361.591)	(4.229.975)	(4.366.836)	(9.958.402)
(Constituição) / reversão líquida	849.681	922.671	116.893	1.889.245
Transferência entre estágios	(675.069)	578.603	96.466	-
Transferência para Estágio 1	(744.809)	641.751	103.058	-
Transferência para Estágio 2	65.388	(65.598)	210	-
Transferência para Estágio 3 - reestruturados	399	-	(399)	-
Transferência para Estágio 3 - demais ativos	3.953	2.450	(6.403)	-
Baixas por desconhecimento	-	-	70	70
Saldo no final do exercício	(1.186.979)	(2.728.701)	(4.153.407)	(8.069.087)
Repasse Interfinanceiros				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(318.015)	(269.906)	(619)	(588.540)
(Constituição) / reversão líquida	89.143	(5.779)	-	83.364
Transferência entre estágios	(236.234)	236.234	-	-
Transferência para Estágio 1	(250.439)	250.439	-	-
Transferência para Estágio 2	14.205	(14.205)	-	-
Saldo no final do exercício	(465.106)	(39.451)	(619)	(505.176)
Debêntures ao Custo Amortizado				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(391.210)	(126.380)	(2.177.038)	(2.694.628)
(Constituição) / reversão líquida	(127.314)	36.908	64.515	(25.891)
Transferência entre estágios	30.764	(30.764)	-	-
Transferência para Estágio 1	(24.991)	24.991	-	-
Transferência para Estágio 2	55.755	(55.755)	-	-
Saldo no final do exercício	(487.760)	(120.236)	(2.112.523)	(2.720.519)
Direitos recebíveis				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(14.002)	(288)	(2.162.613)	(2.176.903)
(Constituição) / reversão líquida	9.322	139	(82.566)	(73.105)
Saldo no final do exercício	(4.680)	(149)	(2.245.179)	(2.250.008)
Créditos por avais e fianças honrados				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	-	-	-	-
(Constituição) / reversão líquida	-	-	(8.498)	(8.498)
Saldo no final do exercício	-	-	(8.498)	(8.498)
Total de provisão sobre a carteira de crédito				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(2.084.818)	(4.626.549)	(8.707.106)	(15.418.473)
(Constituição) / reversão líquida	820.832	953.939	90.344	1.865.115
Transferência entre estágios	(880.539)	784.073	96.466	-
Transferência para Estágio 1	(1.020.239)	917.181	103.058	-
Transferência para Estágio 2	135.348	(135.558)	210	-
Transferência para Estágio 3 - reestruturados	399	-	(399)	-
Transferência para Estágio 3 - demais ativos	3.953	2.450	(6.403)	-
Baixas por desconhecimento	-	-	70	70
Saldo no final do exercício	(2.144.525)	(2.888.537)	(8.520.226)	(13.553.288)

O efeito da movimentação da provisão no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 19.2.

5.5. Créditos renegociados e recuperados

	BNDES		Consolidado	
	2º semestre de 2025	2025	2º semestre de 2025	2025
Baixas para prejuízo ⁽¹⁾	12	70	12	71
Recuperação de créditos baixados	283.762	551.127	386.341	653.917
Créditos renegociados				
Renegociados não caracterizados como reestruturação	1.003.843	3.371.719	1.518.349	4.148.979
Reestruturação	654.453	654.453	690.884	690.884

⁽¹⁾ Todos os ativos baixados do Sistema BNDES estão sujeitos à atividade de execução.

5.6. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

	BNDES	Consolidado
	2025	2025
Expectativa de recuperação ⁽¹⁾	10.303.951	10.435.004
Receitas não reconhecidas	730.849	973.890

⁽¹⁾ Saldo das operações líquido da perda esperada de crédito.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Nota Explicativa	BNDES 2025	Consolidado 2025
Valor justo por meio do resultado			
Cotas de fundo de investimentos			
Fundos Exclusivos	6.3	6.693.236	-
Fundos mútuos de investimento e de participações	6.3	635.128	1.945.883
Títulos públicos	6.2	138.439.255	138.439.255
Títulos de renda fixa no exterior		5	5
Debêntures		1.258	1.258
		145.768.882	140.386.401
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Debêntures	6.4	1.377.767	1.377.767
Ações	6.6	10.103.511	79.598.135
Títulos públicos	6.2	9.917.201	9.917.201
Títulos de renda fixa no exterior		5.218.329	5.218.329
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	6.3	-	2.910.350
		26.616.808	99.021.782
Custo amortizado			
Títulos públicos	6.2	10.206	45.259
Títulos de renda fixa no exterior		4.669.675	4.669.675
		4.679.881	4.714.934
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	6.5	1.609.788	1.806.375
Total		178.675.359	245.929.492

⁽¹⁾ Considera instrumentos financeiros derivativos de câmbio, taxa de juros e renda variável.

6.1. Valores de custo e mercado por natureza e emissor

	BNDES		Consolidado	
	2025			
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Valor justo por meio do resultado:				
Carteira própria				
Público:				
Cotas de fundos de investimento - Exclusivos	6.693.236	6.693.236	-	-
Títulos públicos	97.104.778	97.310.420	110.742.190	110.974.281
Títulos de renda fixa no exterior	5	5	5	5
Privado:				
Cotas de fundos de investimento	431.564	635.128	1.497.493	1.945.883
Debêntures	-	1.258	309.347	38.988
Provisão para risco de crédito – Debêntures	-	-	(37.730)	(37.730)
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos públicos	33.929.730	34.025.012	20.292.318	20.361.151
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos públicos	7.091.353	7.103.823	7.091.353	7.103.823
	145.250.666	145.768.882	139.894.976	140.386.401
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:				
Carteira própria				
Público:				
Debêntures	2.616	2.438	2.616	2.438
Provisão para risco de crédito – Debêntures	(9)	(9)	(9)	(9)
Ações	6.009.924	10.087.552	26.107.479	54.355.074
Títulos públicos	1.340.338	1.306.830	5.485.523	5.181.183
Privado:				
Títulos de renda fixa no exterior	5.843.879	5.218.329	5.843.879	5.218.329
Debêntures	1.440.339	1.391.455	1.440.339	1.391.455
Provisão para risco de crédito – Debêntures	(16.117)	(16.117)	(16.117)	(16.117)
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	-	-	2.305.411	2.910.350
Ações	-	15.959	20.572.747	25.243.061
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos públicos	9.381.081	8.610.371	5.235.896	4.736.018
	24.002.051	26.616.808	66.977.764	99.021.782
Custo amortizado:				
Carteira própria				
Público:				
Títulos públicos	10.206	10.206	45.259	45.259
Privado:				
Títulos de renda fixa no exterior	4.677.390	4.630.902	4.677.390	4.630.902
Provisão para risco de crédito – Títulos de renda fixa no exterior	(7.715)	-	(7.715)	-
	4.679.881	4.641.108	4.714.934	4.676.161
Instrumentos financeiros derivativos (Privado)	68.670	1.609.788	68.670	1.806.375
Total	174.001.268	178.636.586	211.656.344	245.890.719
Resumo por tipo de carteira:				
Carteira própria	123.599.104	128.897.380	179.036.777	213.689.727
Vinculados				
Compromissos de recompra	43.310.811	42.635.383	25.528.214	25.097.169
Prestação de Garantias	7.091.353	7.103.823	7.091.353	7.103.823
Resumo por emissor:				
Público	161.563.258	165.149.884	175.002.630	202.759.223
Privado	12.438.010	13.486.702	36.653.714	43.131.499

6.2. Títulos públicos federais

	BNDES	Consolidado
	2025	
Valor justo por meio do resultado		
Letras do Tesouro Nacional – LTN	60.574.664	60.574.664
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	69.633.066	69.633.066
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	1.662.612	1.662.612
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	6.568.913	6.568.913
	138.439.255	138.439.255
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	8.772.820	8.772.820
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	1.144.381	1.144.381
	9.917.201	9.917.201
Custo amortizado		
Notas do Tesouro Nacional – Série I – NTN-I	10.206	45.259
	10.206	45.259
Total	148.366.662	148.401.715
Circulante	140.343.826	140.378.879
Não Circulante	8.022.836	8.022.836

6.3. Cotas de fundos de investimentos

	BNDES	Consolidado
	2025	
Fundos exclusivos	6.693.236	-
Fundos mútuos de investimento e de participações	635.128	4.856.233
Total de Cotas de fundos de investimento	7.328.364	4.856.233
Circulante	7.328.364	1.945.883
Não Circulante	-	2.910.350

6.3.1. Fundos Exclusivos

O BNDES possui investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil, apresentados de forma consolidada, cujas carteiras são compostas predominantemente por títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – Selic.

6.3.2. Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base do balanço.

Fundo	Administrador	BNDES	Consolidado
		2025	
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	247.675	247.675
Fundo Garantidor BNDES - SEBRAE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	133.400	133.400
FIDC AGRO OPEN GROWTH SILOS RL	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	103.100	103.100
SRM EXODUS PME FIDC	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	412.306
VINCI Crédito Infra Institucional RF	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	391.006
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	-	336.071
Kinea Equity Infra I FIP	Kinea Private Equity Investimentos S.A.	-	301.840
Lightrock LATAM Fund I FIP	Lightrock Gestora de Recursos Ltda.	-	268.151
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	-	257.292
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	-	213.573
PÁTRIA INFRA CRÉDITO FIDC	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	136.985
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	133.082
Avanti Multiestratégia FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	-	122.302
CRIATEC III FIP	Lions Trust Adm. de Recursos Ltda.	-	118.932
GEF LATAM Climate Solutions FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	118.795
ALAOFF V Brasil FIP	TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.	-	112.118
FIDC FUNTTEL PADTEC FIDC	Finvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	-	105.768
Fundo BBI Financeiro I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A.	-	98.892
Subtotal		484.175	3.611.288
Outros		150.953	1.244.945
Total		635.128	4.856.233
Circulante		635.128	1.945.883
Não circulante		-	2.910.350

6.4. Debêntures

	BNDES	Consolidado
	2025	
Valor justo por meio do resultado		
Valor ao custo amortizado	-	309.347
Ajuste ao valor de mercado	1.258	(270.359)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(37.730)
Subtotal	1.258	1.258
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Valor ao custo amortizado	1.442.955	1.442.955
Ajuste ao valor de mercado	(49.062)	(49.062)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(16.126)	(16.126)
Subtotal	1.377.767	1.377.767
Total	1.379.025	1.379.025
Circulante	16.140	16.140
Não circulante	1.362.885	1.362.885

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e possuem as seguintes características, dentre outras:

- (i) Setores apoiados pelo BNDES;
- (ii) Recursos captados destinados a investimentos em:
 - a) Projetos de infraestrutura; e
 - b) Planos de negócio corporativos, com investimentos em: ativos fixos; capital de giro; pesquisa e desenvolvimento; fusões, incorporações e aquisições, nos casos em que os ganhos de escala e escopo advindos da consolidação sejam importantes para impulsionar o crescimento posterior; reestruturação e alongamento de dívidas; e outras finalidades, conforme o caso, desde que justificáveis para o desenvolvimento da sociedade emissora.

A atuação no mercado secundário segue os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que elas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

6.4.1. Movimentação por estágios

a) Carteira bruta

	BNDES			
	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo bruto				
Debêntures VJORA				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	546.328	224.501	-	770.829
Aquisições/(liquidações) líquida	719.727	(47.601)	-	672.126
Transferência entre estágios	(3.850)	3.850	-	-
Transferência para Estágio 1	10.368	(10.368)	-	-
Transferência para Estágio 2	(14.218)	14.218	-	-
Saldo no final do exercício	1.262.205	180.750	-	1.442.955

	Consolidado			
	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo bruto				
Debêntures VJORA				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	546.328	224.501	-	770.829
Aquisições/(liquidações) líquida	719.727	(47.601)	-	672.126
Transferência entre estágios	(3.850)	3.850	-	-
Transferência para Estágio 1	10.368	(10.368)	-	-
Transferência para Estágio 2	(14.218)	14.218	-	-
Saldo no final do exercício	1.262.205	180.750	-	1.442.955

	Consolidado			
	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Debêntures VJR				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	32.320	211.522	54.510	298.352
Aquisições/(liquidações) líquida	10.995	-	-	10.995
Transferência entre estágios	203.995	(203.995)	-	-
Transferência para Estágio 1	203.995	(203.995)	-	-
Saldo no final do exercício	247.310	7.527	54.510	309.347

b) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	BNDES			
	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão para risco de crédito				
Debêntures VJORA				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(9.068)	(7.581)	-	(16.649)
(Constituição) / reversão líquida	(2.916)	3.439	-	523
Transferência entre estágios	74	(74)	-	-
Transferência para Estágio 1	(152)	152	-	-
Transferência para Estágio 2	226	(226)	-	-
Saldo no final do exercício	(11.910)	(4.216)	-	(16.126)

	Consolidado			
	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão para risco de crédito				
Debêntures VJORA				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(9.068)	(7.581)	-	(16.649)
(Constituição) / reversão líquida	(2.916)	3.439	-	523
Transferência entre estágios	74	(74)	-	-
Transferência para Estágio 1	(152)	152	-	-
Transferência para Estágio 2	226	(226)	-	-
Saldo no final do exercício	(11.910)	(4.216)	-	(16.126)

	Consolidado			
	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Debêntures VJR				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(1.687)	(13.734)	(24.427)	(39.848)
(Constituição) / reversão líquida	2.022	96	-	2.118
Transferência entre estágios	(13.245)	13.245	-	-
Transferência para Estágio 1	(13.245)	13.245	-	-
Saldo no final do exercício	(12.910)	(393)	(24.427)	(37.730)

6.5. Instrumentos Financeiros Derivativos

O BNDES utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins de *hedge* financeiros ou contábil, de acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021 e Circular n.º 3.082/2002 do Bacen.

Esses instrumentos têm como objetivo o gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 26.10.

6.5.1. Composição

	Vencimentos	BNDES		
		2025		
		Valor de referência	Valor de mercado	
			Ativo	(Passivo)
Contratos swap				
Cambiais:				
Euro x USD	nov/32 a mai/36	56.740	45.599	(9.104)
Euro x R\$	nov/32	27.169	90.268	(37.161)
CNH x R\$	nov/27	(76.450)	366.325	(382.911)
MNX x R\$	jun/26	619	-	(712)
Taxas de juros em US\$:				
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	290.927	1.033.844	(138.913)
Inflação:				
CDI x IPCA	mai/41 a mar/47	28.583	73.752	(74.922)
Subtotal		327.588	1.609.788	(643.723)
Contratos futuros ⁽¹⁾				
DI (posição vendida)	abr/26 a jan/35	(95.726.429)	-	-
USD (posição vendida)	jan/26 a fev/26	(1.892.826)	-	-
DDI (posição comprada)	jan/26 a jan/31	7.456.655	-	-
DDI (posição vendida)	jun/26	(2.655)	-	-
DAP (posição comprada)	jan/26 a mai/55	24.956.303	-	-
DAP (posição vendida)	ago/30	(13.426)	-	-
Subtotal		(65.222.378)	-	-
Total			1.609.788	(643.723)
Circulante			195.219	(461.927)
Não circulante			1.414.569	(181.796)

⁽¹⁾ Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos – diversos".

	Vencimentos	Consolidado		
		2025		
		Valor de referência	Valor de mercado	
			Ativo	(Passivo)
Contratos swap				
Cambiais:				
Euro x USD	nov/32 a mai/36	56.740	45.599	(9.104)
Euro x R\$	nov/32	27.169	90.268	(37.161)
CNH x R\$	nov/27	(76.450)	366.325	(382.911)
MNX x R\$	jun/26	619	-	(712)
Taxas de juros em US\$:				
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	290.927	1.033.844	(138.913)
Inflação:				
CDI x IPCA	mai/41 a mar/47	28.583	73.752	(74.922)
Subtotal		327.588	1.609.788	(643.723)
Contratos futuros ⁽¹⁾				
DI (posição vendida)	abr/26 a jan/35	(95.726.429)	-	-
USD (posição vendida)	jan/26 a fev/26	(1.892.826)	-	-
DDI (posição comprada)	jan/26 a jan/31	7.456.655	-	-
DDI (posição vendida)	jun/26	(2.655)	-	-
DAP (posição comprada)	jan/26 a mai/55	24.956.303	-	-
DAP (posição vendida)	ago/30	(13.426)	-	-
Subtotal		(65.222.378)	-	-
Opções				
		Precificação		
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Simulação de Monte Carlo e <i>Black-Scholes</i>		196.587	-
Subtotal			196.587	-
Total			1.806.375	(643.723)
Circulante			391.684	(461.927)
Não circulante			1.414.691	(181.796)

⁽¹⁾ Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos – diversos".

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

6.5.2. Derivativos de câmbio e de taxa de juros em mercado de balcão

Moedas de referência	Vencimento	Valor Nominal
		2025
EUR x USD (taxa fixa)	nov/32 a mai/36	R\$ 791 milhões
EUR x BRL (pós-fixado)	nov/32	R\$ 421 milhões
CNH x BRL (pós-fixado)	nov/27	R\$ 3.916 milhões
MXN x BRL (pós-fixado)	jun/26	R\$ 53 milhões
USD (taxa de juros fixa - flutuante) ⁽¹⁾	out/42 a out/45	R\$ 4.991 milhões

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos ou depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, até o vencimento das operações com cada contraparte, haverá verificações semanais para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2025, o BNDES não possuía títulos públicos oferecidos ou recebidos em garantia. Em 31 de dezembro de 2025, foram recebidos R\$ 887.596 e oferecidos R\$ 145.990 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*, registrado nas rubricas “Depósitos interfinanceiros” no Passivo Circulante e “Aplicações interfinanceiras de liquidez” no Ativo Circulante, respectivamente.

6.5.3. Resultado com derivativos

	BNDES		Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025	2º Semestre de 2025	2025
Receitas (despesas):				
Contratos de câmbio	22.626	(24.008)	22.626	(24.008)
Contratos de <i>swaps</i>	(24.626)	(546.954)	(24.626)	(546.954)
Contratos de futuro	158.052	(3.891.799)	158.052	(3.891.799)
Contratos a termo	(1.438)	-	(1.438)	-
Subtotal Câmbio e taxa de juros	154.614	(4.462.761)	154.614	(4.462.761)
Contratos de opções	(56)	(84)	35.144	195.868
Subtotal Renda variável	(56)	(84)	35.144	195.868
Total	154.558	(4.462.845)	189.758	(4.266.893)

6.5.4. Hedge Contábil

O BNDES possui estruturas de *hedge* de valor de mercado para mitigar a exposição às oscilações do risco de mercado relacionadas às flutuações da taxa de juros e inflação em operações de crédito e captações.

A proteção ocorre por meio de contratos de *swap* e futuros de taxa de juros e inflação.

O Banco monitora essas estruturas de proteção para assegurar que os instrumentos de *hedge* efetivamente compensem as variações no valor justo dos respectivos itens cobertos, ao longo de todo o período definido para a relação de *hedge*.

A avaliação da efetividade das estruturas de *hedge* é realizada no momento da designação e de forma prospectiva.

No gerenciamento de risco, espera-se que os instrumentos de *hedge* e os itens cobertos apresentem movimentos opostos e proporcionais, com o objetivo de neutralizar os fatores de risco.

Composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de valor de mercado:

Hedge de risco de mercado	BNDES			
	2025			
	Objeto de <i>hedge</i>		Instrumento de <i>hedge</i>	
	Valor justo ⁽¹⁾	Ajuste de marcação a mercado	Valor de referência	Ajuste de marcação a mercado ⁽²⁾
Contratos de swap				
Hedge de operações de crédito	7.221.110	129.194	7.123.602	(134.027)
Hedge de debêntures com características de operação de crédito	2.412.430	(10.551)	2.426.141	245

Hedge de risco de mercado	Consolidado			
	2025			
	Objeto de <i>hedge</i>		Instrumento de <i>hedge</i>	
	Valor justo ⁽¹⁾	Ajuste de marcação a mercado	Valor de referência	Ajuste de marcação a mercado ⁽²⁾
Contratos de swap				
Hedge de operações de crédito	7.221.110	129.194	7.123.602	(134.027)
Hedge de debêntures com características de operação de crédito	2.412.430	(10.551)	2.426.141	245
Contratos de futuros				
Hedge de operações de repasses	32.442.722	5.905	35.945.142	(6.821)
Hedge de captações	(23.392.214)	(10.251)	(24.671.696)	(72.960)

⁽¹⁾ Valor de mercado dos objetos de *hedge*.

⁽²⁾ Os ajustes a receber ou a pagar são registrados no resultado do período na rubrica "Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros". Tais ajustes incluem tanto a parcela referente à variação do valor de mercado da perna protetora do derivativo (relacionado ao objeto de *hedge*), quanto a valorização da perna pós-fixada (não relacionada ao objeto de *hedge*).

Em estruturas de proteção de valor de mercado, as variações de marcação a mercado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos diretamente no resultado.

6.6. Ações designadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é representada, em sua maior parte, por ações de companhias sobre as quais o Sistema BNDES não exerce influência significativa, avaliadas pelo valor justo e classificados na categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJORA”.

As demais participações societárias, composta por investimentos em empresas coligadas sobre as quais a subsidiária integral BNDESPAR exerce influência significativa, estão demonstradas na Nota Explicativa n.º 8.

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, com perspectiva de longo prazo.

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações classificados na categoria VJORA, contendo a abertura das principais participações em empresas listadas em bolsa.

Empresas investidas	Consolidado - 2025			Valor Contábil	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total	BNDES	Consolidado
	Ordinárias	Preferenciais		2025	
Nível 1					
PETROBRAS ⁽¹⁾	-	1.035.459	8,03	4.172.409	31.943.903
JBS N.V. ⁽²⁾	199.312	-	17,14	-	15.812.571
AXIA ENERGIA ⁽³⁾	146.502	85.173	7,95	5.915.143	11.694.522
COPEL ⁽⁴⁾	655.808	-	21,99	-	8.558.292
EMBRAER	39.762	-	5,37	-	3.544.031
CEMIG	106.610	-	3,73	-	1.566.103
ENERGISA - UNITS	32.260	129.039	6,40	-	1.521.366
COPASA	13.160	-	3,46	-	571.782
COSAN	81.800	-	2,06	-	436.812
BRAVA ENERGIA	8.939	-	1,92	-	151.600
Subtotal Nível 1				10.087.552	75.800.982
Outras empresas - Nível 1				-	167.143
Total Nível 1				10.087.552	75.968.125
Nível 2				-	418.857
Nível 3				15.959	3.211.153
TOTAL				10.103.511	79.598.135
Circulante				-	-
Não circulante				10.103.511	79.598.135

⁽¹⁾ Do total da participação de 8,03%, 1,05% é detido diretamente pelo BNDES (com 135.249 mil preferenciais) e 6,98% pela BNDESPAR (com 900.210 mil preferenciais). Em 31 de dezembro de 2025, todas as 135.249 mil ações preferenciais (PETRA) de titularidade do BNDES estão dadas em garantia a operações realizadas na [B³].

⁽²⁾ Previamente à efetivação da operação de Dupla Listagem da JBS detalhada no item a seguir, a BNDESPAR alienou 58.308 mil ações de emissão da JBS S.A., reduzindo sua participação acionária nessa investida de 20,81% para 18,18% no segundo trimestre de 2025. Posteriormente, em setembro de 2025 a BNDESPAR alienou 2.365 mil ações da JBS N.V., reduzindo sua participação na investida para 17,14%. O ganho apurado nessas operações foi de R\$ 479.161 e R\$ 16.745, respectivamente (vide Nota Explicativa n.º 6.6.1).

⁽³⁾ Nova denominação da Eletrobras. Em dezembro de 2025 a Axia promoveu a distribuição do saldo da sua Reserva de Lucros na forma de bonificação de ações entregues a seus acionistas, tendo criado duas classes de ações preferenciais para esse fim: ações PNCs e ações resgatáveis PNRs. Nesse contexto, BNDES e sua subsidiária BNDESPAR receberam o total de 48.219 mil novas ações PNCs e 36.954 mil ações PNRs, ao valor de R\$ 2.383.950 e R\$ 48.020, respectivamente, no consolidado (R\$ 1.206.012 e R\$ 23.732 no BNDES), reconhecidos na rubrica “Outros resultados com participações societárias” da demonstração do resultado de exercício. As ações PNRs foram resgatadas ainda em dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, do total da participação de 7,95%, 4,02% pertence ao BNDES (com 74.546 mil ações ordinárias e 42.656 mil preferenciais) e 3,93% a sua subsidiária BNDESPAR (com 71.956 mil ações ordinárias e 42.517 mil preferenciais).

⁽⁴⁾ No contexto da operação de migração para o Novo Mercado da Copel, concluída dezembro de 2025, as ações preferenciais de emissão dessa empresa foram convertidas em ações ordinárias (ON) e ações preferenciais resgatáveis classe C (PNC), na proporção de 1 nova ação ON e 1 nova ação PNC para cada ação PNA detida pelo investidor. As ações PNCs foram resgatadas em dezembro de 2025, gerando ganho de R\$ 324.211 (sem considerar efeitos tributários) registrado em lucros acumulados, de forma que, em 31 de dezembro de 2025, a BNDESPAR possui investimento apenas em ações ordinárias.

JBS – Dupla listagem

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de maio de 2025, os acionistas da JBS S.A. aprovaram a operação que resultou na dupla listagem de suas ações na bolsa de valores no Brasil e nos Estados Unidos (“Dupla Listagem”).

A efetivação da Dupla Listagem ocorreu em 6 de junho de 2025, através da incorporação das ações da JBS S.A. pela JBS N.V., considerando a relação de troca de 2:1, ou seja: cada 2 (duas) ações ordinárias da JBS S.A. foram convertidas em 1 (um) BDR, cada qual lastreado em 1 (uma) *Class A Share* (ação ordinária classe A) da JBS N.V.

A JBS N.V. é uma sociedade constituída de acordo com as leis da Holanda, registrada na CVM como emissora estrangeira com BDRs negociados na B3. Na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), a JBS N.V. é registrada como emissora estrangeira (*Foreign Private Issuer* – “FPI”) para listar suas ações Classe A na *New York Stock Exchange* - NYSE.

Nesse contexto, a BNDESPAR deixou de possuir ações da JBS S.A. e passou a ser acionista da JBS N.V. Nesse primeiro momento o investimento da BNDESPAR na JBS N.V estava representado por 201.677 mil BDRs, os quais foram cancelados em 9 de julho de 2025, quando então a BNDESPAR passou a deter diretamente 201.677 mil ações ordinárias classe A da JBS N.V., listadas na NYSE sob o *ticker* “JBS”, correspondentes à participação de 18,18% da BNDESPAR no capital total da JBS N.V.

Tal operação resultou em ganho de R\$ 1.383.502 reconhecido em lucros acumulados, correspondente ao ajuste a valor justo da participação na JBS S/A reconhecido em outros resultados abrangentes e realizado com o desreconhecimento desse ativo. O efeito total da operação, líquido de tributos, foi R\$ 634.043.

Em setembro de 2025 a BNDESPAR alienou 2.365 mil ações ordinárias classe A da JBS N.V, reduzindo sua participação para 17,14%.

6.6.1. Ganhos com realização de investimentos em ações

A partir de 1º de janeiro de 2025, com a adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021, o ganho/perda na alienação de ações classificadas na categoria VJORA passou a ser reconhecido em Lucros Acumulados, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 26.5.1, e apresentado na linha “Realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA” da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Lucros Acumulados - Realização de instrumentos patrimoniais designados VJORA ⁽¹⁾	BNDES e Consolidado
	2025
Ações ⁽²⁾	
Alienação	496.292
Desreconhecimento	1.383.502
Resgate	324.211
Efeito tributário	(991.963)
Total	1.212.042

⁽¹⁾ O valor apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido inclui ainda R\$ 60.965 referente à realização de investimentos em contas de fundos de investimentos designados ao VJORA.

⁽²⁾ A realização de tais ativos ocasionou a realização de seu ajuste a valor justo, reconhecido até então em outros resultados abrangentes, no montante total de R\$ 1.929.835 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

6.6.2. Receita de Dividendos e Juros sobre o capital próprio (JCP)

Empresas listadas em Bolsa	BNDES		
	2º Semestre de 2025		
	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	67.265	151.179	218.444
Axia Energia	345.148	-	345.148
Subtotal	412.413	151.179	563.592
Outras empresas	38	-	38
Total	412.451	151.179	563.630

Empresas listadas em Bolsa	BNDES		
	2025		
	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	204.947	232.425	437.372
Axia Energia	413.911	-	413.911
Subtotal	618.858	232.425	851.283
Outras empresas	38	-	38
Total	618.896	232.425	851.321

Empresas listadas em Bolsa	Consolidado		
	2º Semestre de 2025		
	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	514.978	1.157.424	1.672.402
JBS ⁽¹⁾	-	-	-
Copel ⁽²⁾	298.132	242.922	541.054
Axia Energia	682.574	-	682.574
Cemig	23.220	47.783	71.003
Energisa	49.890	-	49.890
Naturgy	-	38.586	38.586
Copasa	-	12.752	12.752
Subtotal	1.568.794	1.499.467	3.068.261
Outras empresas	57.976	24.993	82.969
Total	1.626.770	1.524.460	3.151.230

Empresas listadas em Bolsa	Consolidado		
	2025		
	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	1.569.068	1.779.444	3.348.512
JBS ⁽¹⁾	1.303.637	-	1.303.637
Copel ⁽²⁾	580.381	242.922	823.303
Axia Energia	817.830	-	817.830
Cemig	93.456	90.184	183.640
Energisa	105.611	-	105.611
Naturgy	19.992	38.586	58.578
Copasa	-	22.387	22.387
Subtotal	4.489.975	2.173.523	6.663.498
Outras empresas	99.419	24.993	124.412
Total	4.589.394	2.198.516	6.787.910

⁽¹⁾ Investimento desreconhecido em 2025, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 6.6.

⁽²⁾ Conforme descrito na Nota Explicativa n.º 6.6, em dezembro de 2025, a BNDESPAR deixou de ter ações preferenciais da Copel.

O valor a receber de dividendos e JCP das ações VJORA estão apresentados na rubrica "Outros ativos financeiros" do balanço patrimonial, juntamente com os proventos decorrentes de investimento em ações de coligadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa n.º 7.1.

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	BNDES	Consolidado
	2025	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	2.703.249	1.604.505
Pagamentos a ressarcir	738.229	249.687
Devedores por depósitos em garantia	209.021	1.076.679
Créditos perante o Tesouro Nacional (Nota Explicativa n.º 23.2.1)	482.967	555.343
Outros direitos a receber	-	43.605
Diversos	413.186	658.852
Total	4.546.652	4.188.671
Circulante	4.063.685	2.770.685
Não circulante	482.967	1.417.986

7.1. Dividendos e JCP a receber

	BNDES	Consolidado
	2025	
Ações mensuradas a VJORA		
Dividendos	63.861	654.353
Juros sobre o capital próprio	74.355	911.469
Coligadas (vide Nota Explicativa n.º 8.2)		
Dividendos	-	38.683
Controladas		
Dividendos	2.565.033	-
Total	2.703.249	1.604.505

8. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	BNDES	Consolidado
	2025	
Em controladas		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	102.477.337	-
Em coligadas		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	-	1.954.279
Outros investimentos	244	244
Total	102.477.581	1.954.523

8.1. Investimentos em controladas – BNDES

Controladas	Data-base	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Resultado de equivalência patrimonial		Outros Resultados Abrangentes - Reflexos dos ajustes no patrimônio líquido das controladas ⁽¹⁾	Valor contábil do investimento
				2º Semestre de 2025	2025		
						2025	
Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame	31/12/2025	16.733.421	2.721.395	1.235.543	2.721.395	(38.954)	16.733.421
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ⁽²⁾	31/12/2025	85.743.916	7.335.136	3.988.319	7.335.136	19.421.287	85.743.916
Total				5.223.862	10.056.531	19.382.333	102.477.337

⁽¹⁾ Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial reflexo das controladas.

⁽²⁾ O patrimônio líquido, o lucro líquido e os outros resultados abrangentes da BNDESPAR foram ajustados às práticas contábeis regulamentadas pelo Bacen, conforme demonstrado no quadro a seguir.

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100%, e os dividendos a receber dessas participações estão apresentados na Nota explicativa n.º 6.6.2.

Conciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados pela BNDESPAR e aqueles utilizados no cálculo do investimento do BNDES

Conforme Nota Explicativa n.º 2.2.2, a partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Res. CMN n.º 4.966/2021 que, entre outras mudanças, estabeleceu novas regras para a contabilização dos instrumentos financeiros, que convergem em grande parte com os normativos emitidos pela CVM baseados nos padrões internacionais estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Com isso, parte considerável das diferenças de práticas contábeis entre o padrão CVM adotado pela BNDESPAR e o padrão Cosif deixou de existir a partir de 2025.

	2025	
	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
Patrimônio líquido BNDESPAR - Padrão CVM	7.475.232	85.761.683
Ajustes de práticas contábeis:		
Participação em coligadas ⁽¹⁾	(485)	(1.942)
Perda por redução do valor recuperável ⁽²⁾	445.376	(15.825)
Tributos diferidos ⁽²⁾	(584.987)	-
Patrimônio líquido BNDESPAR - Padrão Cosif	7.335.136	85.743.916

⁽¹⁾ Seguindo a Res. Bacen n.º 4.817, o ágio por expectativa de rentabilidade futura é amortizado pelo prazo de retorno esperado, enquanto na Prática CVM (CPC 18) tal amortização não é permitida.

⁽²⁾ Efeitos de mudança de estimativa da "Perda por redução do valor recuperável" de determinados ativos financeiros e da apuração de tributos diferidos da BNDESPAR, convergindo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, que nas demonstrações financeiras da BNDESPAR Padrão CVM foram reconhecidos no resultado do exercício, mas nas demonstrações financeiras Padrão Cosif foram reconhecidos em lucros acumulados como ajuste de adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.966/2021. O efeito de R\$ 15.826 no patrimônio líquido refere-se à perda incorrida de determinados ativos, apurada conforme determinado pela Resolução, mas sem previsão nas normas da CVM.

8.2. Investimentos em coligadas – consolidado

Os investimentos em coligadas do Sistema BNDES representam as empresas investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce “influência significativa”.

2025 ⁽¹⁾						
Coligadas ⁽²⁾	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Valor patrimonial do investimento	Provisão para perdas	Total
	Ordinárias	Total	Votante			
Tupy	40.645	31,01%	31,01%	955.171	(78.450)	876.721
CBO Holding	26.172	18,88%	18,88%	369.784	-	369.784
Iguá	61.729	11,09%	11,09%	287.774	-	287.774
CTC	60.902	18,99%	18,99%	326.322	-	326.322
Subtotal				1.939.051	(78.450)	1.860.601
Outras				264.677	(170.999)	93.678
Total				2.203.728	(249.449)	1.954.279

⁽¹⁾ A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/10/2025.

⁽²⁾ Empresas com sede no Brasil.

⁽³⁾ % de participação sobre o capital da coligada, ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

8.2.1. Movimentação do saldo dos investimentos

2025							
Coligadas	Saldo no início do exercício	Aquisições	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas ^{(2) (3)}	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Saldo no final do exercício
Tupy	1.023.167	-	-	(38.521)	(29.475)	(78.450)	876.721
CBO Holding	349.565	-	-	42.844	(22.625)	-	369.784
Iguá	390.849	-	-	(104.907)	1.832	-	287.774
CTC	313.525	-	(9.525)	21.371	951	-	326.322
Subtotal	2.077.106	-	(9.525)	(79.213)	(49.317)	(78.450)	1.860.601
Outras coligadas	126.350	4.469	(49.115)	(32.485)	(1.965)	46.424	93.678
Total	2.203.456	4.469	(58.640)	(111.698)	(51.282)	(32.026)	1.954.279

⁽¹⁾ Inclui a amortização da Mais e Menos Valias de ativos e passivos, apurados na aquisição de participação societária, e, no exercício de 2025, a baixa de ágio sem comprovação de expectativa de realização no valor de R\$ 28.633.

⁽²⁾ A movimentação do “Ajuste de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas” decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pelas coligadas Tupy e CBO Holding em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

⁽³⁾ Inclui os efeitos da mudança no percentual de participação relativa da BNDESPAR.

8.2.2. Valor justo de investimentos em coligadas que possuem preços cotados no mercado

Coligada	Título	2025
Tupy	ON	499.938

Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão do mês de referência.

8.2.3. Informação sobre os principais saldos das coligadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; e (ii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR e suas respectivas amortizações.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro abaixo, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	31/10/2025 ⁽¹⁾					01/11/2024 a 31/10/2025 - doze meses ⁽¹⁾			
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade ⁽²⁾	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Tupy	1.840.251	5.573.857	978.621	3.355.143	3.080.344	3.491.394	(127.613)	(117.255)	(244.868)
CBO Holding	22.460	2.461.915	1.898	523.875	1.958.602	215.320	235.806	(119.831)	115.975
Iguá	546.343	3.808.061	151.169	1.608.781	2.594.454	205.004	(639.211)	-	(639.211)
CTC	772.591	1.328.077	140.770	241.267	1.718.631	460.327	112.552	107	112.659

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

⁽²⁾ Inclui resultados reconhecidos pela coligada diretamente em lucros acumulados, quando aplicável.

8.2.4. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	2025
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR ⁽¹⁾	(845.290)
Perdas não reconhecidas no resultado do exercício ⁽¹⁾	(1.917)

⁽¹⁾ Decorrente de investimento em coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante.

8.2.5. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, e identificou a necessidade de constituição de provisão para determinado ativo no montante de R\$ 78.450, conforme quadro a seguir. Adicionalmente, após a aplicação do método de equivalência patrimonial, foi reconhecida reversão de provisão de R\$ 46.424, sendo esse valor equivalente a despesa de equivalência registrada para investimento integralmente provisionado.

Perda por redução ao valor recuperável para um ativo individual no exercício ⁽¹⁾	2025
Valor contábil do investimento (sem provisão para redução ao valor recuperável)	955.171
Valor recuperável - valor em uso	876.721
Constituição de provisão para redução ao valor recuperável no exercício	(78.450)

⁽¹⁾ As ações da coligada apresentam declínio significativo em seu valor de mercado. O valor recuperável consiste em seu valor em uso, calculado com base no valor presente dos proventos esperados da coligada, acrescido do valor residual estimado de sua venda futura, apurado com base em modelos internos de precificação. O cálculo utilizou como taxa de desconto o custo do capital próprio da coligada.

8.2.6. Resultado com alienações de investimentos em coligadas

O lucro na venda de investimento em coligadas está apresentado na linha "Resultado com alienações de títulos de renda variável" da Demonstração do Resultado, conforme quadro a seguir.

	2025
Coligadas	178.334
Bônus e direitos de subscrição	42
Total	178.376

8.3. Outros Investimentos

	BNDES	Consolidado
	2025	
Obras de arte	244	244
Total	244	244

9. OUTROS VALORES E BENS

	BNDES	Consolidado
	2025	
Despesas antecipadas	883.994	883.996
Prêmio de seguro	151.029	151.029
Comissão de agente	16.316	16.316
Prêmio de seguro financiado	716.649	716.649
Venda de ações	-	2
Material em estoque	448	448
Ativos não financeiros mantidos para venda	501	501
Total	884.943	884.945
Circulante	884.442	884.444
Não circulante	501	501

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	BNDES e Consolidado
	2025
Empréstimos	
País	1.110.686
Repases	
País - Tesouro Nacional	27.203.095
Exterior - Instituições multilaterais	40.108.083
Subtotal	67.311.178
Total	68.421.864
Circulante	7.978.813
Não circulante	60.443.051

Os contratos de empréstimos e repases não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar estas Demonstrações Financeiras.

10.1. Composição

10.1.1. Empréstimos no país

	BNDES e Consolidado
	2025
Obrigações por aquisição de títulos federais	389.931
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	720.755
Total	1.110.686
Circulante	459.703
Não circulante	650.983

Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R\$ 389.931 em 31 de dezembro de 2025, apresentado no passivo circulante, foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

10.1.2. Repasses no país - Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	BNDES e Consolidado
		2025
US\$	11,54	545.782
US\$ + 3,02%	13,32	3.942.800
SELIC	15,08	279.672
TJLP	15,17	22.239.579
Juros provisionados		195.262
Total		27.203.095
Circulante		1.985.908
Não circulante		25.217.187

10.1.3. Repasses no Exterior – Organismos Internacionais e Instituições Multilaterais

Instituição	Vencimento médio (em anos)	Moeda	BNDES e Consolidado
			2025
China Development Bank - CDB	4,22	US\$	7.153.120
		CHN	3.943.000
Inter-American Development Bank - BID	17,60	R\$	2.858.778
		US\$	14.978.319
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	6,79	US\$	1.705.150
		EURO	646.920
Agence Française de Développement - AFD	5,99	US\$	125.944
		EURO	641.608
El Instituto de Crédito Oficial	8,07	US\$	2.200.960
New Development Bank	17,15	US\$	4.315.257
International Fund of Agricultural Development	16,44	US\$	41.479
Corporación Andina de Fomento	1,44	US\$	1.100.481
Juros provisionados			397.067
Total			40.108.083
Circulante			5.533.202
Não circulante			34.574.881

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 1,25% e 13,21% a.a. em 31 de dezembro de 2025. A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	BNDES e Consolidado
	2025
Taxas de captação:	
Até 3%	678.537
De 3,1 a 5%	11.455.102
De 5,1 a 7%	24.718.598
De 7,1 a 9%	-
Acima de 11%	2.858.779
Juros provisionados	397.067
Total	40.108.083

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas por captações efetuadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a outros organismos multilaterais contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Kreditanstalt für Wiederaufbau* – KfW, *Agence Française de Développement* – AFD, *China Development Bank* – CDB e o *Instituto Oficial de Crédito* - ICO, em geral, não demandam garantia formal da União.

No exercício de 2025, o BNDES celebrou sete novas operações de captação de recursos junto a organismos financeiros internacionais, totalizando US\$ 1,9 bilhão.

10.2. Composição por vencimento

	BNDES e Consolidado		
	2025		
	No país	No exterior	Total
Até 1 ano	2.445.611	5.533.202	7.978.813
Entre 1 e 2 anos	1.790.645	6.457.945	8.248.590
Entre 2 e 3 anos	1.790.645	2.801.090	4.591.735
Entre 3 e 5 anos	3.581.291	5.354.418	8.935.709
Entre 5 e 10 anos	8.953.227	10.189.273	19.142.500
Após 10 anos	9.752.362	9.772.155	19.524.517
Total	28.313.781	40.108.083	68.421.864

10.3. Movimentação das obrigações por empréstimos e repasses

	BNDES e Consolidado						Total de empréstimos e repasses
	2025						
	Empréstimos			Repasses			
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total	
Saldo no início do exercício	1.650.303	-	1.650.303	31.289.532	33.790.681	65.080.213	66.730.516
. Ingresso de recursos	-	-	-	-	11.433.581	11.433.581	11.433.581
. Variação cambial	-	-	-	(603.874)	(3.123.674)	(3.727.548)	(3.727.548)
. Atualização monetária	(85.144)	-	(85.144)	-	-	-	(85.144)
. Provisão de juros	43.062	-	43.062	2.352.331	2.210.194	4.562.525	4.605.587
. Pagamento de juros	(46.414)	-	(46.414)	(1.718.966)	(2.161.375)	(3.880.341)	(3.926.755)
. Amortização de principal	(451.121)	-	(451.121)	(4.126.643)	(2.041.324)	(6.167.967)	(6.619.088)
. Outras	-	-	-	10.715	-	10.715	10.715
Saldo no final do exercício	1.110.686	-	1.110.686	27.203.095	40.108.083	67.311.178	68.421.864

11. FAT – DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), além das receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio do repasse de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória, além de oferecer programa de treinamento e recolocação, e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Informações adicionais podem ser verificadas em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-de-amparo-ao-trabalhador-fat/fat-bndes>.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

11.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP. Os recursos são remunerados, quando disponíveis, pela Taxa Média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) descontada da taxa de remuneração de 0,09% a.a., denominada de Selic reduzida. Quando aplicados, os recursos do FAT podem ser remunerados pelas seguintes taxas: Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP); Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP); Taxa Referencial (FAT – TR); Taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic); Taxa Prefixada; Taxa Prefixada MPME (Micro, Pequena e Média Empresa); e por taxas de juros do mercado internacional (FAT – Cambial). Para a parcela de recursos que integra a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos têm seu contravalor em reais e podem ser determinados com base nas moedas: i) dólar norte-americano, podendo ser remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres (*London Interbank Offered Rate* - Libor), pela *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR), pela Taxa de Juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – (*Treasury Bonds*) ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); ii) euro, podendo ser remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo interbancário na moeda euro, pela *Euro Interbank Offered Rate* (Euribor), pela *Euro Short-Term Rate* (ESTR), pela taxa representativa da remuneração média de Títulos de Governos de Países da Zona Econômica do Euro – *Euro Area Yield Curve* AAA, divulgada pelo Banco Central Europeu ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo CMN; iii) referenciado em outras moedas conversíveis, sendo remunerado por taxa a ser definida pelo CMN. Apesar do inciso I do art. 6º da Lei nº 9.365/1996 autorizar a remuneração das operações em dólar norte-americano pela Libor, essa taxa foi descontinuada. A partir de 30 de junho de 2023 as novas operações em dólar norte-americano foram contratadas com remuneração pela SOFR.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos aplicados em operações de crédito indexados à TJLP, TLP, TR, Taxa Selic, Taxa Prefixada, Taxa Prefixada MPME, limitada a 6% ao ano, sendo capitalizada a diferença positiva. A remuneração do FAT-Cambial é repassada semestralmente de forma integral. O valor correspondente à remuneração das disponibilidades, indexado à Selic reduzida é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

	BNDES	Consolidado
	2025	
FAT - Moeda nacional (TJLP/TLP/TR/Selic)	435.606.928	435.606.928
FAT - Moeda estrangeira (Cambial) ⁽¹⁾	34.186.427	34.186.427
Juros provisionados	11.657.716	11.657.716
Subtotal	481.451.071	481.451.071
Ajuste ao valor justo de objeto de macro <i>hedge</i>	-	10.251
Total	481.451.071	481.461.322
Circulante	11.657.716	11.657.716
Não circulante	469.793.355	469.803.606

⁽¹⁾ Até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução Codefat n.º 320, de 29.04.2003, revogada pela Resolução Codefat n.º 932, de 15.12.2021, atualizada pela Resolução Codefat n.º 967, de 23.11.2022).

Dívida subordinada – FAT Constitucional Elegível a Capital

O controle contábil da dívida subordinada observa o previsto no artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, que limita o uso do FAT como Capital Nível II do Patrimônio de Referência ao saldo de 30 de junho de 2018, com redução de 10 p.p. ao ano a partir de 1º de janeiro de 2020, até atingir 0 p.p. em 1º de janeiro de 2029.

O saldo contábil é recalculado em 1º de janeiro de cada ano e registrado em conta contábil específica para esta finalidade. Adicionalmente, o saldo da dívida subordinada é destacado em linha específica do passivo do BNDES.

Em 1º de janeiro de 2025 o limite está em 40% do saldo apurado em 30 de junho de 2018, vide Nota Explicativa n.º 21.2.2 - Mensuração do Capital Regulamentar.

11.2. FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto, disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa Selic.

O saldo devedor do FAT – Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Depósitos especiais – FAT” pelos seguintes programas:

FAT – Depósitos especiais	BNDES e Consolidado
	2025
Fomentar	1.066.648
Pronaf	1.783.318
Infraestrutura	626.546
Total	3.476.512
Circulante	529.710
Não circulante	2.946.802

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa. No exercício de 2025, não houve entradas de recursos.

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	2025											
	Remuneração (Apropriação)				Recolhimento					Saldo		
	SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Principal	Total	Disponível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA												
Econômica-TADE n.º 06/2005	12.312	48.406	-	60.718	(12.050)	(48.286)	-	(96.410)	(156.746)	88.642	537.904	626.546
PRONAF:												
Investimento-TADE n.º 19/2005	13.366	9.595	140.117	163.078	(11.621)	(9.997)	(147.829)	(312.815)	(482.262)	219.972	1.563.346	1.783.318
FAT FOMENTAR:	4.309	65	112.663	117.037	(3.334)	(76)	(117.784)	(160.313)	(281.507)	45.531	1.021.117	1.066.648
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	3.848	7	105.064	108.919	(2.915)	(7)	(109.864)	(148.491)	(261.277)	41.821	949.035	990.856
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	461	58	7.599	8.118	(419)	(69)	(7.920)	(11.822)	(20.230)	3.710	72.082	75.792
Total	29.987	58.066	252.780	340.833	(27.005)	(58.359)	(265.613)	(569.538)	(920.515)	354.145	3.122.367	3.476.512

11.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP/TLP/Selic	Cambial		
Saldo no início do exercício	405.384.886	38.508.551	4.056.194	447.949.631
. Ingresso de recursos	28.933.287	-	-	28.933.287
. Variação cambial	-	(4.090.969)	-	(4.090.969)
. Provisão de juros	25.562.568	997.617	-	26.560.185
. Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	340.833	340.833
. Capitalização de juros	11.932.322	-	-	11.932.322
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(569.538)	(569.538)
. Pagamento de juros	(24.716.580)	(1.060.611)	(350.977)	(26.128.168)
. Movimentação cambial	(320.322)	320.322	-	-
Saldo no final do exercício	446.776.161	34.674.910	3.476.512	484.927.583

11.4. Análise da expectativa de pagamentos extraordinários ao FAT

O BNDES participa do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) e monitora regularmente a projeção do saldo da Reserva Mínima de Liquidez (RML) do Fundo, estimada para três exercícios a frente, com base no Boletim de Informações Financeiras do FAT, elaborado bimestralmente pela Coordenação Geral de Gestão de Fundos do Ministério do Trabalho e Emprego. Caso seja detectado um eventual déficit considerando o cálculo estabelecido no parágrafo 4º do art. 7º da Lei n.º 8.019/90, incluído pela Lei n.º 13.932 de 2019, o BNDES analisa a possibilidade de solicitação de pagamentos extraordinários ao Fundo.

Tal análise considera o valor total de receitas do FAT, deduzidos: os repasses ao BNDES de que trata o parágrafo 1º do artigo 239 da Constituição Federal, e os valores necessários para o custeio do Programa de Seguro-Desemprego, o pagamento do Abono Salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica, conforme previsto no Boletim de Informações Financeiras do FAT para essas arrecadações e dispêndios durante o exercício.

Caso o valor total de receitas seja insuficiente para o pagamento de suas despesas, deverá ser verificado se o Fundo possui valores em suas disponibilidades para cobrir o eventual déficit. Caso contrário, o FAT deverá solicitar o pagamento de valores extraordinários ao BNDES. Nesse caso, o Fundo notifica o BNDES por meio de ofício, solicitando o pagamento extraordinário, limitado ao valor da devolução máxima, previsto no art. 5º da Resolução Codefat n.º 885/2020.

No exercício de 2025, não houve pagamentos extraordinários ao FAT e não se projeta, até o final do exercício de 2026, a necessidade de pagamento extraordinário ao FAT Constitucional.

12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Títulos	BNDES	Consolidado
	2025	
Letras do Tesouro Nacional – LTN	8.191.188	5.650.001
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	36.867.247	23.265.137
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	7.930.690	4.941.190
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	1.184.171	205.652
Total	54.173.296	34.061.980
Circulante	54.173.296	34.061.980
Não circulante	-	-

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1. Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

Os valores abaixo referem-se aos saldos dos recursos recebidos para operacionalização de fundos ou programas especiais e que se destinam a planos específicos de interesse governamental. A atualização desses saldos varia de acordo com o regulamento de cada um deles.

	BNDES	Consolidado
	2025	
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC)	27.772.125	29.204.514
Fundo de Garantia à Exportação (FGE) – Plano Brasil Soberano	22.199.362	22.199.411
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	20.290.427	20.290.427
Fundo Social (FS)	17.786.741	17.786.741
Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (MP 1.314/25)	12.088.841	12.088.841
Fundo Amazônia (FA)	6.822.565	6.822.565
Programa Renova Frota (MP 1.328/25)	6.006.618	6.006.618
Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS)	5.024.864	5.024.864
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	4.711.396	4.711.396
Fundo Rio Doce (FRDC)	4.322.971	4.322.971
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	3.206.569	3.206.569
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)	1.391.579	1.391.579
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	1.045.227	1.045.227
Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT)	765.413	765.413
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	384.213	384.213
Programa Eco Invest Brasil (FNMC)	369.036	369.036
Outros	152.543	152.544
Total	134.340.490	135.772.929
Circulante	44.794.920	44.851.605
Não circulante	89.545.570	90.921.324

a) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC

O BNDES atua como agente financeiro do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, com a finalidade de assegurar recursos para apoiar projetos ou estudos e financiar empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 7.474.240 (R\$ 8.849.993 no consolidado) e o montante de saldo disponível atualizado era de R\$ 20.297.885 (R\$ 20.354.521 no consolidado).

b) Fundo da Marinha Mercante – FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 19.050.790 e o percentual atrelado à moeda estrangeira era de 82%. Adicionalmente, o montante de saldo disponível era de R\$ 1.239.637 em 31 de dezembro de 2025.

c) Fundo Social

O BNDES recebeu recursos do Fundo Social, no âmbito do artigo 27 da Lei n.º 14.981, de 20 de setembro de 2024, com o objetivo principal de financiar o Programa Emergencial para o Rio Grande do Sul, oferecendo linhas de crédito para empresas e produtores que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante aplicado em operações de crédito era de R\$ 16.314.112 e o montante disponível de R\$ 1.472.629.

d) Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal, nos termos do Decreto n.º 6.527/2008, alterado pelos Decretos n.º 8.773/2016, 10.223/2020 e 11.368/2023. O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do BNDES, que responde pela sua gestão e administração.

e) Fundo Rio Doce

O Fundo Rio Doce é um fundo de natureza privada, sendo a União o seu único cotista. O montante é oriundo do acordo judicial para reparação integral e definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Os recursos são destinados a projetos, ações e medidas compensatórias coletivas de natureza socioeconômica e socioambiental decorrentes da obrigação de pagar conforme previsto no acordo. Em 12 de março de 2025 foi emitido o Decreto n.º 12.425, o qual regula o fundo, em consonância com o acordo judicial. O BNDES atua como administrador do Fundo Rio Doce, conforme previsto no acordo judicial e no decreto mencionados.

f) FGE - Plano Brasil Soberano

Com o objetivo de mitigar os impactos econômicos decorrentes do aumento da tributação aplicada aos produtos brasileiros pelos Estados Unidos da América, foi editada, em 13 de agosto de 2025, a Medida Provisória nº 1.309. Referida Medida autorizou, entre outras disposições, a utilização do superávit financeiro do FGE, apurado em 31 de dezembro de 2024, limitado ao montante de R\$ 30 bilhões como fonte de recursos para a disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como a seus fornecedores, especialmente aqueles afetados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos da América. O BNDES atua como agente financeiro da operação. Até a presente data, foram liberados ao BNDES recursos no montante de R\$ 22 bilhões, sendo R\$ 12 bilhões em setembro de 2025 e R\$ 10 bilhões em novembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante aplicado em operações de crédito era de R\$ 10.830.836 e o montante disponível de R\$ 11.368.735.

g) Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais

O BNDES recebeu autorização para atuar no âmbito da Medida Provisória n.º 1.314, de 2025, com o objetivo principal de viabilizar a liquidação e a regularização de dívidas rurais, por meio de condições especiais de renegociação e apoio financeiro, beneficiando produtores rurais e cooperativas agropecuárias afetados por adversidades climáticas e econômicas, contribuindo para a recuperação da capacidade produtiva e para a sustentabilidade do setor agropecuário.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante aplicado em operações de crédito era de R\$ 2.931.612 e o montante disponível de R\$ 9.157.229.

h) Programa Renova Frota

No âmbito da Medida Provisória n.º 1.328, de 2025, o BNDES passou a operar o Programa Renova Frota, com foco na renovação, modernização e descarbonização da frota de veículos do transporte rodoviário de cargas e de passageiros, mediante a disponibilização de linhas de crédito para a aquisição de veículos mais eficientes e ambientalmente sustentáveis, contribuindo para o aumento da segurança, da eficiência logística e para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante disponível era de R\$ 6.006.618.

Informações adicionais sobre os fundos podem ser verificadas por meio do site abaixo:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais>

13.2. Obrigações por depósitos a apropriar

	BNDES	Consolidado
	2025	
Depósitos para liquidação de operações de crédito	35.407	119.740
Depósitos do AFRMM – conta especial e conta bloqueada	53.062	53.062
Outros	73.950	73.950
Total	162.419	246.752
Circulante	162.419	246.752
Não circulante	-	-

13.3. Diversas

	BNDES	Consolidado
	2025	
Circulante		
Provisão de desembolso - Fundo Social	563.835	563.835
Provisão de desembolso - FUNTEC	187.768	187.768
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	50.818	50.818
Participação Resultado - empregados (Nota Explicativa n.º 23.8)	560.012	566.779
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 23.8)	4.166	4.166
Obrigações trabalhistas (pessoal)	531.424	539.569
Outras	82.763	588.869
	1.980.786	2.501.804
Não circulante		
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 23.8)	4.433	4.433
Outras	1.352	1.352
	5.785	5.785
Total	1.986.571	2.507.589

14. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO

	BNDES e Consolidado 2025
Debêntures	256.103
Letras de Crédito do Agronegócio	10.165.929
Letras de Crédito do Desenvolvimento	16.500.779
Total	26.922.811
Circulante	4.596.582
Não circulante	22.326.229

14.1. Emissões de debêntures

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas (colocação privada), em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

	Vencimento	BNDES e Consolidado 2025
3ª emissão de debêntures simples do BNDES, 1ª a 5ª a série	2029	
Principal corrigido (TR)		255.454
Juros provisionados (6% a.a.)		649
Total		256.103
Circulante		134.246
Não circulante		121.857

14.2. Letras de crédito do agronegócio (LCA)

Nos exercícios de 2024 e 2025, o BNDES emitiu Letras de Crédito do Agronegócio, por meio de oferta privada, com taxas de juros pós fixadas referenciadas ao CDI, conforme a seguir apresentado.

	BNDES e Consolidado	
	Vencimentos	2025
Valores de emissão (Principal)	2026	4.300.000
	2028	5.433.655
Juros provisionados		432.274
Total		10.165.929
Circulante		4.461.365
Não circulante		5.704.564

14.3. Letras de crédito do desenvolvimento (LCD)

A LCD foi instituída por meio da Lei n.º 14.937, de 26 de julho de 2024. É um título de crédito de emissão exclusiva por bancos de desenvolvimento autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Tem como objetivo ampliar os mecanismos utilizados por estes bancos para financiar projetos de infraestrutura, indústria, inovação, micro, pequenas e médias empresas, impacto socioambiental, entre outras iniciativas que promovem o acesso ao desenvolvimento sustentável.

Em dezembro de 2024, o BNDES iniciou suas emissões de LCD, com taxas de juros pós fixadas referenciadas ao CDI.

As emissões de LCD do BNDES observam integralmente as políticas internas de gestão de riscos. Foram implementados controles e procedimentos que asseguram a adequada mensuração, monitoramento e mitigação dos riscos de mercado, liquidez e operacional associados a esse instrumento financeiro.

As LCD emitidas pelo BNDES não contam com garantia real ou fidejussória, mas contam com a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, conforme previsto na Resolução CMN n.º 5.169, de 22/08/2024.

	BNDES e Consolidado	
	Vencimentos	2025
Valores de emissão (Principal)	Dez/2026 e 2027	274.647
	2028	209.573
	2029	5.730.769
	2030	6.058.770
	2032	1.321.940
	2035	1.317.240
Juros provisionados		1.587.840
Total		16.500.779
Circulante		971
Não circulante		16.499.808

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
Contribuição para o PIS/PASEP ⁽¹⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽¹⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ Para subsidiária BNDESPAR - entidade não financeira optante pelo lucro real – a alíquota da CSLL é de 9%, e a alíquota do PIS/PASEP e da COFINS é de 1,65% e 7,6%, respectivamente, pelo método não cumulativo.

15.1. Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, apurados conforme alíquotas nominais, e os valores reconhecidos no resultado estão evidenciados a seguir:

	BNDES	
	2º Semestre de 2025	2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	13.573.580	27.516.893
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(6.108.111)	(12.382.602)
Ajustes	5.741.479	10.441.701
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	(209.102)	(815.825)
· Equivalência Patrimonial e Dividendos recebidos de coligadas	2.536.341	4.803.942
· Juros sobre o capital próprio	2.610.140	5.152.344
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	83.979	70.196
· Outras diferenças permanentes	720.121	1.231.044
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(366.632)	(1.940.901)
· Tributos Correntes	(271.772)	(420.589)
· Tributos Diferidos	(94.860)	(1.520.312)
Alíquota Efetiva	2,7%	7,1%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

	Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	15.176.687	30.753.686
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(6.829.509)	(13.839.159)
Ajustes	4.855.423	8.657.118
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	382.672	(323.887)
· Equivalência Patrimonial e Dividendos recebidos de coligadas	1.051.324	2.075.966
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	501.687	952.436
· Juros sobre o capital próprio	2.610.140	5.152.344
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	190.189	187.440
· Outras diferenças permanentes	119.411	612.819
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(1.974.086)	(5.182.041)
· Tributos Correntes	(22.414)	(4.523.682)
· Tributos Diferidos	(1.951.672)	(658.359)
Alíquota Efetiva	13,0%	16,9%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

15.2. Passivos fiscais - correntes

	BNDES
	2025
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	420.589
Ajustes de exercícios anteriores	-
Tributos correntes devidos no exercício	420.589
(-) Antecipações	(343.496)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	77.093
Outros tributos ⁽²⁾	411.270
Passivos Fiscais - Correntes	488.363

⁽²⁾ Referem-se, principalmente, aos tributos incidentes sobre a Folha de Pagamento (IRRF, Previdência Social e FGTS) e ao PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre o Resultado da Intermediação Financeira.

	Consolidado
	2025
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	4.523.682
Ajustes de exercícios anteriores	-
Tributos correntes devidos no exercício	4.523.682
(-) Antecipações	(2.805.486)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	1.718.196
Outros tributos ⁽²⁾	564.699
Passivos Fiscais - Correntes	2.282.895

⁽²⁾ Referem-se, principalmente, aos tributos incidentes sobre a Folha de Pagamento (IRRF, Previdência Social e FGTS) e ao PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre o Resultado da Intermediação Financeira.

15.3. Ativos fiscais diferidos e Obrigações fiscais diferidas

a) Movimentação dos Ativos fiscais diferidos e Obrigações fiscais diferidas, por natureza e origem

Ativo	BNDES				
	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
. Provisão para perda esperada de créditos	4.428.991	2.557.354	(3.981.242)	3.005.103	Recebimento ou efetivação da perda
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	173.568	38.253	(52.198)	159.623	Decisão judicial definitiva
. Participação dos empregados no lucro	70.938	120.489	(71.781)	119.646	Pagamento
. Ajuste de TVM a valor de mercado	1.041.919	408.130	(1.450.049)	-	Alienação de títulos
. Outros	551.803	122.591	(51.499)	622.895	
. Créd. Diferidos - Transição Lei n.º 14.467/22	602.059	-	-	602.059	1/120 avos a partir de 2026
. Prejuízo fiscal IRPJ/Base negativa CSLL	-	1.025.522	-	1.025.522	Lucros futuros
Subtotal	6.869.278	4.272.339	(5.606.769)	5.534.848	
Total dos ativos fiscais diferidos	6.869.278	4.272.339	(5.606.769)	5.534.848	

Passivo	BNDES				
	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(594.635)	(733.868)	530.802	(797.701)	Alienação dos títulos
. Créditos recuperados	(801.943)	-	17.184	(784.759)	Recebimento
Subtotal	(1.396.578)	(733.868)	547.986	(1.582.460)	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - VJORA	(1.071.570)	(1.274.220)	-	(2.345.790)	Alienação dos títulos
. Ganho atuarial - FAMS/FAPES	(883.076)	-	14.891	(868.185)	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	(1.954.646)	(1.274.220)	14.891	(3.213.975)	
Total das obrigações fiscais diferidas	(3.351.224)	(2.008.088)	562.877	(4.796.435)	

Ativo	Consolidado				
	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
. Provisão para risco de crédito	1.070.111	1.257.928	(2.008.287)	319.752	Recebimento ou efetivação da perda
. Provisão para Perda Esperada de Créditos	4.730.213	2.896.346	(4.521.686)	3.104.873	Reversão ou realização da provisão
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.911.094	15.602	(829.894)	4.096.802	Alienação de títulos
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	933.447	408.130	(1.341.577)	-	Alienação de títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	651.278	71.310	(486.252)	236.336	Decisão judicial definitiva
. Participação dos empregados no lucro	135.436	232.995	(88.586)	279.845	Pagamento
. Créd. Diferidos - Transição Lei n.º 14.467/22	633.882	-	-	633.882	1/120 avos a partir de 2026
. Prejuízo fiscal IRPJ/Base negativa CSLL	-	1.025.522	-	1.025.522	Lucros futuros.
. Ágio amortizado	88.312	163.446	(168.630)	83.128	Alienação de títulos
. Outros	674.122	136.133	(101.049)	709.206	
Subtotal	13.827.895	6.207.412	(9.545.961)	10.489.346	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - VJORA	502.387	-	-	502.387	Alienação de títulos
. Perda atuarial – FAMS	499	1.049	(1.546)	2	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	502.886	1.049	(1.546)	502.389	
Total dos ativos fiscais diferidos	14.330.781	6.208.461	(9.547.507)	10.991.735	

Passivo	Consolidado				
	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(7.807.042)	(981.427)	3.661.617	(5.126.852)	Recebimento ou efetivação da perda
. Outros	(34.280)	-	-	(34.280)	
Subtotal	(7.841.322)	(981.427)	3.661.617	(5.161.132)	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - VJORA	(10.861.706)	(1.818.439)	-	(12.680.145)	Alienação de títulos
. Ganho atuarial – FAMS	(920.076)	(3.630)	40.538	(883.168)	
Subtotal	(11.781.782)	(1.822.069)	40.538	(13.563.313)	
Total dos débitos tributários diferidos	(19.623.104)	(2.803.496)	3.702.155	(18.724.445)	

b) Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas

	BNDES			
	01/01/2025	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/12/2025
Ativos fiscais diferidos	6.869.278	(1.334.430)	-	5.534.848
Obrigações fiscais diferidas	(3.351.224)	(185.882)	(1.259.329)	(4.796.435)
Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas	3.518.054	(1.520.312)	(1.259.329)	738.413

	Consolidado			
	01/01/2025	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/12/2025
Ativos fiscais diferidos	14.330.781	(3.338.549)	(497)	10.991.735
Obrigações fiscais diferidas	(19.623.104)	2.680.190	(1.781.531)	(18.724.445)
Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas	(5.292.323)	(658.359)	(1.782.028)	(7.732.710)

c) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 6.044.792, dos quais R\$ 5.793.554 referem-se a ativos fiscais diferidos com contrapartida no resultado e no Consolidado R\$ 7.626.269, dos quais R\$ 7.284.889 referem-se a ativos fiscais diferidos com contrapartida no resultado, em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

d) Expectativa de realização dos ativos e obrigações fiscais diferidas

	2025									
	BNDES					Consolidado				
	Ativos fiscais diferidos	%	Obrigações fiscais diferidas	%	Líquido	Ativos fiscais diferidos	%	Obrigações fiscais diferidas	%	Líquido
2026	2.076.589	37,5%	413.891	-8,6%	2.490.480	1.972.118	17,9%	(835.709)	4,5%	1.136.409
2027	719.146	13,0%	(317.674)	6,6%	401.472	1.449.406	13,2%	(1.523.684)	8,2%	(74.278)
2028	747.877	13,5%	(140.925)	2,9%	606.952	1.631.025	14,8%	(1.444.785)	7,7%	186.240
2029	439.822	7,9%	(487.025)	10,2%	(47.203)	1.091.257	9,9%	(1.692.773)	9,0%	(601.516)
2030	346.713	6,3%	(470.199)	9,8%	(123.486)	954.025	8,7%	(1.675.904)	9,0%	(721.879)
2031 a 2035	1.204.701	21,8%	(2.195.539)	45,8%	(990.838)	3.893.904	35,5%	(1.547.476)	8,3%	2.346.428
Após 2035	-	-	(1.598.964)	33,3%	(1.598.964)	-	-	(10.004.114)	53,4%	(10.004.114)
Total	5.534.848	100,0%	(4.796.435)	100,0%	738.413	10.991.735	100,0%	(18.724.445)	100,0%	(7.732.710)
Valor Presente	3.783.151		(1.916.038)		1.867.113	6.973.315		(9.504.474)		(2.531.159)

15.4. Ativos fiscais correntes

	BNDES	Consolidado
	2025	
IRPJ/CSLL a compensar / Saldo Negativo	1.105.609	2.294.054
Imposto de renda retido na fonte	39.808	501.493
Outros	11.463	12.614
Total dos Ativos fiscais correntes	1.156.880	2.808.161

16. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades.

	BNDES	Consolidado
	2025	
Processos trabalhistas	150.270	190.607
Processos cíveis	189.046	361.819
Processos fiscais	15.406	23.346
Total	354.722	575.772
Circulante	-	-
Não circulante	354.722	575.772

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

a) Cronograma esperado de realização

	2025					
	Trabalhistas		Cíveis		Fiscais	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Até 1 ano	-	-	-	-	-	-
Entre 1 e 2 anos	45.904	68.118	2.326	2.411	15.406	15.406
Entre 2 e 3 anos	63.695	79.180	167.068	334.110	-	7.940
Entre 3 e 5 anos	39.900	42.538	18.279	18.328	-	-
Entre 5 e 10 anos	771	771	1.373	6.970	-	-
Após 10 anos	-	-	-	-	-	-
Total	150.270	190.607	189.046	361.819	15.406	23.346

b) Efeito no resultado

	BNDES	
	2º Semestre de 2025	2025
Constituições de provisões	(102.377)	(140.632)
Reversões de provisões	61.260	74.389
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	(41.117)	(66.243)

	Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025
Constituições de provisões	(146.929)	(232.907)
Reversões de provisões	226.622	227.693
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	79.693	(5.214)

16.1. Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 132 processos judiciais em andamento no BNDES e 153 no consolidado, referentes, principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

	BNDES	Consolidado
	2025	
Saldo no início do exercício	147.720	189.450
Pagamentos	(97.227)	(101.865)
Constituições	99.777	103.022
Reversões	-	-
Saldo no final do exercício	150.270	190.607

Em 31 de dezembro de 2025, havia 19 processos judiciais em andamento no BNDES e 27 no Consolidado, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 327.400 no BNDES e R\$ 328.919 no Consolidado.

16.2. Provisões cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 25 processos no BNDES e 31 no Consolidado, cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, além daqueles acerca de questões contratuais.

	BNDES	Consolidado
	2025	
Saldo no início do exercício	170.700	1.522.045
Pagamentos	-	(1.101.878)
Constituições	22.616	111.316
Reversões	(4.270)	(169.664)
Saldo no final do exercício	189.046	361.819

As principais variações no Consolidado são decorrentes da celebração de acordo judicial que encerrou um processo ajuizado em 1995, que era estimado como perda provável, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Em 31 de dezembro de 2025, havia 34 processos judiciais em andamento no BNDES e 39 no Consolidado, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 148.392 no BNDES e R\$ 159.036 no Consolidado.

16.3. Provisões fiscais

As provisões fiscais refletem a classificação de risco de perda provável sobre 1 processo em andamento no BNDES e 2 processos no Consolidado, referente a compensação de créditos fiscais.

	BNDES	Consolidado
	2025	
Saldo no início do exercício	67.286	74.896
Pagamentos	-	(12.091)
Constituições	18.239	18.570
Reversões	(70.119)	(58.029)
Saldo no final do exercício	15.406	23.346

Em 31 de dezembro de 2025, havia 2 processos judiciais em andamento no BNDES e 6 no Consolidado, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 155.221 no BNDES e R\$ 1.294.508 no Consolidado.

17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB e Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS e Novo PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26.14.

17.1. Passivo atuarial – Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais relativas aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	BNDES	Consolidado
	2025	
Passivo atuarial – PBB	1.353.998	1.604.268
Passivo atuarial – PAS	2.575.167	3.122.963
Total	3.929.165	4.727.231
Circulante	156.382	222.599
Passivo atuarial – PBB	71.273	95.632
Passivo atuarial – PAS	85.109	126.967
Não circulante	3.772.783	4.504.632
Passivo atuarial – PBB	1.282.725	1.508.636
Passivo atuarial – PAS	2.490.058	2.995.996

17.1.1. Planos de aposentadoria complementar

17.1.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 30 de novembro de 2025 e atualizada até 31 de dezembro de 2025.

	BNDES	Consolidado
	2025	
Valor presente da obrigação atuarial	16.147.867	19.133.897
Valor justo dos ativos do plano	(13.439.870)	(15.925.361)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	2.707.997	3.208.536
Efeito do compartilhamento de risco	(1.353.999)	(1.604.268)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	1.353.998	1.604.268

O BNDES adota o compartilhamento de risco com participantes ativos e assistidos, no custeio do benefício de previdência complementar oferecido a seus empregados. Dessa forma, o passivo atuarial do PBB, ou valor da obrigação pós-emprego de Benefício Definido (BD) reconhecido em suas demonstrações contábeis, corresponde ao montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberta pelo valor justo dos ativos do plano.

a) Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

Obrigação atuarial do PBB	BNDES	Consolidado
	2025	
Valor presente no início do exercício	15.159.158	18.080.419
Custo do serviço corrente	442.612	444.884
Custo de juros	1.880.708	2.220.511
Contribuição dos participantes do plano	153.205	154.952
Benefícios pagos	(775.498)	(1.011.764)
Perdas (ganhos) atuariais	(712.318)	(755.105)
Mudança de premissas (crescimento salarial)	(19.054)	(19.058)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(222.226)	(248.543)
Mudança de premissas (reajuste salarial)	823.030	969.388
Ajuste de experiência	(1.294.068)	(1.456.892)
Valor presente no final do exercício	16.147.867	19.133.897

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 17.1.3.

Ativos do PBB	BNDES	Consolidado
	2025	
Valor justo no início do exercício	12.471.782	14.832.503
Receita de juros	1.517.812	1.790.263
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(174.026)	(120.505)
Contribuições recebidas do empregador ⁽¹⁾	246.595	279.912
Contribuições recebidas dos participantes ⁽²⁾	153.205	154.952
Benefícios pagos	(775.498)	(1.011.764)
Benefícios brutos	(880.076)	(1.147.912)
Contribuições descontadas dos assistidos ⁽²⁾	104.578	136.148
Valor justo no final do exercício	13.439.870	15.925.361

⁽¹⁾ Corresponde a contribuições para ativos e assistidos e aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 baixados no primeiro semestre de 2025, conforme seção "Acordo TCU – Consenso".

⁽²⁾ Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 257.783 (R\$ 291.100 para o consolidado).

A contribuição estimada do BNDES com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 255.225 (R\$ 289.707 para o consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 13,93 anos em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES em 31 de dezembro de 2025 para os próximos anos:

PBB	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
BNDES	1.082.614	1.102.223	1.117.988	2.287.302	6.229.627	64.313.810	76.133.564
Consolidado	1.389.299	1.406.825	1.419.266	2.879.130	7.607.298	67.457.603	82.159.421

b) Impacto no resultado

	BNDES	
	2º Semestre de 2025	2025
Custo do serviço corrente (patronal)	(116.212)	(221.306)
Custo líquido dos juros	(95.145)	(167.249)
Subtotal	(211.357)	(388.555)
Contribuições recebidas do empregador	126.986	246.595
Total	(84.371)	(141.960)

	Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025
Custo do serviço corrente (patronal)	(116.808)	(222.442)
Custo líquido dos juros	(112.488)	(198.942)
Subtotal	(229.296)	(421.384)
Contribuições recebidas do empregador	143.839	279.912
Total	(85.457)	(141.472)

c) Impacto no Patrimônio Líquido

Outros resultados abrangentes	BNDES	Consolidado
	2025	
Saldo no início do exercício	3.644.378	3.742.411
Ganhos (perdas) atuariais	712.318	755.105
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(174.026)	(120.505)
Saldo no final do exercício	4.182.670	4.377.011
Efeito do compartilhamento de risco ⁽¹⁾	(406.642)	(473.437)
Efeito da baixa dos contratos de dívida ⁽²⁾	(1.320.321)	(1.695.809)
Saldo no final do exercício (com compartilhamento de risco)	2.455.707	2.207.765

⁽¹⁾ Variação do efeito do compartilhamento de risco no exercício findo.

⁽²⁾ Corresponde aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 baixados no primeiro trimestre de 2025, conforme seção "Acordo TCU – Consenso".

d) Ativos do PBB por categoria e nível de mensuração

	BNDES			
	2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	12.595.716	414.468	13.010.184
Multimercado	-	12.595.716	3.273	12.598.989
Participações	-	-	411.195	411.195
Imóveis ⁽¹⁾	-	-	54.951	54.951
Locados a terceiros	-	-	16.634	16.634
Locados aos patrocinadores	-	-	38.317	38.317
Empréstimos e financiamentos	-	-	417.254	417.254
Subtotal	-	12.595.716	886.673	13.482.389
Outros ativos não avaliados a valor justo ⁽²⁾				77.416
Outras deduções ⁽³⁾				(243.606)
Total em 30/11/2025				13.316.199
Atualização de data-base ⁽⁴⁾				123.671
Total				13.439.870

⁽¹⁾ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 6.255 em 31/12/2025.

⁽²⁾ Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

⁽³⁾ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

⁽⁴⁾ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 30/11/2025 para 31/12/2025. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/12/2025.

	Consolidado			
	2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	14.935.478	491.459	15.426.937
Multimercado	-	14.935.478	3.881	14.939.359
Participações	-	-	487.578	487.578
Imóveis ⁽¹⁾	-	-	65.159	65.159
Locados a terceiros	-	-	19.724	19.724
Locados aos patrocinadores	-	-	45.435	45.435
Empréstimos e financiamentos	-	-	494.762	494.762
Subtotal	-	14.935.478	1.051.380	15.986.858
Outros ativos não avaliados a valor justo ⁽²⁾				91.797
Outras deduções ⁽³⁾				(288.858)
Total em 30/11/2025				15.789.797
Atualização de data-base ⁽⁴⁾				135.564
Total				15.925.361

⁽¹⁾ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 7.417 em 31/12/2025.

⁽²⁾ Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis

⁽³⁾ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos

⁽⁴⁾ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 30/11/2025 para 31/12/2025. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/12/2025.

e) Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação bruta do benefício definido de previdência teria sido afetada, em 31 de dezembro de 2025, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. O impacto no passivo atuarial do PBB atribuído ao patrocinador corresponde a 50% da variação apresentada, dado que há compartilhamento de risco para este benefício pós-emprego. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	BNDES		Consolidado	
	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 0,5% a.a.	(871.395)	-5,40%	(976.642)	-5,10%
Redução de 0,5% a.a.	962.437	5,96%	1.074.960	5,62%
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(1.662.826)	-10,30%	(1.866.661)	-9,76%
Redução de 1% a.a.	2.028.918	12,56%	2.261.932	11,82%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	280.581	1,74%	346.507	1,81%
Redução de 1 ano na idade	(289.749)	-1,79%	(357.829)	-1,87%
Taxa de crescimento salarial				
Aumento de 1% a.a.	544.292	3,37%	544.620	2,85%
Redução de 1% a.a.	(489.320)	-3,03%	(489.643)	-2,56%

f) Acordo TCU – Consenso

Em 09/10/2024, foi assinado acordo entre o Sistema BNDES, a FAPES e o TCU, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso), encerrando controvérsias administrativas e judiciais referentes ao PBB. Os processos administrativos TC 029.845/2016-5 (contratos de confissão de dívida – CCDs – de 2002 e 2004) e TC 011.488/2020-4 (em que seria monitorada a devolução dos valores referentes aos aportes de 2009 e 2010) já foram encerrados pelo TCU. E, a partir de petição conjunta, protocolada pelas empresas do Sistema BNDES e pela FAPES em 08/01/2025, nos diversos processos judiciais em que configuravam como partes contrárias (relacionados a valores aportados pelo BNDES no PBB e à execução dos CCDs), já houve a homologação do referido acordo e a consequente extinção em cada uma dessas ações na Justiça.

Os valores envolvidos nas causas, classificados como passivo contingente remoto, foram baixados; e as devoluções de valores, tratadas como ativo contingente, dependem da implementação dos demais termos do Acordo.

O Acordo TCU - Consenso prevê, além do encerramento dos referidos processos, resumidamente: (i) a migração incentivada do PBB para um novo plano de contribuição definida até setembro de 2026; e (ii) a devolução ao Sistema BNDES, em até 360 (trezentos e sessenta) meses após a conclusão do processo de migração, do valor do ativo contingente a ser apurado ao final do exercício.

Em março de 2025, a partir da extinção das primeiras ações judiciais, amparada nos termos do referido acordo, foram baixados contabilmente os contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004, encerrando, assim, as obrigações do Sistema BNDES de Contas a Pagar - FAPES.

O efeito da baixa está descrito na Nota Explicativa n.º 19.4.

17.1.1.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em 08/12/2022 e aberto para adesões a partir de 19/12/2022. Até 31/12/2025, houve 595 adesões, tendo ampliado o número de participantes do PBCD, a partir de abril de 2025, com a admissão de novos empregados aprovados no Concurso de Seleção Pública de 2024. O plano foi estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), em todas as suas fases e benefícios, com a obrigação do Patrocinador limitada à paridade com as contribuições básicas de, no mínimo, 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes ativos.

Em 2025, foram aportados R\$ 7.523 no PBCD, pelo BNDES, em paridade com a contribuição básica dos participantes ativos inscritos no Plano CD (incluindo os repasses de competência dezembro de 2025), acumulando patrimônio de cobertura do plano de R\$ 21,5 milhões (considerando a referência do último balancete disponível, de novembro de 2025).

Os benefícios de aposentadoria programada do PBCD serão pagos na forma de renda mensal, calculada com base no saldo da conta individual de cada participante. No momento da concessão da aposentadoria, o participante poderá optar por sacar à vista até 25% de seu saldo de conta. O valor remanescente será transformado em renda pelas regras do plano, dentre as 3 (três) opções a seguir: (1) percentual do saldo remanescente, entre 0,25% a 2% do saldo de conta, variando em intervalos de 0,25%, pagos mensalmente; (2) prazo determinado, entre 5 e 30 anos, variando em intervalos de 1 ano, para pagamentos mensais; ou (3) equivalência atuarial, renda mensal recalculada atuarial e anualmente a partir da data da concessão, enquanto houver saldo de conta – ou seja, até atingir o limite do valor mínimo de benefício, a ser pago em parcela única, e confirmar o esgotamento da conta individual e da condição de beneficiário. Portanto, não há risco atuarial nem de investimento recaindo ao Patrocinadores e não gera obrigação pós-emprego.

17.1.2. Planos de assistência à saúde

17.1.2.1. Plano de Assistência e Saúde – PAS

	BNDES	Consolidado
	2025	
Valor presente das obrigações não fundeadas	2.575.167	3.122.963
Passivo líquido	2.575.167	3.122.963

a) Movimentação no valor presente das obrigações do PAS

	BNDES	Consolidado
	2025	
Saldo no início do exercício	2.310.585	2.860.695
Custo do serviço corrente	83.947	86.011
Custo de juros da obrigação	290.843	355.941
Benefícios pagos	(102.368)	(139.082)
Perdas (ganhos) atuariais	(7.840)	(40.602)
Mudança de premissas de custos (VCMH)	(68.321)	(77.267)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(43.689)	(49.422)
Ajuste de experiência	104.170	86.087
Saldo no final do exercício	2.575.167	3.122.963

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 17.1.3.

b) Impacto no resultado

	BNDES	
	2º Semestre de 2025	2025
Custo do serviço corrente	(44.083)	(83.947)
Custo dos juros da obrigação	(165.937)	(290.843)
Subtotal	(210.020)	(374.790)
Benefícios pagos (correntes)	54.797	102.368
Total	(155.223)	(272.422)

	Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025
Custo do serviço corrente	(45.166)	(86.011)
Custo dos juros da obrigação	(202.220)	(355.941)
Subtotal	(247.386)	(441.952)
Benefícios pagos (correntes)	74.620	139.082
Total	(172.766)	(302.870)

c) Impacto no Patrimônio Líquido

Outros resultados abrangentes	BNDES	Consolidado
	2025	
Saldo no início do exercício	1.921.463	1.924.436
Ganhos (perdas) atuariais	7.840	40.602
Saldo no final do exercício	1.929.303	1.965.038

As contribuições esperadas do BNDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 111.034 (R\$ 154.458 no consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 17,12 anos em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES em 31 de dezembro de 2025 para os próximos anos:

PAS	Até 1 ano	1 e 2 anos	2 e 3 anos	3 e 5 anos	5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
BNDES	111.035	118.943	126.207	268.409	815.033	15.393.795	16.833.422
Consolidado	154.458	163.413	171.414	361.097	1.050.300	16.294.985	18.195.667

d) Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação bruta de benefício definido de assistência à saúde teria sido afetada, em 31 de dezembro de 2025, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. O impacto no passivo atuarial do PAS atribuído ao patrocinador corresponde a 100% da variação apresentada, pois não há compartilhamento de risco para este benefício pós-emprego. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	BNDES		Consolidado	
	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 0,5% a.a.	(169.725)	-6,59%	(192.453)	-6,16%
Redução de 0,5% a.a.	190.352	7,39%	215.008	6,88%
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(321.583)	-12,49%	(365.315)	-11,70%
Redução de 1% a.a.	404.610	15,71%	456.079	14,60%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	71.268	2,77%	88.350	2,83%
Redução de 1 ano na idade	(72.127)	-2,80%	(89.316)	-2,86%
Taxa de variação dos custos médicos				
Aumento de 1% a.a.	416.669	16,18%	469.620	15,04%
Redução de 1% a.a.	(334.873)	-13,00%	(380.475)	-12,18%

17.1.2.2. Novo Plano de Assistência e Saúde – Novo PAS

A partir de abril de 2025, com a admissão de novos empregados aprovados no Concurso de Seleção Pública de 2024, entrou em operação o Novo PAS, plano privado de assistência à saúde, instituído na modalidade autogestão, destinado aos empregados que ingressaram no BNDES a partir de 19/03/2018 (quando o PAS foi fechado para novas adesões), nos termos de seu Regulamento alterado pela Resolução DIR n.º 4.306/2024-BNDES, de 28/11/2024, e registrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 28/01/2025.

O custeio do Novo Plano é feito por meio de cobrança de mensalidade e coparticipação dos beneficiários, sendo a mensalidade compartilhada com o BNDES, durante a permanência do vínculo empregatício. Conforme previsão regulamentar, ao término do vínculo, o ex-empregado e seus dependentes que optarem por permanecer como beneficiários do Novo PAS devem arcar com 100% da mensalidade.

Até dezembro de 2025, foram registradas adesões de 497 empregados como beneficiários titulares, com inscrição de 359 dependentes, totalizando 856 vidas cobertas pelo Novo PAS. Considerando que ainda não há ex-empregados titulares, não há custo incorrido pelo grupo familiar dessa classe de beneficiários, nem há, por decorrência, requisito para estudo de suficiência do custeio desse grupo, até o presente momento. Portanto, por ora, para o BNDES, não há obrigação de benefício pós-emprego decorrente do Novo PAS.

17.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2025
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa de inflação	3,50% a.a.
Taxa real de crescimento salarial futuro	
Grupo Técnico	3,12% a.a.
Grupo Apoio	3,13% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	
Grupo Técnico	6,73% a.a.
Grupo Apoio	6,74% a.a.
Taxa de desconto nominal	10,96% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,96% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	3,45% a.a.
Taxa nominal de tendência dos custos médicos	7,07% a.a.

Para a data-base de 31/12/2025, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 7,21% a.a., correspondente à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA), do dia 22/12/2025, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 4.032 dias úteis (16 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo vértice registrou taxa de 7,12% a.a. em 31/12/2025, representando redução de 0,09 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

17.1.4. Processos Judiciais e Contingências da FAPES

		2025	
		PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	35.665	143
	Quantidade	31	4
Classificação: Possível	Valor	11.414	388
	Quantidade	39	7

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 35.665 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 143 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 11.414 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 388 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

17.2. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	BNDES		Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025	2º Semestre de 2025	2025
Vale-transporte	8	23	16	49
Vale-refeição	25.270	45.157	54.936	98.168
Assistência Educacional	9.896	18.746	21.514	40.753
Total	35.174	63.926	76.466	138.970

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R\$ 150.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do exercício prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorrida em 28 de abril de 2025, aprovou um aumento do capital social, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, no montante de R\$ 10.027.309, referente à parcela da destinação dos lucros do exercício de 2024, sem emissão de novas ações. Assim, o capital passou a ser de R\$ 109.001.243.

18.2. Reconciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

A diferença no lucro líquido e patrimônio líquido entre BNDES Individual e Consolidado decorre da designação de carteiras como objeto de *hedge* contábil apenas no balanço consolidado.

	Lucro líquido do semestre/exercício		Patrimônio Líquido
	2º semestre de 2025	2025	2025
BNDES individual	13.206.948	25.575.992	172.015.585
<i>Hedge de Carteiras</i>	(4.347)	(4.347)	(4.347)
BNDES consolidado	13.202.601	25.571.645	172.011.238

18.3. Ajustes de avaliação patrimonial

	2025
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	524.832
Ajuste – outros resultados abrangentes – próprios	3.516.825
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de controladas	(227.189)
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	(170.527)
Mensuração a valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.425.755
De títulos próprios	19.425.755
Total	23.069.696
Ajustes de avaliação patrimonial - próprios	22.942.580
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas e controladas	127.116

18.4. Lucro líquido ajustado pelos ganhos na realização de instrumentos patrimoniais

Com a entrada em vigor da Resolução CMN n.º 4.966/2021, o ganho/perda realizado na venda de instrumentos patrimoniais, classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), deixou de ser reconhecido no resultado do exercício, passando a ser reconhecido diretamente na conta de lucros acumulados.

Dessa forma, o quadro abaixo demonstra o ganho gerado na venda desses instrumentos e quanto seria o resultado do exercício, considerando essas vendas.

	BNDES		Consolidado	
	2º semestre de 2025	2025	2º semestre de 2025	2025
Lucro líquido do exercício	13.206.948	25.575.992	13.202.601	25.571.645
Ganho pela realização de instrumentos patrimoniais VJORA	327.109	1.273.007	327.109	1.273.007
Resultado realizado no exercício	13.534.057	26.848.999	13.529.710	26.844.652

18.5. Pagamento de dividendos

2025					
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago ⁽¹⁾	Data de pagamento	Meio de pagamento
Dividendos na forma de JCP	2024	5.485.516	5.742.563	16/05/2025	Moeda corrente
Dividendos	2024	781.552	818.175	16/05/2025	Moeda corrente
Dividendos complementares na forma de JCP	2024	6.267.068	6.783.656	12/08/2025	Moeda corrente
Dividendos complementares na forma de JCP	2024	2.506.827	2.801.605	31/10/2025	Moeda corrente
Dividendos intermediários	2025	3.617.180	3.613.195	29/12/2025	Moeda corrente
Dividendos intermediários na forma de JCP	2025	2.569.636	2.566.805	29/12/2025	Moeda corrente
Total		21.227.779	22.325.999		

(1) Inclui atualização pela taxa Selic da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

18.6. Destinação do resultado e distribuição dos lucros

18.6.1. Destinação do Resultado

	2025
Resultado do exercício	25.575.992
Ajustes decorrentes da implementação das Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e n.º 4.975/2021	12.813
Ganho pela realização de instrumentos patrimoniais VJORA	1.273.007
Valores destinados	26.861.812
Destinação do resultado	
Reserva legal - 5% ⁽¹⁾	1.343.091
Remuneração ao acionista mínima obrigatória - 25%	6.379.680
Reserva para futuro aumento de capital	10.207.489
Reserva para equalização de dividendos	8.931.552

(1) Limitado a 20% do capital social, ou, a critério do BNDES, deixar de constituir quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.

18.6.2. Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

	Ano Base	2025
Remuneração ao acionista proposta:		6.379.680
Dividendos	2025	3.701.091
Juros sobre o capital próprio	2025	2.678.589
(-) Remuneração ao acionista intermediária paga:		(6.186.816)
Dividendos intermediários	2025	(3.617.180)
Dividendos intermediários na forma de juros sobre o capital próprio	2025	(2.569.636)
Remuneração ao acionista proposta a pagar:		
Dividendos	2025	83.911
Juros sobre o capital próprio	2025	108.953
Total		192.864
Circulante		192.864
Não circulante		-

19. RESULTADO OPERACIONAL

19.1. Resultado da intermediação financeira

	BNDES	
	2º semestre de 2025	2025
Receitas da intermediação financeira	36.726.636	68.743.514
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	24.392.723	44.009.558
.Moeda nacional	23.064.954	48.747.049
Juros/comissões	19.892.658	39.752.593
Atualização monetária	1.521.907	5.194.377
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.650.389	3.800.079
.Moeda estrangeira	1.327.769	(4.737.491)
Juros/comissões	932.053	1.857.532
Variação cambial	477.488	(6.724.217)
Ajuste ao valor justo de <i>hedge</i> de operações de crédito	(81.772)	129.194
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	11.839.965	23.633.621
.Moeda nacional	11.518.582	23.795.481
Juros/comissões	9.347.627	17.292.587
Atualização monetária	2.302.931	4.688.708
Resultados na alienação	(100.958)	(889.438)
Ajustes ao valor de mercado	(20.467)	2.714.175
Ajuste a valor justo de <i>hedge</i>	(10.551)	(10.551)
.Moeda estrangeira	321.383	(161.860)
Juros/comissões	274.504	558.878
Variação cambial	46.879	(720.738)
Rendas com administração de fundos e programas	493.948	1.100.335
Despesas da intermediação financeira	(27.703.151)	(50.771.432)
Captação no mercado – financiamentos e repasses	(27.980.082)	(48.320.495)
.Moeda nacional	(25.753.607)	(53.412.657)
Juros/comissões	(25.586.780)	(52.887.679)
Atualização monetária	(160.294)	(517.913)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(6.533)	(7.065)
.Moeda estrangeira	(2.226.475)	5.092.162
Juros/comissões	(1.503.527)	(2.872.796)
Variação cambial	(722.948)	7.964.958
Resultados com instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros	154.614	(4.462.761)
Receitas	1.941.277	2.519.197
Despesas	(1.786.663)	(6.981.958)
Resultado com provisão associada ao risco de crédito	94.132	2.151.980
Perdas esperada e incorrida associadas ao risco de crédito	(189.630)	1.600.853
Recuperação de créditos baixados	283.762	551.127
Resultado da carteira de câmbio	28.185	(140.156)
Resultado bruto da intermediação financeira	9.023.485	17.972.082

	Consolidado	
	2º semestre de 2025	2025
Receitas da intermediação financeira	39.761.611	73.808.710
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	27.404.390	49.021.964
.Moeda nacional	25.525.136	52.804.592
Juros/comissões	21.964.835	42.688.247
Atualização monetária	1.589.792	5.410.003
Ajuste ao valor justo de <i>hedge</i>	5.905	5.905
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.964.604	4.700.437
.Moeda estrangeira	1.879.254	(3.782.628)
Juros/comissões	1.454.373	2.815.425
Variação cambial	506.653	(6.727.247)
Ajuste ao valor justo de <i>hedge</i>	(81.772)	129.194
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	11.863.273	23.686.411
.Moeda nacional	11.541.890	23.848.271
Juros/comissões	8.935.570	16.551.264
Atualização monetária	2.743.746	5.495.934
Resultados na alienação	(100.958)	(889.438)
Ajustes ao valor de mercado	(25.917)	2.701.062
Ajuste a valor justo de <i>hedge</i>	(10.551)	(10.551)
.Moeda estrangeira	321.383	(161.860)
Juros/comissões	274.504	558.878
Variação cambial	46.879	(720.738)
Rendas com administração de fundos e programas	493.948	1.100.335
Despesas da intermediação financeira	(26.427.452)	(47.715.771)
Captação no mercado – financiamentos e repasses	(26.624.606)	(45.693.568)
.Moeda nacional	(24.398.131)	(50.785.730)
Juros/comissões	(24.181.094)	(50.208.851)
Atualização monetária	(160.294)	(517.913)
Ajuste ao valor justo de <i>hedge</i>	(10.251)	(10.251)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(46.492)	(48.715)
.Moeda estrangeira	(2.226.475)	5.092.162
Juros/comissões	(1.503.527)	(2.872.796)
Variação cambial	(722.948)	7.964.958
Resultados com instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros	154.614	(4.462.761)
Receitas	1.941.277	2.519.197
Despesas	(1.786.663)	(6.981.958)
Resultado com provisão associada ao risco de crédito	14.355	2.580.714
Perdas esperada e incorrida associadas ao risco de crédito	(371.986)	1.926.797
Recuperação de créditos baixados	386.341	653.917
Resultado da carteira de câmbio	28.185	(140.156)
Resultado bruto da intermediação financeira	13.334.159	26.092.939

19.2. Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	BNDES	
	2º Semestre de 2025	2025
Reversão (constituição) de provisão sobre:		
Títulos e valores mobiliários		
Debêntures ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2.731)	523
Títulos de renda fixa no exterior ao custo amortizado	(3.290)	67.004
Subtotal	(6.021)	67.527
Carteira de crédito – Custo amortizado		
Operações de crédito	(105.516)	1.506.582
Repasse interfinanceiros	(44.410)	69.347
Debêntures	(30.523)	(26.531)
Direitos recebíveis	134	388
Créditos por avais e fianças honrados	-	(8.498)
Subtotal	(180.315)	1.541.288
BNDES serviços	(3.294)	(7.962)
Total	(189.630)	1.600.853
Recuperação de créditos baixados – Custo amortizado	283.762	551.127
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	94.132	2.151.980

	Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025
Reversão (constituição) de provisão sobre:		
Títulos e valores mobiliários		
Debêntures designadas ao valor justo pelo resultado	(300)	2.118
Debêntures ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2.731)	523
Títulos de renda fixa no exterior ao custo amortizado	(3.291)	67.003
Subtotal	(6.322)	69.644
Carteira de crédito – Custo amortizado		
Operações de crédito	(214.221)	1.889.245
Repasse interfinanceiros	(68.609)	83.364
Debêntures ao custo amortizado	(30.245)	(25.891)
Direitos recebíveis	(49.297)	(73.105)
Créditos por avais e fianças honrados	-	(8.498)
Subtotal	(362.372)	1.865.115
BNDES serviços	(3.292)	(7.962)
Total	(371.986)	1.926.797
Recuperação de créditos baixados – Custo amortizado	386.341	653.917
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	14.355	2.580.714

19.3. Despesas Tributárias

As despesas tributárias, exceto os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL, divulgados na Nota Explicativa n.º 15), são majoritariamente referentes a PIS e COFINS.

19.4. Outras receitas operacionais

O principal efeito registrado na rubrica do Resultado de “Outras receitas operacionais” refere-se à baixa dos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 entre o BNDES e a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, no valor de R\$ 1.329.232 no BNDES e R\$ 1.707.559 no Consolidado, ocorrida em março de 2025.

Tal baixa foi amparada nos termos do acordo celebrado entre as empresas do Sistema BNDES e a FAPES, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (“SecexConsenso”) do TCU.

Informações adicionais estão mencionadas na Nota Explicativa n.º 17.1.1.1.

20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO E RESULTADO RECORRENTE

20.1. Informação Por Segmento

	Consolidado					
	2025					
	Crédito e Serviços	Renda Variável	Tesouraria e ALM	Corporativo não alocado	Remuneração do Acionista	Totais
Receita com Operações de Crédito, Repasses e Serviços	56.707.418	-	142.128	-	-	56.849.546
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	4.791.099	-	15.495.557	-	-	20.286.656
Despesas de Captação	(50.019.351)	(11.391.546)	(14.718.881)	-	22.505.801	(53.623.977)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.479.166	(11.391.546)	918.804	-	22.505.801	23.512.225
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	2.348.150	-	232.564	-	-	2.580.714
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.827.316	(11.391.546)	1.151.368	-	22.505.801	26.092.939
Resultado com Participações Societárias	-	10.152.528	-	-	-	10.152.528
Despesas de Pessoal e Administrativas	(2.259.092)	(249.545)	-	(1.214.202)	-	(3.722.839)
Participação nos Resultados	(267.617)	(26.721)	-	(278.118)	-	(572.456)
Outras despesas, líquidas	(37.043)	(262.411)	(867.775)	560.534	(589.791)	(1.196.486)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.263.564	(1.777.695)	283.593	(931.786)	21.916.010	30.753.686
Tributos sobre o Lucro	(2.530.602)	2.126.832	(63.715)	209.346	(4.923.902)	(5.182.041)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.732.962	349.137	219.878	(722.440)	16.992.108	25.571.645
Resultado com Alienações de Participações Societárias, Líquido de tributos ⁽¹⁾	-	1.273.007	-	-	-	1.273.007
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	8.732.962	1.622.144	219.878	(722.440)	16.992.108	26.844.652
ATIVOS	663.565.197	88.243.876	194.748.544	15.915.031	-	962.472.648

⁽¹⁾ Desde 01/01/2025, com a entrada em vigor da Resolução CMN n.º 4.966/2021, o resultado das alienações de participações societárias mensuradas ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA) e da amortização de cotas de fundos de investimento não transitam mais pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), sendo registrados diretamente na rubrica de "Lucros (prejuízos) acumulados" no Patrimônio Líquido. Neste contexto, a Informação por Segmento contempla o Lucro Líquido somado ao resultado de alienações e amortização de cotas de fundos, que ora denomina-se "Lucro Líquido Ajustado".

20.2. Resultados Recorrentes

	Consolidado					
	2º semestre de 2025			2025		
	Lucro Contábil	Efeitos não recorrentes	Lucro Recorrente ⁽¹⁾	Lucro Contábil	Efeitos não recorrentes	Lucro Recorrente ⁽¹⁾
Receita com Operações de Crédito e Repasses	27.391.685	(416.464)	27.808.149	56.849.546	(416.464)	57.266.010
Receita com Títulos e Valores Mobiliários	11.811.654	-	11.811.654	20.286.656	-	20.286.656
Despesas de Captação	(25.883.535)	-	(25.883.535)	(53.623.977)	-	(53.623.977)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.319.804	(416.464)	13.736.268	23.512.225	(416.464)	23.928.689
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	14.355	-	14.355	2.580.714	-	2.580.714
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.334.159	(416.464)	13.750.623	26.092.939	(416.464)	26.509.403
Resultado com Participações Societárias	6.059.065	2.705.900	3.353.165	10.152.529	2.842.336	7.310.193
Despesas Administrativas e com Pessoal	(2.047.968)	-	(2.047.968)	(3.722.839)	-	(3.722.839)
Participação nos Resultados	(572.456)	-	(572.456)	(572.456)	-	(572.456)
Outras despesas, líquidas	(1.596.113)	39.651	(1.635.764)	(1.196.487)	1.661.116	(2.857.603)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	15.176.687	2.329.087	12.847.600	30.753.686	4.086.988	26.666.698
Tributos sobre o Lucro	(1.974.086)	439.851	(2.413.937)	(5.182.041)	(1.028.171)	(4.153.870)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.202.601	2.768.938	10.433.663	25.571.645	3.058.817	22.512.828
Resultado com Alienações de Participações Societárias, líquido de tributos ⁽²⁾	327.108	327.108	-	1.273.007	1.273.007	-
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	13.529.709	3.096.046	10.433.663	26.844.652	4.331.824	22.512.828
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	-	14.354	(14.354)	-	2.580.713	(2.580.713)
Receita com Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP)	-	3.151.230	(3.151.230)	-	6.787.910	(6.787.910)
Tributos sobre a PRC e Receita com Dividendos e JCP	-	(623.305)	623.305	-	(2.056.892)	2.056.892
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE, AJUSTADO PELA PRC E RECEITA COM DIVIDENDOS E JCP	13.529.709	5.638.325	7.891.384	26.844.652	11.643.555	15.201.097

⁽¹⁾ Para apurar o Lucro Recorrente as despesas não recorrentes (valores negativos) são somadas ao Lucro Contábil e as receitas não recorrentes (valores positivos) são deduzidas do Lucro Contábil.

⁽²⁾ Desde 01/01/2025, com a entrada em vigor da Resolução CMN n.º 4.966/2021, o resultado das alienações de participações societárias mensuradas ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA) e da amortização de cotas de fundos de investimento não transitam mais pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), sendo registrados diretamente na rubrica de "Lucros (prejuízos) acumulados" no Patrimônio Líquido. Neste contexto, a Informação por Segmento contempla o Lucro Líquido somado ao resultado de alienações e amortização de cotas de fundos, que ora denomina-se "Lucro Líquido Ajustado".

No julgamento da Administração, os itens não recorrentes, embora relacionados aos negócios da Companhia, não ocorrem necessariamente em todos os exercícios, tampouco em montantes comparáveis, sendo destacados como informação complementar para um melhor entendimento e avaliação do resultado.

O resultado com participações societárias não recorrente refere-se, principalmente, a operações de alienação de investimentos e resultados obtidos com investimentos em coligadas, que possuem caráter esporádico e não permanente.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a receita com dividendos e juros sobre capital próprio de investimentos em não coligadas, embora classificadas como eventos recorrentes, historicamente impactam o resultado do BNDES de forma esporádica. Com relação a provisão, ora pela constituição em contextos específicos, ora pela reversão em virtude da recuperação de créditos. Já a receita com dividendos e juros sobre capital próprio aumentou de forma expressiva nos períodos apresentados, em função, principalmente, de distribuição extraordinária pela Petrobras. Visando possibilitar a análise desses impactos sobre o resultado recorrente da instituição, apresentamos também o lucro líquido recorrente ajustado pela PRC e pela receita com dividendos e juros sobre o capital próprio.

A reconciliação do Lucro Líquido Recorrente a seguir apresenta, de forma complementar, a composição dos itens não recorrentes líquidos dos efeitos tributários.

	2º semestre de 2025	2025
Lucro Líquido Ajustado	13.529.709	26.844.652
Ajustes, líquidos de tributos	(3.096.047)	(4.331.824)
Baixa por dispensa de crédito	229.055	229.055
Alienações de Participações Societárias	(444.804)	(1.390.735)
Resultado com Equivalência Patrimonial	83.476	111.698
Impairment de Ativos	21.137	21.137
Resultado com Derivativos	(23.201)	(129.282)
Outros Resultados com Participações Societárias	(2.548.105)	(2.550.668)
Provisão para Contingências	(57.274)	(4.030)
Outras Receitas - Baixa de Passivo com FAPES	(65)	(969.946)
Outras Despesas	26.406	27.060
Ajuste de Créditos Tributários ⁽¹⁾	(382.672)	323.887
Lucro Líquido Recorrente, não ajustado pela PRC e receita com dividendos e JCP	10.433.662	22.512.828
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(13.700)	(1.422.857)
Receita com Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP)	(2.528.579)	(5.888.874)
Lucro Líquido Recorrente, ajustado pela PRC e Receita com Dividendos e JCP	7.891.383	15.201.097

⁽¹⁾ Efeito de mudança na expectativa de realização das diferenças temporárias e eventual alteração de alíquota.

As políticas contábeis adotadas na apuração da demonstração do resultado recorrente são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

21. GESTÃO DE RISCOS

21.1. Gerenciamento de Riscos

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseado nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e *Compliance* (AIC) do Sistema BNDES são responsáveis, entre outros, por:

- Definir e propor à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o Sistema BNDES;
- Desenvolver e gerir metodologias de gestão de riscos e controles internos, reportando o resultado das atividades à Alta Administração;
- Monitorar os Sistemas de Gestão de Continuidade de Negócios, de Gestão de Segurança da Informação e de Gestão de Apetite ao Risco do Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para perdas associadas ao risco de crédito de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;
- Analisar a evolução das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES; e
- Disseminar a cultura de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

O gerenciamento de riscos das empresas do Sistema BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento desses temas no Sistema BNDES é composta pelo Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Diretoria Executiva; *Chief Risk Officer*; Comitê de Gestão de Riscos, Subcomitê de Gestão de Risco de Modelos, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos e de controles internos.

Cabe destacar que, em linha com o que é exigido na Resolução CMN n.º 4.557/2017, que aborda a implementação de estruturas de gestão de capital para assegurar que as instituições mantenham nível de capital suficientemente prudente, desenvolvam e utilizem melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento de seus riscos, bem como planejem de forma consistente suas necessidades futuras de capital, o BNDES definiu sua estrutura organizacional de gerenciamento de capital com a seguinte composição: (i) Área Financeira, responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; (ii) AGR, responsável por elaborar o relatório ICAAP, que contém o cálculo de necessidade de capital para cobertura dos riscos aos quais o BNDES está exposto, bem como simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (“teste de estresse”); (iii) Área de Integridade e Compliance, que realiza as estimativas atinentes ao risco operacional no âmbito do Departamento de Gestão de Risco Operacional e elabora o relatório de validação independente do ICAAP, que está sob atribuição do Departamento de Controle Interno; (iv) Área de Planejamento, responsável pela estratégia e diretrizes para o perfil de atuação do BNDES; e (vi) Área de Auditoria Interna, que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital do Banco.

Atendendo às diretrizes dispostas na Resolução Bacen n.º 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço eletrônico <https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos>. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

21.1.1. Risco Operacional

O BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN n.º 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O risco operacional abarca o risco legal, o risco à continuidade de negócios e o risco à segurança da informação (incluindo o risco cibernético).

Em linha com o arcabouço legal e baseado na Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos, com seus respectivos controles.

O processo de gestão de riscos é executado em toda a Instituição, permitindo refletir tempestivamente as alterações nos ambientes interno e externo, baseado em metodologias que se complementam, tais como a realização de ciclos bienais nas áreas para ampla atualização do inventário de riscos, a avaliação de novos produtos e serviços e a avaliação de riscos transversais e corporativos.

A base de dados de perdas operacionais do BNDES contempla as perdas ocorridas, na qual os eventos de risco operacional são registrados conforme preconizado pela Resolução CMN n.º 4.557/2017 e pela Circular Bacen n.º 3.979/2020. As perdas com valor acima do apetite a risco da instituição são objeto de análise específica realizada pela unidade de gestão de risco operacional em conjunto com as unidades envolvidas, visando avaliar os riscos operacionais associados, suas causas e definir ações de tratamento.

No tocante às ações para a mitigação dos riscos à segurança da informação, previstas no Plano Estratégico de Segurança da Informação do Sistema BNDES, merecem destaque o levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação.

A gestão da continuidade de negócios busca aprimorar continuamente a resiliência da Instituição, preparando-a contra eventos que possam interromper a execução de seus processos críticos e apoiando a resposta tempestiva em caso de uma crise no escopo da continuidade de negócios. Para isso, o BNDES possui um Plano de Gerenciamento de Incidentes que estabelece a estrutura de governança sobre a matéria, permitindo que o Banco se organize rapidamente para continuidade de suas atividades.

Por fim, o fortalecimento da cultura de riscos operacionais envolve a periódica realização de ações de comunicação e capacitação para disseminação de conceitos e práticas, voltadas tanto para o corpo funcional quanto para a Alta Administração.

a) Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza, como metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), a abordagem padronizada conforme procedimentos estabelecidos na Resolução BCB n.º 356/2023.

A parcela RWA_{OPAD} passou para R\$ 50.916.806, em 31 de dezembro de 2025. A parcela sofreu uma redução (-15%) em relação ao semestre anterior. Essa retração é justificada pela redução observada nos subcomponentes de receitas de participações (DI), de outras despesas operacionais (OOE) e de resultado líquido da carteira bancária (NBB), apurados para o 1º semestre/2025, em comparação aos mesmos componentes no 1º semestre/2022, período que saiu da janela dos 6 semestres considerados no cálculo. Além disso, a nova abordagem padronizada, vigente a partir do 1º semestre de 2025, introduziu um componente de perdas internas (*Internal Loss Multiplier* – ILM) que atua sobre o componente de indicador de negócios (*Business Indicator Component* – BIC), de forma a atenuar ou incrementar a exigência de capital. Para o cálculo referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a média de perdas dos últimos 10 anos reduziu 27% em relação ao semestre anterior, fazendo o ILM atuar como um redutor mais forte sobre o BIC, atenuando o capital exigido, em função do baixo volume de perdas frente ao resultado financeiro dos últimos 3 anos.

RWA_{OPAD}	2025
Componente do Indicador de Negócios (BIC)	5.696.705
Multiplicador de Perdas Internas (ILM)	0,72
Capital mínimo (BIC x ILM)	4.073.345
RWA_{OPAD} (Capital mínimo ÷ 8%)	50.916.806

21.1.2. Risco de Mercado e Risco de Variação das Taxas de Juros na Carteira Bancária

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos preços das ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação; e das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira e dos preços de mercadorias (*commodities*), para instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros e de cotação de moeda estrangeira, sob a ótica regulatória. Na visão gerencial adotada pelo BNDES, acrescenta-se a esses dois riscos citados o risco de variação no preço de ações.

O risco de variação das taxas de juros na carteira bancária (IRRBB) corresponde ao risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e resultados da Instituição, para instrumentos classificados na carteira bancária.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado e IRRBB definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

a) Mensuração do Risco de Mercado, IRRBB e Governança

O BNDES segue os normativos contábeis de evidenciação de instrumentos financeiros e divulga o *Value – at – Risk* (VaR), *Drawdown at Risk* e o IRRBB. Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e bancária, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a finalidade de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com finalidade de negociação são aquelas destinadas a (i) realizar revenda no curto prazo; (ii) obter lucro em decorrência de flutuações de curto prazo no preço do instrumento; (iii) assegurar a realização de lucro em estratégias de arbitragem; ou (iv) obter proteção (*hedge*) contra riscos decorrentes de instrumentos mantidos para os fins de que tratam as alíneas anteriores. Os instrumentos da carteira de negociação são contabilizados pelo valor de mercado no Balanço e seu risco pode ser medido utilizando a metodologia de VaR descrita na seção a seguir e o *Drawdown at Risk*.

A carteira bancária corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação, incluindo todas as ações e participações societárias. Para os instrumentos expostos a taxa de juros, o risco é medido utilizando as métricas da metodologia padronizada do IRRBB. Para as ações, o BNDES utiliza o VaR, e *Drawdown at Risk*, documentado para apuração do risco.

As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários e mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado e IRRBB, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e IRRBB, além de alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

b) Indicador de risco para carteira de negociação, operações de mercado de capitais e operações cambiais

Uma das métricas utilizadas nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,92, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Fatores de risco	2025
Juros	5.484
Câmbio	56.346
Ações	1.548.090
Efeito Diversificação	(100.367)
VaR total	1.509.553

c) Ativos Ponderados pelo Risco Referente à Parcela de Risco de Mercado (RWA_{MPAD})

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo à de risco de mercado (RWA_{MPAD}). Os componentes da parcela de risco de mercado são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RWA _{MPAD}	2025
RWA _{JUR1}	1.822.457
RWA _{JUR2}	-
RWA _{JUR3}	3.325.788
RWA _{CAM}	63.456.837
RWA _{CVA}	1.728.810
RWA _{DRC}	-
Total parcela RWA_{MPAD}	70.333.892

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RWA_{ACS}) e de commodities (RWA_{COM}), bem como o risco de *default* da carteira de negociação (RWA_{DRC}) foram nulos ao final do período analisado, visto que atualmente a carteira de negociação do Sistema BNDES é formada por títulos públicos federais e derivativos e que o BNDES não possui exposição a *commodities*.

Já a parcela referente às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte RWA_{CVA} foram incorporadas ao RWA_{MPAD} a partir de 1 de julho de 2023, conforme Resolução CMN n.º 5.038, de 29 de setembro de 2022, e Resolução BCB n.º 291, de 8 de fevereiro de 2023.

d) Risco de taxa de juros da Carteira Bancária

O BNDES utiliza duas métricas para apurar o risco de juros da carteira bancária: *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE). A métrica NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a métrica EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas métricas são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura. O IRRBB apurado pelo BNDES consiste na soma entre estas duas métricas ponderadas pela probabilidade de cada cenário.

A metodologia utilizada na apuração das métricas relativas ao risco de taxa de juros da carteira de não negociação (carteira bancária) é determinada pela Circular BCB 3.876/2018.

Tais métricas se traduzem em análise de sensibilidade dos instrumentos da carteira bancária e, em conjunto com o VaR apurado para os demais instrumentos, evidenciam a sensibilidade da carteira integral do Banco nos diversos fatores de risco a que se encontra exposto.

A tabela a seguir apresenta os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII), *Economic Value of Equity* (EVE) e IRRBB.

Métrica	2025
ΔEVE	8.130.006
ΔNII	2.975.662
IRRBB (Total)	3.173.636

e) Exposição a Risco de Mercado

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	BNDES	Consolidado
		2025	
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	23.156.102	37.714.579
Juros	TJLP	8.053.143	8.437.858
Juros	Prefixado	9.559.971	19.570.116
Juros	IPCA / TLP	25.513.295	2.762.038
Juros	TR	(1.879.059)	(4.359.869)
Câmbio	Moeda Estrangeira	(122.949)	15.796.438
Operações de renda variável			
Preços	Ações	79.598.135	75.192.206
Preços	Bônus de Subscrição	295	1.440
Preços	Cotas de Fundos de Investimentos	4.608.558	4.436.270
Preços	Opções	(861.662)	

f) Exposição a Risco de Variação das Taxas de Juros na Carteira Bancária

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	BNDES	Consolidado
		2025	
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	(111.776.672)	(97.218.195)
Juros	TJLP	8.053.143	8.437.858
Juros	Prefixado	8.673.001	18.683.146
Juros	IPCA / TLP	22.891.199	139.942
Juros	TR	(1.879.059)	(4.359.869)
Juros	Juros em Moeda Estrangeira	(122.949)	(15.854)

21.1.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro *buffer* de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Destaca-se que, a partir de janeiro de 2021, a metodologia de cálculo dos indicadores de curto prazo foi revisada de forma que hoje se utiliza diferentes cenários de estresse no cálculo. Além disso, o horizonte de análise dos índices, passou de 1 a 3 meses para 1 a 6 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

Indicadores de Risco de Liquidez	2025
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	5,76
Índice de Caixa Mínimo - 6 meses (ICM)	4,37
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	1,30

21.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

a) Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplemento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN n.º 4.557/2017, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório de Pilar 3 citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.

b) Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pela Resolução Bacen n.º 229/2022. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas e informadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWA_{CPAD}) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada (RWA_{CPAD}). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.167.003
Títulos e Valores Mobiliários, exceto ações	93.718.621
Repasse Interfinanceiros	90.774.362
Operações de Crédito	307.449.462
Outros Direitos a receber	3.090.948
Ações, Investimentos, Imobilizado de Uso e Outros Investimentos	130.226.930
Limite de Crédito e Saldos a Liberar	38.024.772
Créditos Tributários	4.058.505
Demais itens do RWA _{CPAD}	889.598
Exposição TOTAL da parcela do RWA_{CPAD}	670.400.201

c) Controle do Limite de Risco de Crédito

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN n.º 4.677/2018 e n.º 4.995/2022, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

A tabela a seguir apresenta os valores percentuais apurados para a maior exposição a cliente, conforme a Res. CMN n.º 4.677/2018, relativo ao Capital Nível I, e o valor percentual apurado para o setor público, conforme a Res. CMN n.º 4.995/2022, relativo ao Patrimônio de Referência.

Descrição do Limite	2025
Maior exposição a cliente (em % do Capital Nível I) – Máximo: 25%	19,4%
Exposição ao setor público (em % do Patrimônio de Referência) – Máximo: 45%	10,6%

O BNDES segue o determinado pela Resolução CMN n.º 4.678/2018, que estabelece um cronograma de redução de excessos, até sua total eliminação em 31/12/2027. Até o presente momento, não foram apurados excessos de exposição.

d) Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

Descrição do Mitigador	2025
Garantia prestada pela União ou Tesouro Nacional	35.995.072
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) ⁽¹⁾	757.974
Garantias de pessoas jurídicas de direito privado não financeiras de grande porte baixo risco de crédito	27.837.892
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	17.575.309
Total	82.166.247

⁽¹⁾ A utilização deste mitigador é restrita a operações de crédito aprovadas até 08/02/2018, conforme Resolução BCB n.º 232/2022.

e) Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de crédito total apurada com base em metodologia padronizada (RWA_{CPAD}), sem a aplicação de mitigadores de risco ou de Fatores de Conversão em Crédito (FCC) e Fatores de Exposição Potencial Futura (FEPP).

	2025
Itens contabilizados no balanço patrimonial	
Ativo Realizável	
Disponibilidades	30.037
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	34.775.529
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	245.466.846
Relações Interfinanceiras	258.503.434
Operações de Crédito	350.071.972
Outros Créditos	70.176.384
Outros Valores e Bens	884.946
Permanente	
Investimentos	1.954.279
Imobilizado de uso e Outros investimentos	152.593
Intangível	4.068
Itens não contabilizados no balanço patrimonial (Off balance)	
Saldos a Liberar	101.005.428
Limite de Crédito	141.460.105
Garantias Financeiras	815.546
Compromissos de Investimento	3.386.510
Outros	50.469.203
(-) Não exposição	(189.186.338)
Total da Exposição considerada no RWA_{CPAD}	1.069.970.542

21.1.5. Risco Social, Ambiental e Climático

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)¹ do BNDES é composta por princípios e diretrizes que orientam sua atuação na promoção da sustentabilidade. Nela, o conceito de responsabilidade social, ambiental e climática é definido como valorizar e integrar as dimensões social, ambiental e climática em sua governança, estratégia, políticas, práticas, procedimentos, produtos, atividades e relacionamentos, com vistas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo. Seus princípios abrangem temas como “Desenvolvimento sustentável”, “Direitos humanos”, “Ética e transparência”, além de “Alinhamento com normas e políticas públicas” pertinentes — inclusive aquelas decorrentes de pactos e acordos internacionais — que promovam o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades sociais e regionais, o combate à pobreza, a transição justa e sustentável para uma economia neutra em carbono e a conservação da natureza. Entre esses acordos ou compromissos multilaterais, destacam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), bem como os compromissos climáticos e de biodiversidade assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris e do Marco Global da Diversidade Biológica de Kunming-Montreal.

A PRSAC se desdobra e concretiza por meio de diversas atuações do Banco e por intermédio de outros normativos. No que tange à gestão socioambiental e climática das operações, há um regulamento interno que estabelece abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática no processo de concessão de apoio financeiro a operações do mercado de capitais, a operações diretas, indiretas não automáticas e mistas, bem como o apoio à exportação de bens e serviços. Essas operações são classificadas, em uma escala de três níveis (“A, B, C”), para cada um dos seguintes riscos: social, ambiental, socioambiental, climático físico² e climático de transição³. Operações de maior risco estão sujeitas a procedimentos mais detalhados de diligência e acompanhamento, relativos ao tratamento de potenciais impactos sociais e ambientais e à análise de vulnerabilidades para possíveis ameaças climáticas, além da avaliação do sistema de gestão socioambiental e climática dos clientes.

Por sua vez, para as operações indiretas automáticas, a avaliação de risco socioambiental e climático é realizada pelo agente financeiro intermediário, observando-se a regulamentação vigente, cabendo ao BNDES realizar a avaliação de conformidade dessas operações por amostragem, de modo a verificar o cumprimento de obrigações por esses agentes.

Para mais informação acesse a PRSAC e seus instrumentos no site:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos/prsac-e-instrumentos>.

¹ Lançada em 2010, com princípios e diretrizes que pautam a atuação do BNDES na temática SAC, a Política já passou por quatro revisões: em 2014, para adequação à Resolução CMN n.º 4.327/2014; em 2019, conforme previsto na referida resolução, com consulta a partes interessadas (146 contribuições de diferentes segmentos da sociedade: academia, empresas privadas, instituições públicas e sociedade civil), em 2022, para adequação à Res CMN n.º 4.945/2021 e em 2025 para atualização de sua redação frente aos desafios do desenvolvimento sustentável atinentes à atuação do BNDES e em respeito a prazo estabelecido na CMN 4945/2021 para sua revisão, que resultou na versão atualmente vigente, disponível em: PRSAC e seus instrumentos - BNDES.

² Risco climático físico é a possibilidade da ocorrência de perdas associadas a intempéries ou alterações ambientais a longo prazo causadas por mudanças em padrões climáticos.

³ A classificação do risco climático foi iniciada nas operações que foram protocoladas no Sistema BNDES a partir de 26/07/2024. Risco climático de transição é a possibilidade de perdas associadas à necessidade de adequação das empresas à transição para uma economia de baixo carbono.

21.2. Apuração dos requisitos de capital

21.2.1. Requerimentos mínimos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.958/2021.

	Fórmulas	2025
I- Fator "F" do PR	PR / RWA	8,0%
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%
II- Adicional de Capital Principal (ACP)	ACP / RWA	2,5%
Conservação	ACP Conservação / RWA	2,5%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%
Fator "F" do PR + ACP	(PR + ACP) / RWA	10,5%
Capital Principal + ACP	(Capital Principal + ACP) / RWA	7,0%
Nível I + ACP	(Nível I + ACP) / RWA	8,5%

21.2.2. Mensuração do Capital Regulamentar

CAPITAL REGULAMENTAR – Conglomerado Prudencial	2025
Patrimônio de Referência (PR)	199.853.582
Nível I	178.781.989
Capital Principal	178.781.989
Patrimônio Líquido	172.011.238
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	8.731.759
Ajustes Prudenciais	(1.961.008)
Ágios Pagos	(3.398)
Ativos Intangíveis	(4.068)
Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Relacionados à CSLL	(1.025.522)
Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(928.020)
Nível II	21.071.593
Dívidas subordinadas – FAT constitucional ⁽¹⁾	21.071.593

⁽¹⁾ Conforme artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os recursos do FAT Constitucional reconhecidos no PR em 2025 correspondem à aplicação do limitador de 40% sobre o valor computado no Nível II em 30/06/2018.

	2025
Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽¹⁾	791.650.899
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	670.400.201
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	70.333.892
Risco operacional (RWA _{OPAD})	50.916.806

⁽¹⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 4.958/2021 e alterações.

	2025
Risco da Carteira Bancária (IRRBB)	3.173.636

	2025
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽¹⁾	63.332.072
Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - IRRBB)	133.347.874
Adicional de Capital Principal (ACP)	20.312.301
ACP Conservação ⁽²⁾	19.791.272
ACP Contracíclico ⁽³⁾	521.029

⁽¹⁾ Corresponde à aplicação ao RWA do fator de 8,00%, conforme art. 4º da Resolução CMN n.º 4.958/2021.

⁽²⁾ Resulta da aplicação de 2,5% ao montante RWA, a partir de 1º de abril de 2022, conforme § 4º do art. 8º da Resolução CMN n.º 4.958/2021.

⁽³⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015. Fica limitado ao percentual máximo de 2,5% em relação ao montante RWA, conforme § 6º do art. 8º da Resolução CMN n.º 4.958/2021.

Índices	2025
Índice de Basileia (IB)	25,25%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	22,58%
Índice de Capital Principal (ICP)	22,58%
Razão de Alavancagem (RA)	16,12%

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1. Gestão de fundos e programas

Delegado pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor ou agente operador dos fundos relacionados nos quadros a seguir.

22.1.1. Fundos e Programas com valores mantidos ou aplicados pelo BNDES

O quadro apresenta os recursos sob gestão do BNDES, aplicados em operações de crédito com risco do BNDES ou risco do próprio fundo, em operações de títulos e valores mobiliários junto ao BNDES, os recursos mantidos em disponibilidade, além de outros ativos.

	2025
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)	29.204.514
Fundo Garantidor para Investimentos - Programa emergencial de acesso a crédito (FGI-PEAC)	22.764.821
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	20.290.427
Fundo Social (FS)	17.786.741
Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (MP 1.314/25)	12.088.841
Fundo Amazônia (FA)	6.691.391
Programa Renova Frota (MP 1.328/25)	6.006.618
Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS)	5.024.864
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	4.711.396
Fundo Rio Doce (FRDC)	4.322.971
Fundo de Amparo ao Trabalhador - Depósitos Especiais (FAT-DE)	3.476.513
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	3.460.769
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	1.936.690
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)	1.391.579
Fundo Garantidor para Investimentos - Crédito Solidário RS (FGI-PEACRS)	1.102.665
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	1.045.227
Fundo Garantidor BNDES SEBRAE (FGBS)	800.187
Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT)	765.413
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	384.213
Programa Eco Invest Brasil (FNMC)	369.036
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	39.077
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)	24.857
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC)	2.398
Total	143.691.208

22.1.2. Ativos de fundos não aplicados no BNDES

Os fundos relacionados têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. Os títulos e valores mobiliários mantidos na carteira do Fundo de Garantia à Exportação não possuem gestão ativa do BNDES. Tais títulos foram transferidos pela União ao FGE.

Ativos dos Fundos	2025
Fundo de Garantia à Exportação (FGE)	56.377.621
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC)	35.923
Total	56.413.544

22.1.3. Outros fundos

O BNDES foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, por determinação do Decreto n.º 99.464/1990, tendo a Lei n.º 9.491/1997 mantido essa determinação, enumerando inclusive, suas competências e atribuições no que concerne ao Programa Nacional de Desestatização - PND. O FND é um fundo contábil constituído, a título de depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indiretas da União emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no PND, inclusive por participações minoritárias detidas pela União, direta e indiretamente, incluídas no PND.

22.1.4. Receitas de comissões e taxas dos fundos no BNDES

	BNDES e Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	313.586	650.523
Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito (FGI-PEAC)	112.503	219.503
Fundo Rio Doce (FRDC)	-	116.538
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)	37.778	61.068
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	10.281	19.976
Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT)	6.586	11.007
Fundo Garantidor para Investimentos - Crédito Solidário RS (FGI - PEACRS)	5.334	10.796
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	4.547	5.880
Fundo Garantidor BNDES SEBRAE (FGBS)	2.779	3.385
Outras	554	1.659
Total	493.948	1.100.335

As receitas de comissões e taxas dos fundos são registradas na rubrica de “Rendas com administração de fundos e programas” nas Demonstrações dos Resultados.

22.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal (MPF), por sua atuação nas operações “Greenfield”, “Sépsis”, “Cui Bono” (Lava Jato) e “Carne Fraca”, e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos às entidades indicadas no Acordo de Leniência, o total de R\$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades consideradas lesadas pelo MPF, o montante de R\$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R\$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020. O total recebido pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 133.087, desse montante, R\$ 83.284, referente à 1ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo, foi recebido durante o exercício de 2020. Até 31 de dezembro de 2025 e nos anos entre 2021 e 2024, o BNDES não recebeu os depósitos em sua própria conta referente à 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo. Adicionalmente, há depósito judicial de R\$ 3.755 realizado em 2020 cujo requerimento do alvará de levantamento foi solicitado e depende do respectivo deferimento para o efetivo recebimento pelo BNDES.

Em 09/02/2022, o Conselho Institucional do Ministério Público Federal (CIMPF) rejeitou o recurso apresentado pela J&F, para renegociar a redução dos valores totais (R\$ 10.300.000) que deve ser pago pela companhia em multas e investimentos em projetos sociais, no âmbito do Acordo de Leniência assinado com o MPF em 2017. Tal pedido já havia sido negado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF.

Em 19/12/2023, o Ministro relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisão de caráter liminar em favor da J&F para autorizar: i) a suspensão das obrigações pecuniárias decorrentes do Acordo de Leniência, ii) a suspensão de todos os negócios jurídicos de caráter patrimonial decorrentes do ajuste, e iii) a reavaliação dos anexos do acordo junto à CGU. O Procurador-geral da República, em 05/02/2024, apresentou recurso contra essa decisão.

Adicionalmente, em 11/11/2025, foi exarada sentença de procedência em parte do pedido revisional formulado pela J&F contra o MPF, declarando a nulidade da cláusula penal do acordo de leniência e determinando sua revisão conforme critérios da época e com as deduções pertinentes.

As decisões ainda são provisórias, no âmbito administrativo e judicial. O BNDES não é parte, mas está acompanhando a evolução dos procedimentos judiciais e administrativos.

Após avaliação da situação fática atual, dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como “ativo contingente”, nos termos do CPC 25. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

22.3. Transações não envolvendo caixa

AXIA Energia

Em dezembro de 2025 a Axia promoveu a distribuição do saldo da sua reserva de lucros na forma de bonificação de ações entregues a seus acionistas, tendo criado duas novas classes de ações preferenciais para esse fim: ações PNC e ações resgatáveis PNR. Nesse contexto, BNDES e sua subsidiária BNDESPAR receberam o total de 48.219 mil novas ações PNC e 36.954 mil ações PNR, ao valor de R\$ 2.383.950 e R\$ 48.020 respectivamente no consolidado (R\$ 1.206.012 e R\$ 23.732 no BNDES), reconhecido na rubrica “Outros resultados com participações societárias” da demonstração do resultado de exercício. Demais condições e efeitos estão apresentados na Nota Explicativa n.º 6.6.

JBS

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de maio de 2025, os acionistas da JBS S.A. aprovaram a operação que resultou na dupla listagem de suas ações na bolsa de valores no Brasil e nos Estados Unidos (“Dupla listagem”).

A efetivação da Dupla Listagem ocorreu em 06 de junho de 2025, através da incorporação das ações da JBS S.A. pela JBS N.V., considerando a relação de troca de 2:1, ou seja: cada 2 (duas) ações ordinárias da JBS S.A. foram convertidas em 1 (um) BDR, cada qual lastreado em 1 (uma) Class A Share (ação ordinária classe A) da JBS N.V.

Demais condições e efeitos reconhecidos na BNDESPAR estão apresentados na Nota Explicativa n.º 6.6: JBS – Dupla listagem.

22.4. Agenda ASG

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a economia verde, desenvolvimento socioambiental e governança está expresso em nossa visão, e guia a estratégia e as operações do Banco. A gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), correspondente em inglês “ESG”: *Environmental, Social and Governance*, inclui fatores sociais, de transparência, de relacionamento e climáticos, e nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Banco incorpora em suas políticas o comprometimento socioambiental e com a agenda ASG. As atividades e empreendimentos não apoiáveis contemplam avanços em setores críticos em termos de risco socioambiental. A lista com as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES pode ser consultada em <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes>.

Mais informações sobre a agenda ASG no BNDES podem ser consultadas no Relatório da Administração, Relatório anual e no endereço eletrônico: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel>.

23. PARTES RELACIONADAS

23.1. Transações com controladas

As transações com controladas são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com partes independentes. Como não envolvem riscos de recebimento ao BNDES, não são constituídas provisões de risco de crédito para essas operações.

As seguintes operações entre as empresas foram eliminadas nas Demonstrações Consolidadas:

	2025		
	FINAME	BNDESPAR	Total
Ativo			
Operações de repasses	139.854.301	33.902	139.888.203
Moeda nacional	107.304.024	33.902	107.337.926
Moeda estrangeira	32.550.277	-	32.550.277
Dividendos a receber	555.740	2.009.293	2.565.033
Pagamentos a ressarcir	94.668	394.655	489.323
Passivo			
Operações compromissadas	2.541.188	17.570.128	20.111.316
Moeda nacional	2.541.188	17.570.128	20.111.316
Outras obrigações	-	4	4

	2º Semestre de 2025		
	FINAME	BNDESPAR	Total
Receitas			
Operações de repasses	5.261.310	292	5.261.602
Moeda nacional	4.699.598	292	4.699.890
Moeda estrangeira	561.712	-	561.712
Outras receitas	1	-	1
Despesas			
Operações compromissadas	(182.349)	(1.223.338)	(1.405.687)

	2025		
	FINAME	BNDESPAR	Total
Receitas			
Operações de repasses	7.112.862	568	7.113.430
Moeda nacional	9.975.720	568	9.976.288
Moeda estrangeira	(2.862.858)	-	(2.862.858)
Outras receitas	106.989	139.425	246.414
Despesas			
Operações compromissadas	(381.040)	(2.297.330)	(2.678.370)

23.2. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir, e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	BNDES	Consolidado
	2025	
Ativo		
Títulos públicos federais (Nota Explicativa n.º 6.2)	148.366.663	148.401.715
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota Explicativa n.º 23.2.1)	482.967	555.343
Passivo		
Obrigações por repasses no país (Nota Explicativa n.º 10.1.2)	27.203.095	27.203.095
Outras obrigações com STN	19.234	70.893
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa n.º 23.2.3)	9.069.855	9.069.855
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota Explicativa n.º 18.6.2)	192.864	192.864

	BNDES	
	2º Semestre de 2025	2025
Resultado		
Resultado com títulos públicos federais	9.386.543	17.391.477
Receitas com outros créditos – equalização (Nota Explicativa n.º 19.1)	1.650.389	3.800.079
Despesas com operações de repasses e instrumento elegível ao capital principal	(2.143.628)	(3.334.807)
Despesas com outras obrigações – equalização (Nota Explicativa n.º 19.1)	(6.533)	(7.065)

	Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025
Resultado		
Resultado com títulos públicos federais	9.386.543	17.391.477
Receitas com outros créditos – equalização (Nota Explicativa n.º 19.1)	1.964.604	4.700.437
Despesas com operações de repasses e instrumento elegível ao capital principal	(2.143.628)	(3.334.807)
Despesas com outras obrigações – equalização (Nota Explicativa n.º 19.1)	(46.492)	(48.715)

23.2.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	BNDES	Consolidado
	2025	
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	482.967	555.343

Os créditos perante o Tesouro Nacional são, em sua maioria, valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf e Programas Agropecuários). A apuração se dá pela diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP/TMS acrescido da remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final.

	BNDES	Consolidado
	2025	
Valores Apurados e não baixados em:		
2025	481.430	553.806
Anos anteriores	1.537	1.537
Total	482.967	555.343

	BNDES	Consolidado
	2025	
Saldo no início do exercício	551.086	666.579
. Valores apurados no exercício	3.812.239	4.715.808
. Atualização Monetária	473	1.728
. Recebimentos	(3.880.870)	(4.828.811)
. Outras	39	39
Saldo no final do exercício	482.967	555.343

Ações orçamentárias	BNDES	Consolidado
	2025	
Investimentos	1.378.363	2.075.279
Pronaf	1.987.632	2.194.091
PSI	214.249	214.443
Custeio	228.003	228.003
Cerealistas	3.992	3.992
Total	3.812.239	4.715.808

23.2.2. Repasses no país – Tesouro Nacional

Vide Nota Explicativa n.º 10.1.2.

23.2.3. Instrumentos elegíveis ao capital principal

O Contrato n.º 963/PGFN/CAF - Instrumento de novação e confissão de dívida celebrado em junho de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 8.731.759 - compõe o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumento Elegível ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.955/2021.

Esse contrato não possui vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Remuneração	N.º do contrato (STN)	2024	Juros e atualização monetária	Pagamento de juros	2025
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	9.079.775	354.601	364.521	9.069.855
Circulante		348.016			338.096
Não circulante		8.731.759			8.731.759

23.2.4. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

23.3. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC.

Essas operações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com partes independentes.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES	Consolidado
	2025	
Ativo	46.659.575	48.159.253
Operações de créditos e repasses interfinanceiros ⁽¹⁾	40.179.316	48.375.354
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	(212.977)	(216.101)
Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil (Nota Explicativa n.º 6.3)	6.693.236	-
Passivo	621.556.334	623.002.938
Empréstimos e repasses no país (Nota Explicativa n.º 10.1)	1.110.686	1.110.686
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota Explicativa n.º 13.1 e 22.1.1)	134.319.878	135.752.315
FAT Constitucional - dívidas subordinadas (Nota Explicativa n.º 11.1)	481.451.071	481.461.322
FAT Depósito especial (Nota Explicativa n.º 11.2 e 11.3)	3.476.512	3.476.512
Emissão de debêntures (Nota Explicativa n.º 14.1)	256.103	256.103
Outros	942.084	946.000

⁽¹⁾ Os prazos das operações de créditos e repasses interfinanceiros estão contidas de forma agregada na Nota Explicativa n.º 3.3 e o impacto no resultado na Nota Explicativa n.º 19.1.

23.4. Prestação de Serviços de Privatização e Concessão

O BNDES oferece apoio técnico a Entes Públicos, visando promover parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de interesse público, outras medidas de desestatizações ou soluções financeiras que viabilizem a participação de capital privado em investimentos públicos.

As condições para pagamento da remuneração do BNDES e ressarcimento dos gastos realizados com a contratação dos serviços técnicos especializados, bem como outros custos necessários à composição dos Projetos de Estruturação, são reguladas nos contratos de estruturação de projetos firmados com os clientes. Informações adicionais estão disponíveis no site:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos>.

Adicionalmente, informações sobre processos de desestatização em andamento e encerrados, e demais informações podem ser consultadas no site:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de remuneração do BNDES, ressarcimento dos gastos e outros custos relacionados a prestação de serviços de privatização e concessão foi de R\$ 221.610 e a receita com os serviços foram de R\$ 90.142.

23.5. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 17:

	BNDES	Consolidado
	2025	
Passivo		
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar (PBB)	1.353.998	1.604.268
Passivo atuarial - Plano de assistência e saúde (PAS)	2.575.167	3.122.963
Patrimônio líquido		
Ajuste de avaliação patrimonial – PBB	2.455.707	2.207.765
Ajuste de avaliação patrimonial – PAS	1.929.303	1.965.038

	BNDES		Consolidado	
	2º Semestre de 2025	2025	2º Semestre de 2025	2025
Despesas				
PBB	(84.372)	(141.961)	(85.460)	(141.475)
PAS	(155.223)	(272.422)	(172.765)	(302.869)

23.6. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 8.2. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES	Consolidado
	2025	
Ativo		
Debêntures	2.316.232	2.316.232
Direitos e recebíveis	84.281	84.281
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.836)	(7.267)

23.7. Remuneração de empregados e dirigentes

O sistema BNDES possui Diretoria Executiva (incluindo o Presidente), Comitê de Riscos, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Fiscal unificados para o BNDES, Finame e BNDESPAR.

Quantidade e remunerações mensais de empregados do BNDES, referente às despesas com salários, comissões, gratificações, adicionais, horas extras e outras despesas vinculadas, sem encargos sociais:

	BNDES	Consolidado
	2025	
Maior Salário	106,43	106,43
Menor Salário	3,91	3,91
Salário Médio	45,43	45,45
Quantidade de empregados	2.963	2.996

Quantidade e remunerações mensais da Diretoria Executiva do Sistema BNDES, sem encargos sociais:

	BNDES e Consolidado
	2025
Maior Salário	102,28
Menor Salário	84,50
Salário Médio	92,27
Quantidade de diretores	10

Remunerações médias mensais do Comitê de Riscos, do Comitê de Auditoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e membros externos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (COPE):

	BNDES e Consolidado
	2025
Comitê de Riscos	9,99
Comitê de Auditoria	42,55
Conselho de Administração	9,99
Conselho Fiscal	10,00
COPE	10,46

Custos com benefícios atribuídos à Diretoria Executiva do Sistema BNDES:

	BNDES e Consolidado
	2025
Benefícios de curto prazo:	
Honorários, benefícios e encargos	17.339
Remuneração Variável Anual (RVA) (Parcela à vista)	1.831
Benefícios de Longo Prazo:	
Remuneração Variável Anual (RVA) (Parcelas diferidas)	1.194

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para membros chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos para membros chave da Administração.

Os benefícios aos empregados estão descritos na Nota Explicativa n.º 17.

23.8. Participação nos lucros

	BNDES		Consolidado	
	2025			
	Diretoria Executiva	Empregados	Diretoria Executiva	Empregados
Saldo no início do exercício	5.865	323.396	5.865	327.753
Ajustes do valor provisionado em exercícios anteriores	279	2.335	279	2.342
Pagamentos realizados	(3.024)	(325.731)	(3.024)	(330.095)
Ajuste provisão RVAs - diferidas	(197)	-	(197)	-
Provisão do exercício	5.676	560.012	5.676	566.779
Saldo no final do exercício	8.599	560.012	8.599	566.779

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria Executiva (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei n.º 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da RVA dos dirigentes do Sistema BNDES:

RVA	BNDES e Consolidado
	2025
2026	4.166
2027	1.948
2028	1.538
2029	947
Total	8.599

Informações relativas às maiores e menores participações nos lucros e resultados pagas a empregados e membros da Diretoria Executiva (sem contemplar valores e provisões de parcelas diferidas de RVA):

	BNDES		Consolidado	
	2025			
	Diretoria Executiva	Empregados	Diretoria Executiva	Empregados
Maior Participação nos Lucros	253,82	304,49	253,82	304,49
Menor Participação nos Lucros	22,42	0,12	22,42	0,12
Participação nos Lucros Média	116,31	139,02	116,31	138,93

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Remuneração da Petrobras

Em comunicado ao mercado no dia 5 de março de 2026, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração autorizou o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, prevista para 16 de abril de 2026, da proposta de distribuição de remuneração aos acionistas, no valor de R\$ 0,62622908 por ação ordinária e preferencial, relativa ao quarto trimestre de 2025.

Os proventos serão integralmente pagos sob a forma de juros sobre capital próprio da seguinte maneira: i) primeira parcela, no valor de R\$ 0,31311454, em 20 de maio de 2026; e ii) segunda parcela, no valor de R\$ 0,31311454, em 22 de junho de 2026.

Considerando as quantidades de ações detidas pelo BNDES e sua subsidiária integral BNDESPAR em 31/12/2025, o valor total estimado de juros sobre capital próprio a receber perfaz R\$ 648.434, sendo R\$ 84.696 sobre as ações de propriedade do BNDES e R\$ 563.738 sobre as ações detidas pela BNDESPAR.

25. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

- (i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
- (ii) operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
- (iii) receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e
- (iv) tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

26. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDES:

26.1. Regime de apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

26.2. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

26.3. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, semestralmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do exercício.

26.3.1. Redução ao valor recuperável de ativos associados a processos contenciosos ou administrativos

Adicionalmente, a existência de processos contenciosos judiciais ou administrativos sobre Outros Créditos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar acarreta o reconhecimento integral da estimativa de perda financeira (riscos possível e provável, respectivamente).

26.4. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do BNDES para o período apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Títulos e valores mobiliários e participações societárias	n.º 6 e 8
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	n.º 5 e 6
Provisão para perdas em investimentos	n.º 8.2
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 15
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	n.º 16
Benefícios a empregados	n.º 17

26.5. Instrumentos Financeiros

26.5.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento. Conforme Res. CMN n.º 4.966/2021, tais instrumentos são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo valor justo por meio do resultado, baseado nos modelos de negócio do BNDES para a gestão de ativos financeiros e na avaliação das características contratuais do fluxo de caixa desses instrumentos.

a) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Avaliação do modelo de negócios para gestão dos fluxos de caixa

O BNDES determina seus modelos de negócios para a gestão de seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como os portfólios de ativos financeiros são administrados para atingir os objetivos do negócio.

O documento contendo o Modelo de Negócios do Sistema BNDES (aprovado pelo seu Conselho de Administração) apresenta as quatro categorias definidas da seguinte maneira:

• Modelo de Negócio 1 (MN1): Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais

Estão contidos neste modelo os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada na coleta de fluxos de caixa contratuais objetivando carregar esses instrumentos até os seus vencimentos. As vendas serão incidentais a este objetivo e serão insignificantes.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como tendo seu fluxo de caixa composto exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos ("teste de somente principal e juros - SPJ").

• Modelo de Negócio 2 (MN2): Manter tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais quanto para vender

Estão contidos neste modelo os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada tanto no recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda antes do seu vencimento.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como tendo seu fluxo de caixa composto exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

• **Modelo de Negócio 3 (MN3): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda fixa e derivativos**

Neste modelo de negócios são inseridos os ativos financeiros de renda fixa que falharam no teste SPJ, os ativos financeiros mantidos para negociação e os derivativos.

• **Modelo de Negócio 4 (MN4): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda variável**

Os ativos inseridos neste modelo são os investimentos em ações não coligadas e em cotas de fundos de investimentos em participações.

Quando a gestão desses instrumentos indicar que não sejam mantidos para negociação, o BNDES fará no seu reconhecimento inicial a escolha (irrevogável) de mensurá-los subsequentemente ao “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”. Com essa opção a Administração pretende mitigar o efeito das oscilações do valor justo desses instrumentos no resultado do período, considerando que se trata de investimentos a serem mantidos por longo prazo na avaliação da data da designação.

b) Categorias de mensuração dos ativos financeiros

(i) Custo amortizado

Os ativos financeiros enquadrados no MN1 são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

(ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros enquadrados no MN2 são subsequentemente mensurados ao valor justo, com a contrapartida das variações do valor justo reconhecida em Outros resultados abrangentes líquido dos efeitos tributários.

Para os instrumentos de patrimônio designados para essa categoria, MN4, quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada é transferido dentro do Patrimônio Líquido (da rubrica “Outros Resultados Abrangentes” para “Lucros ou prejuízos acumulados”).

(iii) Ao valor justo por meio do resultado

Nesta categoria os ativos financeiros de renda fixa ou renda variável são registrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período.

c) Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros somente serão reclassificados quando o BNDES alterar o seu modelo de negócios para administrá-los.

d) Baixa dos ativos financeiros

Ativos financeiros são baixados somente quando:

- (i) não houver expectativas razoáveis de recuperação dos direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita no resultado no exercício em que ocorrerem;
- (ii) Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- (iii) O ativo financeiro for transferido a terceiros assim como os direitos contratuais de receber fluxos de caixa gerados por ele, sem retenção de riscos e benefícios associados ao ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve operações com retenção substancial dos riscos e benefícios que não se qualificasse para a baixa.

26.5.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

b) Classificação e mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ou ao valor justo.

c) Baixa dos passivos financeiros

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

26.5.3. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando o BNDES tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

26.5.4. Derivativos

O BNDES, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, o BNDES utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em determinadas debêntures.

26.5.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Sistema BNDES aplica na abordagem para redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios conforme o aumento significativo de risco de crédito. Tal abordagem é aplicada aos instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os compromissos de crédito e as garantias financeiras, quando emitidas. Para a aplicação dessa abordagem, o BNDES se baseia em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de condições econômicas e, dessa forma, determinar se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de seus instrumentos.

a) Determinação dos estágios e do aumento significativo no risco de crédito

A abordagem de estágios da provisão para perda esperada de crédito é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros do BNDES desde o reconhecimento inicial.

Para isso, o BNDES dispõe de sistema interno de classificação de risco de crédito, e utiliza adicionalmente classificações externas de risco e informações prospectivas para avaliar a deterioração na qualidade de crédito de um instrumento financeiro. Uma deterioração deve ser considerada significativa quando é atribuído à exposição um *rating* a partir do qual não se espera que seja verificada uma recuperação dentro de um determinado período. Em outras palavras, quando uma operação tem seu *rating* rebaixado a um nível em que não se costuma verificar uma recuperação ao nível original, considera-se que houve aumento significativo do risco de crédito. Para estabelecer qual é o nível de risco limite para mudança de estágio, o BNDES realiza análise feita a partir da frequência histórica observada de migrações entre *ratings*.

O BNDES avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma coletiva, de modo que os ativos financeiros são agrupados com base em classificações de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte, dentre outros fatores relevantes. Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no Estágio 1, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o Estágio 2, e para isso, o BNDES utiliza dois critérios:

- i. *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e
- ii. Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Quando ocorre um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro, o ativo financeiro é migrado para o Estágio 3, e uma provisão é apurada com base na capacidade de recuperação de crédito do ativo financeiro. São os seguintes os critérios de migração para esse estágio:

- Operação declarada pelo BNDES como ativo com problema de recuperação de crédito; ou
- Operação vencida há mais de 90 dias;

O BNDES utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- O BNDES peça a falência ou tome providência similar em relação ao tomador;
- O tomador tenha falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial, ou atos similares;
- O tomador solicite ou sofra qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas;
- Diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação, devido à redução da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas;
- Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte; ou
- Negociação de instrumentos financeiros de emissão da contraparte negociado com desconto significativo equivalente a 50% ou mais no valor de mercado do instrumento, que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito e não as flutuações das taxas de juros sujeitas ao risco de mercado.

Considera-se reestruturação de instrumentos financeiros toda renegociação que ocorra em decorrência da deterioração da qualidade creditícia do tomador, do interveniente ou do instrumento mitigador, considerando também que:

- Uma operação será considerada reestruturada quando sofrer alteração de condições contratuais, cuja proposta encaminhada à alçada competente evidencie que os motivos das alterações, sejam elas aumento de prazo de carência, aumento de prazo para amortização e pagamento de juros (entre outros), estão relacionados a dificuldades financeiras do tomador, e, consequentemente, poderiam levar ao acionamento dos mecanismos de mitigação de risco, tais como avais, fianças e execução de garantias reais, e;
- Devido à natureza dos projetos apoiados pelo BNDES, alguns pedidos de renegociação de operações ocorrem em função de atrasos nas obras por questões de licenças (ambientais, de operação, dentre outras.), alteração da estrutura de garantias oferecida originalmente (como, por exemplo, substituição de fiança bancária por outros tipos de garantia, o que impacta no spread de risco do contrato) ou por dificuldades não previstas inicialmente. Nesses casos, dado que a alteração foi motivada por questões operacionais e não financeiras, a operação será considerada reestruturada.

O BNDES entende, portanto, que a definição de aumento significativo de crédito utilizada para migração entre os estágios é consistente com os seus modelos internos para gerenciamento de risco de crédito.

Eventualmente, o BNDES avalia de forma individual as operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos de modo a obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa cujo recebimento seja esperado. Para isso, o BNDES exerce julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais. Os títulos públicos federais emitidos no Brasil são considerados livres de risco e, dessa forma, não há provisionamento para perdas

b) Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado.

A migração do Estágio 3 para os demais estágios ocorre quando a operação deixa de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

- i. Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- ii. Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;
- iii. Cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e
- iv. Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

c) Mensuração das perdas de crédito esperadas

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

- (i) da probabilidade de inadimplência (PD), com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro,
 - (ii) na perda dada a inadimplência (*Loss Given Default* - LGD) dos Estágios 1 e 2 (e eventuais estimativas individualizadas para as exposições relevantes no Estágio 3); e
 - (iii) na exposição à inadimplência (*Exposure at Default* - EAD).
- (iv) O BNDES baseia seus parâmetros de risco de crédito (PD, LGD e Matrizes de Migração de ratings) em estimativas “*throw the circle*” e estas são ajustadas por fatores macroeconômicos de forma a gerarem estimativas “point-in-time – PIT” para fins de cálculo da perda esperada de crédito.

26.5.6. Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

O BNDES classifica a hierarquia de mensuração do valor justo de acordo com a relevância dos dados observados no processo de mensuração conforme descrito a seguir. A composição dos instrumentos por nível está apresentada na Nota Explicativa n.º 3.2:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que se possa ter acesso na data da mensuração. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Aplicado, por exemplo, para ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. Aplicado por exemplo para: a) ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e b) ações de empresas de participações (*holding*) não listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso; e

Nível 3: Técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A necessidade de reclassificação entre os níveis da hierarquia de valor justo é verificada no encerramento de cada trimestre, ocasião na qual é verificado o nível de liquidez dos ativos financeiros, a disponibilidade de informações observáveis e, no caso dos ativos cuja precificação envolva *inputs* observáveis e não observáveis, a significância dos *inputs* não observáveis (análise de sensibilidade).

Para determinar o nível de liquidez dos ativos são considerados o volume financeiro médio e a frequência das negociações nos pregões mais recentes. No caso específico das debêntures, a disponibilidade de preço de referência Anbima é o fator determinante para classificação como Nível 1.

As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN n.º 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão.

As técnicas de avaliação específicas adotadas para valorizar os instrumentos financeiros utilizam preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares, quando disponíveis. O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado por meio de modelos amplamente conhecidos, como Black-Scholes-Merton, e por modelos desenvolvidos e/ou adaptados internamente, como fluxo de caixa descontado (*Valuation*/DCF), múltiplos e Método de Monte Carlo.

Os principais dados não observáveis utilizados na mensuração de valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 são:

- Ações avaliadas por múltiplos: demonstrações financeiras e seleção de indicadores relevantes e empresas pares do setor/subsetor/segmento;
- Ações avaliadas por fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*): informações financeiras e operacionais das empresas avaliadas, projeções elaboradas internamente e pelas empresas avaliadas, curvas de spread de risco de crédito, volatilidades históricas para série de retornos de ações e estimativas elaboradas sobre fluxo de receitas de empresa;
- Debêntures: curvas de spread de risco de crédito;
- Direitos recebíveis: curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) e curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado.

Para fins de cálculo da sensibilidade apresentada na Nota Explicativa nº 3.2.3., são adotadas as seguintes técnicas, quando aplicável:

- Debêntures simples: recálculo dos preços dos ativos aplicando choque na curva de spread de risco de crédito;
- Derivativos avaliados pelos modelos *Black-Scholes-Merton* e Método de Monte Carlo: estimativa do impacto da variação na volatilidade calculado por meio da grega vega (que mede a sensibilidade de uma opção à variável volatilidade); e
- Ações e Fundos sem liquidez: choque linear nos preços dos ativos.

Para as opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores, não será atribuída nenhuma precificação a título de valor justo, podendo ser considerado o custo líquido ou valor nulo. São também mantidos a custo ou valor nulo os derivativos cujos ativos-objeto, para opções de compra, ou cuja contraparte, para opções de venda, sejam participações residuais em empresas extintas, baixadas, em situação problemática, com pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou que já foram objeto de *impairment* total.

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros - com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante - trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

As cotas de fundos de investimento são administradas por instituições financeiras privadas e são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data-base das demonstrações financeiras.

O valor justo de empréstimos e demais instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito e que não possuem preço cotado em mercado ativo é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado. Em casos em que não foi possível expandir os fluxos de caixa de um determinado contrato, o saldo líquido de provisão foi utilizado como *proxy* do valor justo.

O valor justo de debêntures e títulos de renda fixa no exterior, que não possuem preço cotado em mercado ativo, é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva de mercado atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado quando aplicável.

Com relação às principais captações do BNDES, com o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, com a Secretaria do Tesouro Nacional, com fundos financeiros e de desenvolvimento e com instituições de desenvolvimento internacionais, cabe destacar que tais captações reúnem características próprias que permitem ao BNDES atender aos seus objetivos principais e preveem taxas, condições e prazos específicos, determinados pelos normativos aplicados a cada captação. Nesse sentido, os saldos contábeis das captações se aproximam dos seus valores justos, tanto no seu reconhecimento inicial, quanto em datas subsequentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ocorreram as seguintes revisões metodológicas na mensuração de valor justo de instrumentos financeiros:

- revisão nos critérios de aplicação de múltiplos na avaliação de ações por metodologia de múltiplos, sem impacto significativo na mensuração para o BNDES; e
- nova metodologia de apuração de curvas de *spread* de risco de crédito, que passou a utilizar como insumo base de perdas do Sistema BNDES para alguns casos. Esta alteração metodológica não implicou em impacto significativo na mensuração de posições do BNDES.

26.6. Investimentos em coligadas e controladas

As demonstrações financeiras da controlada BNDESPAR foram preparadas de acordo com as interpretações e orientações do CPC aprovados pela CVM. Para a aplicação do método de equivalência patrimonial e para a preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do BNDES, foram ajustadas considerando as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

A composição das empresas controladas, bem como os ajustes realizados no patrimônio da controlada BNDESPAR para adequação de práticas contábeis aceitas pelo CMN, e os outros investimentos, encontram-se descritos na Nota Explicativa n.º 8.1.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais é exercida influência significativa, entendida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas pela BNDESPAR que representam mais de 20% do capital votante da investida, não conferem influência significativa, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante, por influenciar as políticas operacionais e financeiras.

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação do BNDES e do Sistema BNDES nos lucros ou prejuízos de suas controladas / coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as demonstrações financeiras das controladas apuradas na mesma data-base. Já sua controlada BNDESPAR, utiliza as demonstrações financeiras das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de demonstrações financeiras na mesma data-base. Isso decorre do fato das coligadas serem independentes do Sistema BNDES, com contabilidade não integrada e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração das demonstrações financeiras, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente, uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados por controladas e/ou coligadas são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao valor justo são creditados diretamente no resultado do exercício.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura, quando apurado na aquisição de coligada pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, é amortizado pelo período esperado de geração de retorno. Os ágios cujos fundamentos econômicos não são identificados são amortizados integralmente.

26.6.1. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas - consolidado

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado anualmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: a) pelo preço de cotação da [B³], deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

26.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

26.8. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

26.9. Operações Compromissadas

26.9.1. Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação. O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

26.9.2. Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

26.9.3. Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

26.10. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em gerenciar suas posições e administrar riscos, conforme Circular BCB n.º 3.082/2002.

Os derivativos no gerenciamento da exposição global de risco são avaliados e contabilizados pelo valor justo contra resultado do período. Enquanto os derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

I - ***hedge de risco de mercado***, onde o ajuste ao valor justo é contabilizado diretamente no resultado do período, líquido dos efeitos tributários;

II - ***hedge de fluxo de caixa***, onde o ajuste ao valor justo é contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e

III - ***hedge de investimento líquido em operações no exterior***, onde o ajuste ao valor justo é contabilizado no patrimônio líquido.

Para os derivativos classificados na categoria de hedge contábil, são realizados:

- (i) testes de efetividade prospectiva para monitorar a eficácia da estratégia; e
- (ii) a marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota Explicativa n.º 6.5.

26.10.1. Hedge contábil

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo *hedge* de risco de mercado. Variações no valor de mercado dos instrumentos financeiros classificados nesta categoria são contabilizados contra o resultado no período, juntamente com os ativos e passivos financeiros protegidos.

O BNDES não possui operações de *hedge* contábil de fluxo de caixa e de investimentos no exterior.

26.10.2. Derivativos de câmbio e de taxa de juros

Os derivativos de câmbio e de taxas de juros são utilizados para gerenciamento da exposição a riscos de mercado de ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos.

a) Operações de bolsa

Dentro de limites aprovados por sua governança interna de gestão de riscos, o BNDES realiza operações principalmente com os seguintes contratos futuros negociados na [B³]: i) Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Comercial; ii) Futuro de Cupom Cambial de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; iii) Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; e iv) Futuro de Cupom IPCA.

b) Operações de balcão

Assim como nas operações de bolsa, as operações de balcão também são contratadas pelo BNDES com o objetivo de gerenciar as exposições cambiais e de taxas de juros de ativos e passivos.

Todas as operações de proteção financeira realizadas no mercado doméstico de balcão são registradas na [B³]. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo BNDES, podendo haver, inclusive, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

26.10.3. Opções e derivativos embutidos

Em razão da execução do objetivo social da subsidiária BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos com características de renda variável que resultam na geração de derivativos isolados ou derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos geralmente são opções de compra, de venda, de conversão de debêntures (em ações da emissora) ou de permuta de debêntures (em ações de outra empresa), não tendo, como finalidade, proteção patrimonial (*hedge*). A mensuração e o registro desses derivativos são feitos a valor justo.

26.11. Outros valores e bens

Composta basicamente por bens não destinados a uso, principalmente, imóveis que têm seus valores ajustados por provisão, de acordo com as normas vigentes, e por despesas antecipadas, que representam aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos seguintes, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

26.12. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

26.13. Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

26.14. Obrigações de benefícios a empregados

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados o benefício de aposentadoria complementar e atualmente patrocinam dois planos de previdência complementar, sendo um estruturado na modalidade Benefício Definido (BD) e outro, na modalidade Contribuição Definida (CD). Ambos são administrados pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, entidade fechada com a finalidade de gerir os planos de previdência e complementar os benefícios previdenciários de seus participantes, bem como fazer a gestão dos planos de benefício de assistência à saúde.

26.14.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, Finame) e a própria FAPES. Até a alteração regulamentar aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir dessa alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 7.636,83 (sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos) em 31/12/2025.

Dentre os riscos relevantes associados ao PBB, tem-se a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/12/2025 era de R\$ 8.157,41 (oito mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018).

A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB, não mais afeta o plano. A partir da última alteração do Regulamento do PBB, publicada em 20/01/2023, este risco foi tratado e mitigado com o reajuste do benefício dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador a seus empregados e atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do PBB ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

a) Características do PBB

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

b) Estrutura Regulatória

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 054, de 18/01/2023, e publicada no DOU em 20/01/2023, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 37/2022 e n.º 38/2022**, que revogaram as Resoluções n.º 25/2018 e n.º 9/2016, respectivamente, e afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar no que tange às diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar e às atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício.

c) Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA) do dia 22/12/2025, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 4.032 dias úteis (16 anos), no patamar de 7,21% ao ano. O mesmo vértice encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 31/12/2025 a 7,12% ao ano, representando redução de 0,09 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução CNPC n.º 43 de 06/08/2021, alterada pela Resolução CNPC n.º 61 de 11/12/2024, dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e traz, em seus anexos, a planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A obrigação de Benefício Definido (BD) é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

26.14.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), foi aprovado em 08/12/2022 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e iniciou suas operações em 19/12/2022, quando aberto o período para adesão de empregados não participantes do PBB.

O PBCD é patrocinado exclusivamente pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, Finame) e, assim como os demais planos de benefícios do Sistema BNDES, administrado pela FAPES.

Não há riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBCD, nem foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

a) Características do PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida - PBCD prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) de aposentadoria normal;
- b) por invalidez; e
- c) de pensão por morte.

O participante tem opção de definir; (i) nível de contribuição básica ao plano, sendo a contrapartida paritária do patrocinador limitada a uma alíquota de 8,5% do salário; (ii) contribuições e riscos adicionais (por invalidez ou morte); (iii) seu perfil de investimento; e (iv) futuramente, a forma de cálculo dos benefícios.

b) Estrutura Regulatória

O PBCD é regido por seu Regulamento Básico, aprovado pela Portaria DILIC/PREVIC/MTP n.º 1.248/2022, publicada no DOU em 08/12/2022, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela PREVIC, pelo CNPC e por outras emanadas do poder público, igualmente ao PBB.

c) Avaliação atuarial e contabilização

O PBCD é um plano de contribuição definida, em todas as suas fases, tanto na de acumulação, quanto na de percepção de benefícios, inclusive para os de riscos adicionais, e a obrigação legal ou construtiva do Patrocinador limita-se à paridade com as contribuições básicas de, no mínimo, 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado será determinado pelo saldo de conta individual, resultante do montante de contribuições pagas pelo participante e pelo Patrocinador para o plano, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Portanto, não há risco atuarial (de benefícios inferiores ao esperado) nem de investimento (de aplicações insuficientes para cobrir os benefícios esperados), que recaia para o Patrocinador, e não gera obrigação pós-emprego.

26.14.3. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES, em conformidade com as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O BNDES oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, condicionado ao cumprimento dos requisitos do RAS. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2025, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de novembro de 2025 e atualizados até dezembro de 2025, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Seus custos de serviços correntes e financeiro são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas integrantes do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e Finame) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

26.14.4. Novo Plano de Assistência e Saúde – Novo PAS

O Novo Plano de Assistência e Saúde (Novo PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES e destinado aos empregados que ingressaram no BNDES a partir de 19/03/2018, e seus dependentes, com custeio compartilhado por meio de cobrança de mensalidade e coparticipação. Ao fim do vínculo, o beneficiário arca com 100% da mensalidade. Entretanto, enquanto não houver ex-empregado para avaliação da suficiência de cobertura dos custos incorridos por essa classe de beneficiários, o BNDES não incorre em obrigação pós-emprego decorrente do Novo PAS.

O Novo PAS iniciou operação em abril de 2025. Sua criação foi aprovada pela Diretoria do BNDES em 2022, tendo sido seu Regulamento alterado pela Resolução DIR n.º 4.306/2024-BNDES, de 28/11/2024, e registrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 28/01/2025, também em conformidade com as normas emitidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR.

26.14.5. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

26.14.6. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Participação dos Empregados no Lucro” na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

26.15. Informações por Segmento

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e Finame. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente em participações societárias, enquanto a Finame atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a Finame como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Em 2025, visando aprimorar a informação do desempenho por unidade de negócios, foi revisada a metodologia de elaboração do resultado por segmento, sobretudo os critérios de alocação das despesas de captação, pessoal, administrativas e outras.

A nova abordagem passou a considerar o destaque dos “Custos Corporativos Não Alocados”, representado pelas despesas não diretamente atribuíveis aos segmentos de negócios e da “Remuneração do Acionista”, representado pelo custo de oportunidade do Patrimônio Líquido.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) “Crédito e Serviços”; (ii) “Renda Variável”; (iii) “Tesouraria e ALM (gestão de recursos financeiros)”. Adicionalmente, passam a ser demonstrados, como citado anteriormente, os “Custos Corporativos Não Alocados” e a “Remuneração do Acionista”.

O apoio financeiro através de instrumentos de Crédito e Serviços compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito, repasses e debêntures, e inclui também a prestação de Serviços, relacionada à atuação em estruturação de projetos e ofertas públicas de Títulos e Valores Mobiliários – TVM. O resultado alocado a esse segmento compreende, principalmente, as receitas de juros e atualização monetária oriundas dos contratos de operações de crédito e repasses; da equalização dos créditos perante o Tesouro Nacional; da renda com administração de fundos e programas; das comissões e encargos; e das debêntures detidas pelo BNDES e pela BNDESPAR.

O apoio financeiro através de operações de Renda Variável engloba o resultado com participações societárias, incluindo resultado com alienações, receita com dividendos/JCP de não coligadas, equivalência patrimonial de coligadas, resultado com fundos de renda variável, resultado com derivativos de renda variável e despesa com provisão para perdas em investimentos – *impairment*). O segmento abrange tanto investimentos em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) quanto empresas não coligadas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa) e fundos de investimentos. Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas. É importante mencionar que as receitas geradas pela carteira de Renda Variável não são incluídas no grupo do “Resultado Bruto de Intermediação Financeira”, mas sim na rubrica “Resultado com Participações Societárias”.

O segmento de Tesouraria e ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM – *Asset Liability Management*), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio, assim como os efeitos de descasamentos e derivativos. O efeito da variação cambial em cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive na provisão para perdas associadas ao risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de “ALM”, responsável, entre outras atribuições, pela gestão das exposições cambiais do Sistema BNDES.

Os Custos Corporativos Não Alocados representam as despesas com pessoal, administrativas e outras despesas não alocadas diretamente a nenhum segmento de negócios.

A Remuneração do Acionista é calculada gerencialmente através da aplicação da Taxa Selic sobre o Patrimônio Líquido médio e o custo de oportunidade correspondente é alocado aos segmentos de Renda Variável e Tesouraria e ALM.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas, incluindo os respectivos efeitos tributários.

As despesas de captação alocadas aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento “Crédito e Serviços”: custo financeiro considerando os valores efetivamente cobrados ao cliente em cada operação. O resultado da intermediação financeira deste segmento corresponde ao *spread* total (básico e de risco) gerado pelas respectivas carteiras, além das receitas com tarifas, comissões e serviços.
- Segmento “Renda Variável”: custo financeiro alocado gerencialmente corresponde à taxa Selic aplicada sobre o saldo médio mensal da carteira, com contrapartida em receita de Remuneração do Acionista.
- Segmento “Tesouraria e ALM”: custo financeiro alocado gerencialmente corresponde à taxa Selic aplicada sobre o saldo médio mensal do Patrimônio Líquido não alocado ao segmento de Renda Variável, com contrapartida em receita de Remuneração do Acionista. Cabe ainda ao ALM a responsabilidade pela gestão dos descasamentos entre fontes e usos de recursos, ou seja, pela diferença entre o custo cobrado ao cliente e o custo efetivo das fontes de captação do BNDES.

As despesas atribuíveis diretamente aos segmentos são alocadas de acordo com as premissas definidas em modelo de custos e os Custos Corporativos Não Alocados incluem essencialmente despesas das áreas de *back* e *middle office* que não sejam atribuíveis diretamente aos negócios.

A apuração dos tributos do segmento de Renda Variável é feita com base no resultado tributável e nas alíquotas de imposto de renda e contribuição social aplicáveis e, para os demais segmentos, aplica-se ao lucro antes do imposto de renda (LAIR) de cada um a alíquota efetiva remanescente.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

26.16. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 20 no mês (R\$ 240 no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e Finame, foi constituída à alíquota de 20% e à alíquota de 9% para a BNDESPAR.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não registrados estão descritos na Nota Explicativa n.º 15.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os critérios para constituição, manutenção e baixa, determinados pela Resolução CMN n.º 4.842/2020.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Em 16 novembro de 2022, foi publicada a Lei n.º 14.467 a qual trata sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Os créditos tributários diferidos registrados já levam em consideração a referida norma, não tendo sido identificado qualquer impacto relevante em decorrência da aplicação dessa norma.

26.17. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

26.18. Patrimônio Líquido

26.18.1. Dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. No caso da BNDESPAR e Finame, também corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pela Assembleia Geral.

26.18.2. Reservas de Lucros

O estatuto social do BNDES contempla a constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital e Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares.

A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares corresponde à aplicação do percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado.

A Reserva para Futuro Aumento de Capital tem a finalidade de assegurar o fortalecimento da estrutura de capital do BNDES, e é constituída no percentual de 40% (quarenta por cento) do lucro líquido ajustado.

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros – de incentivos fiscais.

26.18.3. Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo.

26.19. Rateio de despesas administrativas e de pessoal

Conforme estabelecido em Aditivo ao convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e Finame com o objetivo de racionalização de custos, a partir de 1º de janeiro de 2023 as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, são rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma à média aritmética dos últimos 7 exercícios anteriores à data base do Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito). Os valores considerados no cálculo da média são atualizados monetariamente, exceto para o exercício mais recente.

Até o exercício de 2022, no convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e Finame, as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, eram rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito) do exercício imediatamente anterior.

Não são consideradas para fins do rateio as despesas que possam ter seus beneficiários claramente identificados, como por exemplo as e despesas tributárias.

No que concerne a BNDESPAR, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira corresponde a diferença entre as Receitas Operacionais e as Despesas Operacionais, excluindo-se os efeitos da reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos e o resultado com alienações de títulos de renda variável.

Dessa forma, os percentuais atribuídos a cada empresa no exercício de 2025 foi:

2025		
	Resultado bruto de intermediação financeira - média aritmética dos últimos 7 exercícios anteriores	% de rateio
BNDES	14.143.163	46%
BNDESPAR	13.146.205	43%
Finame	3.255.284	11%
Total do Sistema	30.544.652	

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Santos Mello - Presidente

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Carlos Afonso Nobre

Clarice Costa Calixto

Clemente Ganz Lúcio

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Jean Keiji Uema

Maria Laura Da Rocha

Nelson Edgar Leite

Robinson Sakiyama Barreirinhas

Uallace Moreira Lima

CONSELHO FISCAL

Suzana Teixeira Braga - Presidente

Flávio José Roman

Pedro Henrique Giocondo Guerra

Denis do Prado Netto - Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

Nelson Edgar Leite - Coordenador

Adézio de Almeida Lima

Carlos Ahmar

Marcos Tadeu de Siqueira

Waldemir Bargieri

DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva - Presidente

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Maria Fernanda Ramos Coelho

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baere de Araújo Filho

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Marco Aurelio Santos Cardoso

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Thatiane Heloisa Werneck Soares
CRC RJ 091.410/O-8



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), identificadas como BNDES e BNDES Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao BNDES e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Apresentação dos valores correspondentes aos períodos anteriores

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Perdas esperadas de operações de crédito e repasses interfinanceiros

Conforme Notas Explicativas nº 5.1 e 26.5 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>BNDES revisa de maneira contínua sua carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros, avaliando a estimativa de perdas esperadas dessas operações (“<i>impairment</i>”). O BNDES possui políticas internas e modelos de apuração de perdas esperadas de operações sujeitas ao risco de crédito que exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte do BNDES, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes, informações do cliente, garantias prestadas, histórico financeiro entre outros.</p> <p>Devido à relevância das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, às incertezas e ao grau de julgamento, inerentes à determinação da estimativa das perdas esperadas dessas operações, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – teste do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas; – avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em risco de crédito, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo BNDES para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, bem como a aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo BNDES; e – avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros, bem como as respectivas divulgações do BNDES, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.</p>

2 – Instrumentos Financeiros

Conforme Notas Explicativas nº 3.1, 26.5 e 26.10. das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos registrados a valor de mercado, conforme Circular nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e Ações, Títulos Públicos, Debêntures e Títulos de Renda Fixa no Exterior, mensurados a valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo amortizado, conforme Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional, em conjunto, denominados “Instrumentos Financeiros”.</p> <p>Para os Instrumentos Financeiros cuja mensuração a valor justo não utiliza diretamente preços cotados (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo), a determinação do valor justo está sujeita a um nível maior de subjetividade, na medida que o BNDES efetua julgamentos significativos para mensurar esses valores. Adicionalmente, os Instrumentos Financeiros mensurados pelo custo amortizado também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação.</p> <p>Desta forma, consideramos a mensuração dos Instrumentos Financeiros classificados nos níveis 2 e 3 da hierarquia de valor justo, bem como a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos Instrumentos Financeiros mensurados pelo custo amortizado como um dos principais assuntos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – teste de desenho dos controles internos chaves implementados pelo BNDES, para a mensuração dos Instrumentos Financeiros; – avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em Instrumentos Financeiros, da razoabilidade dos dados e premissas dos modelos utilizados pelo BNDES na determinação do valor justo de operações com Instrumentos Financeiros; – recálculo por amostragem da valorização dos Instrumentos Financeiros mensurados pelo valor justo e pelo custo amortizado, bem como análise da política e dos critérios referentes a indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos Instrumentos Financeiros mensurados pelo custo amortizado; e – avaliação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis a mensuração e valorização desses Instrumentos Financeiros e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.</p>

3 – Obrigações de benefícios a empregados

Conforme Notas Explicativas nº 17 e 26.14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES patrocina planos de pensão e planos de saúde de benefício definido que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A determinação das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e saúde depende, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. O BNDES contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos a determinação da mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter nas obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – entendimento dos processos internos associados à mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo as etapas envolvidas na determinação, revisão e aprovação das premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados; – avaliação do trabalho, da competência e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e o escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; – avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, de determinadas premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados, sobretudo aquelas relacionadas à mortalidade, taxa de desconto, salários, benefícios, custos médicos, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas; e – Recálculo do passivo atuarial dos planos de benefício definido. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das obrigações de benefícios a empregados é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria executiva do BNDES, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (R1). Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto

Demonstrações financeiras consolidadas

Essas demonstrações financeiras consolidadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que foram apresentadas separadamente pelo BNDES, nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, não contendo qualquer modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A diretoria executiva do BNDES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas



A diretoria executiva é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade de o BNDES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar o BNDES e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BNDES e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BNDES e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BNDES e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BNDES e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e,



consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

